

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANA MARIA SOARES DE ARAÚJO

**“NÃO HÁ COUSA QUE MAIS DANIFIQUE OS HOMENS QUE A AMBIÇÃO E
SOBERBA”: REDES DE PODER E REVOLTAS EM ANGOLA SOB A
ADMINISTRAÇÃO ULTRAMARINA PORTUGUESA PÓS-RESTAURAÇÃO (1640-
1667)**

Maceió

2020

ANA MARIA SOARES DE ARAÚJO

**“NÃO HÁ COUSA QUE MAIS DANIFIQUE OS HOMENS QUE A AMBIÇÃO E
SOBERBA”**

**Redes de poder e revoltas em Angola sob a administração ultramarina portuguesa pós-
Restauração (1640-1667)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Maria de Carvalho

Maceió

2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

A663n Araújo, Ana Maria Soares de.

“Não há cousa que mais danifique os homens que a ambição e soberba” : redes de poder e revoltas em Angola sob a administração ultramarina portuguesa pós-Restauração (1640-1667) / Ana Maria Soares de Araújo. – 2020.

123 f. : il. color.

Orientadora: Flávia Maria de Carvalho.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 114-123.

1. Angola. 2. Revoltas. 3. Comerciantes de escravos. 4. Portugal - Política e governo - 1640-1667. I. Título.

CDU: 94(673):326.1

Folha de Aprovação

AUTORA: ANA MARIA SOARES DE ARAÚJO

“Não há cousa que mais danifique os homens que a ambição e soberba”: Redes de poder e revoltas em Angola sob a administração ultramarina portuguesa pós-Restauroação (1640-1667)

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em __/__/2020.

Profª. Dra. Flávia Maria de Carvalho, UFAL (Orientadora)

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Ingrid Silva de Oliveira, UFSJ (examinadora externa)

Prof. Dr. Roberto Guedes Ferreira, UFRRJ (examinador externo)

AGRADECIMENTOS

Foram dois anos de muito esforço e dedicação que resultaram nessa dissertação. Dois anos carregados com os mais diversos e imprevisíveis obstáculos, questionamentos, inquietações, desespero e muitos surtos; mas também repletos de aprendizados e conquistas que me fazem ter orgulho de cada mínimo detalhe dessa pesquisa. Certamente, não cheguei até aqui sozinha, mas contei com uma rede de apoio indispensável para a realização desse trabalho e a qual sou profundamente grata.

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora e amiga Flávia Maria de Carvalho. Foi Flávia quem me apresentou Angola, sua história e seus mais diversos personagens ainda na graduação, quando me aceitou como colaboradora em um projeto de PIBIC, despertando em mim o fascínio por África que me acompanha desde então. Sou grata por todo o seu suporte, carinho, compreensão, assistência e por tudo que me ensinou. Você me inspira enquanto pesquisadora e docente.

Agradeço também aos professores Ingrid de Oliveira e Roberto Guedes, por aceitarem participar da minha banca avaliadora e por todas as críticas, apontamentos e indicações feitos, me ajudando a esclarecer dúvidas, repensar algumas questões e a progredir na pesquisa e escrita dessa dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFAL pela assistência que me ofereceu; a todos os professores do programa, que colaboraram para minha formação desde a graduação, principalmente aos que ministraram as disciplinas que cursei durante o mestrado, pelos materiais discutidos e indicados, que contribuíram muito para a pesquisa e a pensar quais caminhos eu deveria seguir. Aos meus colegas do mestrado, com os quais compartilhei esse processo agri-doce que é produzir uma dissertação, por todos os bons momentos que tivemos nessa caminhada juntos.

Ao financiamento da CAPES, que possibilitou minha dedicação exclusiva ao mestrado e sem o qual dificilmente esse trabalho seria concluído.

Aos meus amigos que estiveram sempre presentes me incentivando a seguir em frente: Milena, Ana, Rayssa e Jadson, em especial ao Leonardo, meu companheiro de pesquisa, pela paciência em ler todos os meus textos, por ser meu maior incentivador, por me impulsionar e

não me deixar desistir. Ao Gustavo que, na reta final e período mais difícil desses dois anos, me ajudou com minhas crises e acreditou em mim. Amo muito vocês e obrigada por tudo.

RESUMO

No Portugal recém-restaurado de 1640, o monarca brigantino se empenhava em validar sua soberania sobre o reino e suas preciosas conquistas além-mar. Se desprender das amarras castelhanas, no entanto, configurava apenas uma dentre as diversas barreiras postas à Coroa portuguesa. Nas terras angolanas, os invasores flamengos chegaram causando alvoroço no sertão, desfazendo e/ou rearranjando alianças, provocando revoltas entre sobas e agentes régios e ameaçando o funcionamento do sistema comercial atlântico, tirando do controle lusitano uma feitoria responsável por uma massiva exportação de mão-de-obra escrava. Para além do prejuízo à Fazenda Real, o cenário espiritual também estava abalado. Sem o reconhecimento da Santa Sé ao novo Rei, Angola viu sua diocese carente de bispo e os jesuítas viam sua influência religiosa sobre os locais ameaçada pela chegada das missões capuchinhas e carmelitas. Estando Angola reconquistada dos holandeses, os governos que se seguiram adotaram uma política agressiva de interiorização, promovendo guerras com a finalidade de captação de cativos destinados majoritariamente para o Brasil. Essa pesquisa analisa as estratégias empregadas na tentativa de legitimação da soberania portuguesa em Angola entre 1640 e 1667, frente a tantos conflitos fomentados pelos diversos sujeitos que compunham o território angolano, buscando compreender se e como a Coroa conseguiu controlar as revoltas locais, submeter os sobados do sertão e expandir seu domínio militar e comercial no interior angolano num contexto de instabilidade política para o império português.

Palavras-chave: Angola, revoltas, comércio de escravos, administração portuguesa, século XVII.

ABSTRACT

In the freshly restored Portugal of 1640, the brigantino monarch was engaged to validate his sovereign over the kingdom and his precious achievements overseas. To disattach from the castilian chains, however, was only one of the many barriers placed against the portuguese Crown. In angolan lands, the flemish invasors landed causing tumult in the hinterland, undoing and/or rearranging alliances, provoking uprisings between *sobas* and royal agentes and threatening the operation of the commercial system of the atlantic, taking away from the lusitanian control a factory responsible for a massive exportation of slave labor. In addition to the damage to the Royal Treasury, the spiritual scenary was shaken. Without the recognition of the Holy See to the new King, Angola saw its diocese lacking a bishop and the jesuits saw their religious influence in peril thanks to the arrival of the capuchins and carmelites missions. Angola was regained from the dutchmen and the portuguese administration that followed adopted an aggressive policy of internalization, promoting wars with the goal of capturing black captives destined for Brazil. This research examines the strategies employed in the legitimation of the portuguese sovereign in Angola between 1640 and 1667, in face of the many conflicts fomented by the several agents that compose the angolan territory, seeking to comprehend if and how the Crown managed to control the local uprisings, to submit the hinterland *sobados* and expand its military domain in the angolan interior in a context of political instability for the portugueses empire.

Keywords: Angola, uprisings, slave trade, portuguese administration, XVII century.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – África Centro-Occidental, séculos XVI-XVII	28
Figura 2 – Ndongo e região circundante na primeira metade do século XVII	34
Figura 3 – Jagas em um ritual de antropofagia	37
Figura 4 – O Rei do Congo dá audiência aos Holandeses (1642)	59
Figura 5 – Mapa de Angola e Benguela com os itinerários dos dois primeiros socorros enviados	64
Figura 6 – Ofensivas luso-brasílicas na África Central	102
Figura 7 – Principais rotas do comércio terrestre em Angola no século XVII	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Escravos da África Centro-Occidental desembarcados no Brasil (1646-1670) 106

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A POLÍTICA ULTRAMARINA PORTUGUESA E SEUS DISPOSITIVOS DE LEGITIMAÇÃO DA SOBERANIA DA COROA NO SÉCULO XVII	18
	2.2 Administração colonial no contexto da Restauração: o caso de Angola	18
	2.3 Angola em cena: territorialidade, organização social e avassalamento	27
	2.4 Governabilidade e jogo de interesses nos sertões angolanos	43
3	HOLANDESES E CAPUCHINHOS NOS SERTÕES ANGOLANOS	52
	3.1 “Gentios traidores e desleais”: ocupação holandesa, revoltas locais e tentativas de restauração	52
	3.2 “Lhes não acho mais atenção que ao serviço de Deus e bem das almas”: a chegada dos capuchinhos e as vicissitudes na evangelização no interior	69
	3.2.1 “Choram a comum miséria, pelo desamparo que padecem da Sede Apostólica”: o embate com a Santa Sé, o abandono das dioceses ultramarinas e o peso político da missionação	73
4	AS DINÂMICAS DE UMA ANGOLA RESTAURADA	85
	4.1 “É só o que nos convinha para domar os desaforos destes negros”: Os governos brasílicos e as guerras no sertão	85
	4.1.1 Salvador de Sá e as expedições punitivas para a reabertura do comércio português no interior	85
	4.1.2 Os breves mandatos de Rodrigo de Miranda Henriques e Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha	90
	4.1.3 Luís Martins de Sousa Chichorro e os confrontos em Kissama	91
	4.1.4 As conturbadas gestões de João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros e a intensificação da legitimação das campanhas militares	94
	4.1.5 O motim de 1667 e o governo interrompido de Tristão da Cunha	103
	4.2 “Da conservação daquele Reino [de Angola] depende a de todo o Estado do Brasil, e seus engenhos, e comércio”: os governadores ultramarinos e as relações comerciais entre as duas margens do Atlântico Sul	104
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
	REFERÊNCIAS	114

1 INTRODUÇÃO

No século XVII, a região de Angola era uma importante feitoria comercial, principalmente de escravos, produto mais exportado pelos portugueses. Com isso, a Coroa portuguesa buscou desenvolver relações com os sobas¹ na tentativa de abrir caminhos para a captação de escravos, criação de rotas comerciais e interiorização de comerciantes portugueses de forma pacífica e produtiva para o comércio. A ferramenta adotada nas negociações foi o sistema de avassalamento. Na cerimônia de vassalagem o soba assinava um termo escrito permitindo a presença portuguesa em seu território, representada por agentes intermediários do comércio, missionários e funcionários da Coroa. Nesse auto formava-se um compromisso mútuo: prestando fidelidade ao soberano de Portugal, o soba avassalado se propunha a conceder sua força militar, o livre comércio e a missionação em seu sobado; em troca, a Coroa assegurava proteção contra os prováveis inimigos desse chefe local². Apesar de seu uso como dispositivo de controle dos atos e contatos estabelecidos por esse sobas, os laços de obediência eram delicados e voláteis, muitas vezes guiados pelas benesses do mercado de cativos.

Angola nesse período estava inserida em vários conflitos internacionais: entre o “Vaticano e a coroa portuguesa pelo controle da atividade missionária, o conflito entre holandeses e portugueses pelo controle do tráfico de escravos, o conflito entre Espanha e Portugal pela soberania do império português”³. Indica um momento de instabilidade política nas heterogêneas possessões do então Império Ultramarino Português, incluindo as conquistas na África Centro-Occidental, que tinha Luanda como principal base. Nesse contexto, a rebelião representava um meio de adquirir posições, interesses e privilégios⁴. A partir disso, essa pesquisa se empenha na análise da política administrativa portuguesa adotada nas possessões ultramarinas após a Restauração de 1640, que pôs fim à União Ibérica (1580-1640), num período de reconquista e legitimação do poder do Rei português sobre seus vassallos – muitos dos quais se rebelavam contra a Coroa no período da invasão holandesa por conta das

¹ Soba: Nome genérico do representante da autoridade em determinada região. ASSIS JÚNIOR, A. de. **Dicionário Kimbundu-Português. Linguístico, botânico, histórico e corográfico**. Luanda: Argente, Santos e C^a L^{da}, p. 357.

² HEINTZE, B. **Angola nos séculos XVI e XVII: Estudos sobre fontes, métodos e história**. Luanda: Kilombelombe, 2007, pp. 412-13.

³ BIRMINGHAM, D. **Alianças e conflitos. Os primórdios da ocupação estrangeira em Angola. 1483-1790**. Luanda: Arquivo Histórico de Angola / Ministério da Cultura, 2004, p. 119.

⁴ FIGUEIREDO, L. R. A. O Império em apuros: notas para o estudo das alterações ultramarinas no Império Português, séculos XVII e XVIII. In: FURTADO, J. (Org.). **Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 225.

vantagens oferecidas pela aliança com os flamengos – e de tensões de ordem religiosa entre jesuítas e capuchinhos no processo de catequização nos sertões angolanos.

Adotamos como recorte cronológico o período de 1640 a 1667. Iniciamos com a dissolução da União Ibérica, momento em que percebemos as tentativas da Coroa em traçar diretrizes e estratégias voltadas para reafirmar sua autoridade junto aos seus súditos angolanos – até então subordinados aos monarcas ibérico-espanhóis, finalizando com o término precipitado do mandato de Tristão da Cunha após um motim⁵ causado por integrantes da infantaria de Angola, em 1667. Dentro desse recorte, observamos as revoltas causadas pela invasão holandesa em Angola (1641-1648), os impactos causados pela chegada das primeiras missões capuchinhas e a gestão violenta dos governos brasílicos⁶ – impulsionada pela obtenção de mão-de-obra cativa para as terras brasileiras –, destacando como os governadores do período, ao longo de seus mandatos, buscaram lidar com os diversos conflitos que se desenrolaram na região. O recorte é turbulento: revoltas, insubordinações e mesmo guerras marcam a presença dos portugueses em um sertão na maioria das vezes hostil aos estrangeiros, com lógicas, hierarquias e códigos de poder muito pouco compreendidos pelos funcionários e homens do Rei encarregados em validar os interesses de um monarca distante e não legitimado pelas chefias locais.

Partindo desse cenário, essa pesquisa busca analisar a política administrativa utilizada pela Coroa durante o reestabelecimento do controle português pós-Restauração e invasão holandesa em Angola, abarcando: 1. o posicionamento dos sobas da região, seja através de revoltas contra a submissão à Coroa ou com a quebra de autos de vassalagem, como forma de manter sua autonomia política e/ou de adquirir benefícios próprios num contexto de fragilidade e instabilidade do controle português sobre os territórios dos sertões; 2. os desdobramentos da ameaça flamenga na atuação comercial dos portugueses em Angola, em especial no trato negreiro; 3. os entraves entre capuchinhos e jesuítas na evangelização dos sobados angolanos e a influência das ordens missionárias nas esferas de poder espiritual e

⁵ Motim “seria um levante que ganhasse grandes proporções ou uma grande aglomeração de pessoas armadas. No contexto político, motim geralmente era curto e tinha como singularidade o fato de surpreender as autoridades locais. Era muito comum na época atribuir o conceito de motim para outros tipos de revoltas, pois, como a maioria delas, o motim era provocado por um descontentamento da população sobre alguma atitude tirânica das autoridades locais”. BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Português e latino** - volume 5; SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario de língua portugueza** - volume 2, disponível em: historia.uff.br/impressoesrebelde.

⁶Termo cunhado por Luiz Felipe de Alencastro para designar o período de atuação dos governadores brasileiros em Angola, entre 1648 e 1665. ALENCASTRO, L. F. de. **O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

temporal; 4. as estratégias utilizadas pelos governadores nas relações desenvolvidas com os vassallos da Coroa – principalmente no tumultuoso período brasílico e suas implicações nas esferas política, econômica e social.

Nessa lógica, as hipóteses centrais que sustentam essa dissertação são:

- Apesar da tentativa de legitimação da nova dinastia nas possessões ultramarinas, a distância entre o monarca e seus vassallos tornava a soberania real abstrata e a realidade local demandava a adaptação dos mecanismos de poder utilizados;
- A dinâmica da empresa escravista norteava as resoluções dos governadores, que fugiam ao controle do Rei e muitas vezes não correspondiam à política administrativa proposta pela Coroa;
- O domínio sobre os sertões continuou instável e a inabilidade de submeter todos os sobas à vassalagem fez com que esses sujeitos continuassem mantendo sua autonomia política nas alianças formadas.

A pesquisa tem como principal base documental a *Monumenta Missionaria Africana* (MMA), organizada e coligida pelo padre António Brásio e que contém uma coleção de documentos referentes à administração e missões religiosas na África Ocidental e a *História Geral das Guerras Angolanas*, produzida pelo militar e cronista António de Oliveira de Cadornega durante o século XVII, contendo suas memórias sobre a conquista portuguesa em Angola; complementadas pela *História de Angola*, obra produzida em finais do século XVIII pelo militar Elias Alexandre da Silva Corrêa, que descreve os feitos dos governadores que antecederam o período de sua estadia nas terras dos sobas e ngolas; o *Catálogo dos governadores do reino de Angola* de J. C. Feo Cardozo de Castelo Branco e Torres, com a descrição geográfica e política de Angola e Benguela e das ações dos governadores e capitães gerais de Angola, desde 1575 até 1825.

A obra de Cadornega compõe três volumes e apresenta descrições extremamente ricas sobre as guerras de interiorização empreendidas pelos representantes da Coroa. De especial valor para a pesquisa é a descrição da tomada de Luanda pelos holandeses, das revoltas desencadeadas pela presença flamenga e a saga lusa de reconquista de Angola. Entretanto, Cadornega também retrata a cultura e a formação social, política e econômica de vários grupos africanos da região da Angola portuguesa, dos Ndembu, dos reinos do Ndongo e de

Matamba e, com menor enfoque, do Congo, Kassanje, Kissama, Libolo e Haco – situadas a sul do Kwanza – e Benguela. Tal como a listagem dos principais sobados, seus nomes e/ou títulos, localização, fronteiras e suas características geográficas e etnográficas⁷.

A *Monumenta* é uma coletânea documental sobre a África Ocidental composta por vinte e dois volumes divididos em duas séries, a primeira – utilizada nessa pesquisa – com quinze volumes (1471-1699) e a segunda com sete (1341-1699). A parcialidade de António Brásio enquanto religioso português é bastante clara na sua escrita. Sobre a falta do reconhecimento papal da independência de Portugal e a consequente viuvez das dioceses lusitanas Brásio escreveu: “Efetivamente só uma milagrosa paciência e indefectível fé católica explicam que Portugal se tenha conservado dentro da Igreja no período de 28 anos que se seguiu à sua independência nacional, em 1640”⁸. Para ele, a política romana era declaradamente anti-portuguesa e conseguiu criar, sob pressão da Espanha, o período mais turbulento da história religiosa de Portugal. Quanto aos capuchinhos, nutria suas suspeitas: “Há um zelo indiscreto e uma pobreza ostensivamente orgulhosa que não são, indiscutivelmente, evangélicos nem seráficos”⁹.

Como ressalta Carlos Almeida, “o autor conta o que viu não tanto em função do que pode ou não ser compreendido pelos seus leitores, mas sobretudo em função do que ele próprio compreende da realidade que observa”¹⁰. A maioria desses documentos evidencia as conquistas portuguesas nos territórios angolanos, exaltando os feitos militares e espirituais, elementos presentes nas fontes portuguesas que merecem olhar crítico, já que as próprias fontes apresentam contradições sobre esse avanço bem-sucedido dos lusitanos em direção aos sobados do interior. Por meio de um estudo de contraposição de fontes é possível observar vários aspectos sobre os múltiplos grupos presentes em Angola e suas dinâmicas socioculturais, bem como os meios adotados pelos portugueses no processo de interiorização e nas práticas políticas utilizadas pela Coroa nas relações estabelecidas com as elites políticas locais através do sistema de avassalamento, marcadas por conflitos e negociações.

Por se tratarem de fontes escritas a partir do ponto de vista europeu e, portanto, fruto da sociedade que os produziu na tentativa de transmitir para a posteridade determinada

⁷ HEINTZE, 2007, p. 149, 151-152.

⁸ MMA, 1ª série, X, p. 407.

⁹ MMA, 1ª série, XI, p. 446.

¹⁰ ALMEIDA, C. **A representação do africano na literatura missionária sobre o reino do Kongo e Angola**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1997, p. 24.

imagem de si mesmos¹¹, adotamos a linha teórica e metodológica da historiadora alemã Beatrix Heintze, que nos apresenta a possibilidade de estudar a história de Angola a partir de documentos de cunho administrativo e/ou missionário e memórias de personagens europeus, se analisadas de forma adequada. No que concerne ao uso de traduções, como é o caso de muitos documentos utilizados nessa pesquisa, Heintze destaca a necessidade de, antes de tentarmos determinar a utilidade específica de uma fonte, verificar, se possível, (1) o tipo de tradução a que o texto pertence, (2) o período e a tradição em que se insere, a sua relação temporal com o texto de partida e (3) a quem se destinam. Bem como alguns erros que podem ser relevantes ao historiador: falta de equivalência semântica, interpretação errônea de um termo, alteração da construção da frase ou da ortografia de nomes próprios e termos africanos, imprecisões, mal-entendidos, distorções, omissões¹².

Considerando esses elementos, parte-se da perspectiva de observar os membros desses heterogêneos grupos africanos como agentes históricos que utilizaram diferentes estratégias em suas relações com os portugueses, sabendo estabelecer acordos que os favorecessem em situações adversas¹³ e que participaram ativamente da dinâmica comercial em suas negociações. Os africanos tiveram um papel atuante no desenvolvimento comercial do mercado atlântico e o fizeram por sua própria iniciativa. Era necessário aos mercadores europeus que queriam comerciar com os entrepostos africanos fazer diversas negociações antes de iniciar as transações. Além disso, existiam outros procedimentos solicitados pelos africanos quanto aos produtos a serem comprados, como impostos, tarifas e preços diferenciados para pessoas de *status* diversos¹⁴. Os estados africanos se beneficiavam da atividade comercial, pois seus governadores buscavam, em suas negociações, obter as melhores mercadorias e os melhores preços, além de iniciar ou cessar o comércio caso considerassem conveniente. Suas ações implicavam diretamente no desdobramento do mercado de escravos.

De acordo com Paul Lovejoy, as relações comerciais estabelecidas entre europeus e africanos provocaram profundas transformações nas esferas econômica, política e sociocultural no continente africano. A demanda de escravos teria impulsionado guerras e

¹¹LE GOFF, C. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

¹²HEINTZE, op. cit., 2007, p 121, 127.

¹³ALMEIDA, M. R. C. História e antropologia. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 159.

¹⁴THORNTON, J. K. **A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400- 1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, passim.

razias em larga escala para a captação de cativos; a disseminação da anarquia, em forma de sequestros e razias em pequena escala e uma maior violência de estado através da legitimação da escravização de pessoas como forma de punição para diversos crimes¹⁵. Nas regiões onde o comércio de escravos era mais forte essas mudanças foram mais intensas, como em Kassanje e Matamba, onde suas elites políticas participaram ativamente do processo de captação e fornecimento de escravos.

Todavia, “o mundo econômico não pode ser explicado apenas através dos fatos econômicos”¹⁶; esses sobas possuíam suas formas próprias de ordem social, relações de parentesco e sistemas culturais que influenciavam nas suas alianças e comportamentos econômicos. Igualmente, não podemos negligenciar a autonomia desses sobas em suas ações. As leis não eram aplicadas rigorosamente¹⁷, como mostram as quebras constantes dos acordos firmados nos termos de vassalagem em prol de benefícios próprios e as negociações e adaptações desses termos, revelando a necessidade de elasticidade e interpretação das ordens impostas na manutenção desse sistema. Apesar das tentativas de reconfiguração do poder, a ocupação portuguesa dessas regiões dependia do vínculo com os vários poderes locais e precisou adaptar-se às formas de organização social já existentes.

Devemos evitar “destacar em demasia as influências e os fatores externos” e, seguindo uma perspectiva endógena, compreender a África a partir de suas próprias instituições e estruturas: “circuitos comerciais, formas de conceber e organizar o poder, cultos e modos de pensamento filosófico ou religioso”, etc¹⁸. Contudo, a presença de fatores e agentes externos não pode ser descartada. As relações diplomáticas entre Portugal, Espanha e Roma, a ameaça holandesa e a ligação comercial com o Brasil interferiam nas relações estabelecidas em Angola. Sobas, pumbeiros, tangomaos, jagas, missionários, funcionários da Coroa: todos compunham o *hinterland* angolano imbricados em complexas redes de poder que só podem ser compreendidas através da intervenção mútua de elementos internos e externos.

¹⁵LOVEJOY, P. E. **Escravidão na África: uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 141, 143.

¹⁶BARROS, J. D. Os sistemas econômicos e suas formas de racionalidades: a busca das singularidades na moderna história econômica e seus novos desafios. **Revista de Economia**, Editora UFPR, v. 38, n. 1 (ano 36), jan./abr. 2012, p. 114.

¹⁷“Sua Majestade manda advertir Vossa Mercê, que as leis são feitas com muito vagar e sossego, e nunca devem ser executadas com aceleração [...] porque o legislador é mais empenhado na conservação dos Vassallos do que no castigo da Justiça, e não quer que os ministros procurem achar nas leis mais rigor do que elas impõem”. Carta enviada por Alexandre de Gusmão, a pedido do rei, a Inácio da Costa Quintela, juiz da relação do Porto. HESPANHA, A. M. Depois do Leviathan. **Almanack Brasiliense**, n. 5, maio 2007, p. 58.

¹⁸KI-ZERBO, J. (Ed.). **História Geral da África. Vol. I: Metodologia e pré-história da África**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. LVI

No que se refere às práticas administrativas do período estudado, é preciso considerar a conjuntura política em que Portugal estava inserido. No ambiente europeu, Portugal travava uma guerra com a Espanha (1640-1668), que dificultava as relações diplomáticas do novo Rei português e gerava muitos gastos à Fazenda Real. A situação se agravou com as investidas das Províncias Unidas nas conquistas ultramarinas portuguesas. Os sobas também negociavam com estrangeiros e se beneficiavam da competição que uns faziam aos outros. Com a invasão holandesa, muitos vassallos portugueses se rebelaram e formaram alianças políticas e comerciais com os flamengos. Luiz Felipe de Alencastro afirma que a presença holandesa “remexera os territórios conquistados e as alianças com as comunidades nativas”¹⁹, formando outras relações de forças e outras partilhas de zonas de influência que se impunham às autoridades.

Nessa Angola ocupada por flamengos e palco de muitas revoltas locais, desembarcaram as primeiras missões dos frades capuchinhos, muito críticos da Companhia de Jesus e do envolvimento dos padres jesuítas no comércio de escravos. Aqui começamos a perceber o retraimento dos jesuítas do quadro missionário angolano. Mesmo após a retirada dos holandeses, as revoltas no interior não cessaram e a presença portuguesa continuou fragilizada. Os governos que se seguiram utilizaram uma aproximação agressiva com os chefes locais. Para reabrir e expandir as redes de comércio, expedições ofensivas foram frequentemente enviadas aos sertões angolanos.

O conteúdo dessa dissertação está dividido em três capítulos. O primeiro aborda Angola no contexto da Restauração; os personagens que compõem os sertões angolanos; o modelo de governabilidade português no Antigo Regime; as estratégias adotadas pelos Filipes na administração das possessões ultramarinas portuguesas, como essa política foi recebida e executada na gestão dos governadores de Angola no período; quais as mudanças na estrutura administrativa do ultramar após a ascensão dos Bragança e como o sistema de avassalamento – que entrou em vigor durante a atuação dos monarcas espanhóis – foi utilizado (e modificado) na aproximação com as chefias locais.

O segundo capítulo aborda a chegada dos holandeses e dos missionários capuchinhos no *hinterland* angolano e divide-se em duas partes. Iniciando com o posicionamento da Coroa portuguesa pós-Restauração frente aos obstáculos impostos à legitimação da soberania de D. João IV; quais os impactos causados pela invasão holandesa e a série de revoltas

¹⁹ALENCASTRO, op. cit., p. 276.

desencadeadas por esse evento; se houve mudanças na política administrativa utilizada e como a monarquia brigantina buscou lidar com esses obstáculos à consolidação de seu poder nas terras dos sobas. Num segundo momento, trata das relações diplomáticas entre Portugal, a Santa Sé e a Espanha e o empenho lusitano no reconhecimento papal da Dinastia de Bragança; o descaso das dioceses ultramarinas lusitanas decorrente da falta de nomeação de bispos; a chegada das missões dos capuchinhos – muitos dos quais espanhóis – e carmelitas em Angola; as desavenças entre as ordens empenhadas na missionação e o declínio da influência espiritual e temporal dos jesuítas sobre as elites políticas da África Centro-Ocidental.

O último capítulo analisa os governos brasílicos na Angola restaurada da ocupação holandesa. Como esses agentes da Coroa, diretamente ligados com o Brasil pelo mercado atlântico de escravos, se empenharam na manutenção dos territórios conquistados e quais os mecanismos utilizados nas investidas de expansão do domínio luso e no controle dos sobas rebeldes; o contraste entre a política administrativa “pacifista” e indireta determinada pela Coroa e a realidade de fomentação de guerras para a obtenção de escravos na conquista angolana; o processo de expansão econômica do Atlântico Sul e a integração desses governadores ultramarinos nas conexões mercantis entre os dois lados do atlântico, representando uma nova forma de mobilidade social e ascensão política e econômica.

2 A POLÍTICA ULTRAMARINA PORTUGUESA E SEUS DISPOSITIVOS DE LEGITIMAÇÃO DA SOBERANIA DA COROA NO SÉCULO XVII

2.1 Administração colonial no contexto da Restauração: o caso de Angola

Após a morte de D. Sebastião (1554-1578), na Batalha de Alcácer-Quibir, Portugal viu-se envolto em um problema de sucessão dinástica. O rei não deixou herdeiros, sendo a coroa passada a seu tio, D. Henrique, Cardeal de Évora, que ocupou o trono entre 1578 e 1580, quando faleceu, também sem deixar herdeiros. Dentre os candidatos ao trono²⁰, D. Filipe II, Rei da Espanha, com uma campanha de legitimidade mais amparada, sobressaiu-se e foi aclamado Rei de Portugal em 1581. Iniciava-se, assim, o reinado da Casa dos Habsburgo em Portugal. A agregação à monarquia hispânica baseava-se no reconhecimento da diferença jurisdicional de seus componentes, formando uma estrutura poli-territorial de domínios²¹. As Cortes de Tomar de 1581 deliberaram, entre outras coisas, que Portugal conservaria seus órgãos e instituições particulares, leis, costumes, língua, a concessão de cargos administrativos e do comércio na Índia e Guiné somente aos naturais do reino. Essa plurijurisdicionalidade²², todavia, não foi de todo respeitada durante a administração dos Filipes, que modificou principalmente a política externa, fazendo Portugal perder aos poucos sua autonomia²³.

O período da União Ibérica acarretou algumas mudanças na política administrativa do reino, como a criação de novos conselhos (Conselho de Portugal, Conselho da Fazenda e das juntas, Conselho da Índia), a reforma de outros (Desembargo do Paço, Mesa de Consciência e Ordem) e algumas mudanças legislativas (as Ordenações Filipinas, 1595-1603)²⁴. António Manuel Hespanha²⁵ identifica o paradigma de governo do período filipino como moderno-

²⁰ D. Catarina de Bragança, neta, por parte do pai, de D. Manuel; D. Filipe II, Rei da Espanha, neto, por parte da mãe de D. Manuel; e D. Antônio, neto bastardo, por parte de pai, de D. Manuel. CAMARGO, M. Um Reino sem rei? Cultura política ibérica durante a Federação Ibérica (1580-1640). *Aedos*, Porto Alegre, v. 8, n. 9, dez. 2016, p. 193.

²¹ BOUZA-ÁLVAREZ, F. **Portugal no tempo dos Filipes**. Política, cultura, representações. (1580-1668). Lisboa: Edições Cosmos, 2000, p. 22.

²² Coexistência de poderes. António Manuel Hespanha aborda o pluralismo político e o caráter polissinodal e corporativo de Portugal moderno, composto por múltiplas instâncias, cada qual com sua função dentro da sociedade. HESPANHA, A. M. **As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna**, 2001.

²³ CAMARGO, op. cit., p. 194.

²⁴ BONCIANI, R. F. **O dominium sobre os indígenas e africanos e a especificidade da soberania régia no Atlântico**: da colonização das ilhas à política ultramarina de Felipe III (1493-1615). 2010. 323 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 181.

²⁵ HESPANHA, op. cit., p. 26, 35.

estadualista, com um poder mais centralizado e que pretendia se libertar das amarras corporativas, tornando-se mais eficaz. Essa forma “espanhola” de poder divergia da forma “portuguesa”, esta, tradicional-corporativa. O modelo constitucional castelhano buscou novas formas de institucionalizar a comunicação política entre a coroa e os poderes periféricos, com uma participação mais limitada e hierarquizada que garantia um controle maior do todo. No entanto, esse discurso do modelo filipino precisou se adaptar às realidades da administração de Portugal e de seu Ultramar, como mostra a trajetória dos governadores de Angola durante a união das coroas.

O reinado dos Áustrias possuía suas limitações, que culminariam na Restauração de 1640. Um dos fatores de fragilidade política foi a ausência do monarca; Portugal foi convertido em um reino de monarca ausente e, apesar da tentativa de aproximação por meio de representações, o fracasso na articulação das vias necessárias para suprir essa “ausência real” colaborou para a crise da monarquia hispânica²⁶. Desde o início, os problemas se faziam presentes. Ainda no final da década de 1590, o monarca, agora D. Filipe I de Portugal e Filipe II de Espanha, encontrava-se com a imagem fragilizada e precisou enfrentar uma crise financeira e dificuldades em suas ações governativas devido à heterogeneidade e ao sentimento corporativo das instituições portuguesas²⁷. Os impasses administrativos, o descontentamento português com a questão fiscal (tributos excessivos), as violações do Estatuto de Tomar²⁸ e a incapacidade de controle militar sobre o país perduraram durante os três reinados, colocando Portugal em uma situação insólita.

Fernando Novais²⁹ aponta a decadência da hegemonia hispânica em meados do século XVII como resultado de uma sucessão de revoltas desencadeadas por volta de 1640, entre elas a Restauração Portuguesa, a Guerra da Catalunha, a Rebelião de Nápoles, a Conjuração da Andaluzia, sem contar o envolvimento na Guerra dos 30 Anos e a emersão da França e da Inglaterra enquanto potências à frente do desenvolvimento econômico e na movimentação das ideias nas relações internacionais. Também no Ultramar a situação era de instabilidade política e econômica: a busca por ouro no Brasil vinha sendo mal sucedida; ameaças estrangeiras (inglesa, francesa e holandesa) no Brasil, nas ilhas de Cabo Verde e no Índico;

²⁶ BOUZA-ÁLVAREZ, op. cit., p. 114-116.

²⁷ CARDIM, P. Política e identidades corporativas no Portugal de D. Filipe I. **Estudos em Homenagem a João Francisco Marques**, Porto, 2001, p. 301-302.

²⁸ Documento assinado em 1581, firmando a fundação da União Ibérica.

²⁹ NOVAIS, F. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1979, p. 18.

queda na produção açucareira nas ilhas do Golfo da Guiné e um processo violento de fixação em Angola³⁰. Desse cenário de crise e desintegração interna e externa, eclodiram movimentos que conduziram a Restauração de 1640 e a ascensão da Dinastia de Bragança ao trono.

Em 1640 D. João IV apoderou-se do trono e iniciou o período de governabilidade brigantina em Portugal. Os anos seguintes ao acontecimento presenciaram uma conjuntura de instabilidade ao recém-coroadado rei. Portugal enfrentava uma guerra com Castela e, na Europa, a Guerra dos 30 Anos dificultava enormemente as relações diplomáticas e as negociações necessárias para a formação de alianças contra a Espanha e para a legitimação do novo rei. Junto a isso, o monarca precisava lidar com a ocupação holandesa nas possessões ultramarinas portuguesas. A ofensiva flamenga iniciou com a ocupação de São Tomé e Príncipe (1598-1599) e terminou com a conquista das colônias portuguesas no Malabar (1666); se estendendo pela Ásia, África Ocidental e Brasil³¹. Esses entraves vinham acompanhados de uma significativa escassez monetária decorrente da restauração, que implicava no investimento dos recursos necessários para combater os inimigos castelhanos e flamengos, por terra e pelo mar.

Nessas circunstâncias, a coroa brigantina precisou adotar dispositivos de legitimação e consolidação de seu poder em Portugal, na Europa e no Ultramar. Em suas possessões, tal instabilidade política favorecia rebeliões como um meio de adquirir posições, interesses e privilégios. Segundo Luciano Figueiredo a ideologia política restauradora adotada por Portugal após 1640 na tentativa de legitimar o rompimento com a Espanha, redesenhou as bases das relações que estruturavam o poder real e seu impacto é fundamental para compreender as revoltas desencadeadas em várias de suas possessões. Essa doutrina, difundida e reinterpretada “estabeleceu nas relações políticas a legitimidade do direito à revolta contra os reis opressores, que sofreria uma metamorfose na periferia a fim de sustentar reações contrárias aos interesses das comunidades locais”³². Entre 1640 e o final de 1680 América, África e Ásia foram palco de revoltas, agregando Bahia (1641, 1688), Rio de Janeiro (1644, 1660), Macau (1646), Ceilão (1652), Goa (1653), Pernambuco (1666), Angola (1667) e Maranhão (1684)³³. A Coroa portuguesa buscava legitimar sua soberania real e

³⁰ MATOS, A. O império colonial português no início do século XVII. Elementos para um estudo comparativo das suas estruturas econômicas e administrativas. *Arquipélago-História*, Açores, 2ª série, v. 1, n. 1, 1995, p. 183-184.

³¹ BOXER, C. R. *O Império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969, p. 120.

³² FIGUEIREDO, op. cit., p. 216.

³³ *Ibid.*, p. 198, 199.

reestabelecer seu poder sobre suas possessões, então fragilizado pelo desencadeamento de tensões que poderiam representar uma ameaça para o equilíbrio da monarquia.

Não há como falar em governabilidade da monarquia sem inseri-la na dinâmica política do Estado português no Antigo Regime, aqui aplicado como uma forma de se referir à Época Moderna, “caracterizada pelo governo monárquico, por traços estamentais na sociedade, pela existência de corporações e instituições dotados de privilégios e jurisdições próprios e pela interpenetração entre política e religião”³⁴. Nas conquistas o Antigo Regime adquire suas peculiaridades, como a escravidão, a “autointitulada” nobreza da terra, uma maior possibilidade de mobilidade social e o uso dos costumes locais. A sociedade do Antigo Regime compreendida a partir de uma concepção corporativa caracterizava-se por quatro fatores principais, de acordo com Hespanha:

- o poder real compartilhava o espaço político com poderes de maior ou menor hierarquia;
- o direito legislativo da Coroa era limitado e enquadrado pela doutrina jurídica (*ius commune*) e pelos usos e práticas jurídicos locais;
- os deveres políticos cediam perante os deveres morais (graça, piedade, misericórdia, gratidão) ou afetivos, decorrentes de laços de amizade, institucionalizados em redes de amigos e de clientes;
- os oficiais régios gozavam de uma proteção muito alargada dos seus direitos e atribuições, podendo fazê-los valer mesmo em confronto com o rei e tendendo, por isso, a minar e expropriar o poder real³⁵.

Para compreender essa sociedade corporativa é preciso pensá-la numa cultura política modelada pela linguagem da Segunda Escolástica. A Segunda Escolástica, concebida como uma resposta para as questões religiosas e filosóficas surgidas durante a Reforma protestante, defendia uma sociedade onde a ordem social era considerada natural e explícita, devendo ter as diferenças sempre evidenciadas. Este “corpo social” comportava uma divisão de funções dentro da monarquia:

Enquanto o Rei era o cabeça, responsável por dirimir os conflitos nessa hierarquia, garantindo os direitos e deveres característicos de uma justiça equitativa, a nobreza

³⁴ FRAGOSO, J.; GUEDES, R.; KRAUSE, T. **A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna**: Monarquia pluricontinental e Antigo Regime. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 168.

³⁵ HESPANHA, A. M. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F.; BICALHO, M. F. (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 166-167.

era os braços; o clero, o coração; e os camponeses, os peões, os pés responsáveis pela sustentação desse corpo social³⁶.

Quando o poder era concedido ao rei, por Deus e pelo povo, estabelecia-se um “pacto social”: ao povo cabia o respeito, a vassalagem e o serviço e ao monarca a manutenção da ordem e a conservação e expansão do reino³⁷. Nesta sociedade, o rei deveria manter a paz e a harmonia, respeitando “os direitos, obrigações, interesses, autonomias, e prerrogativas de cada parte dessa sociedade-corpo”³⁸. Ou seja, havia uma grande capacidade de autorregulação desses órgãos sociais, que deveriam ter a sua autonomia assegurada pelo monarca. Hespanha³⁹, em análise das estruturas políticas do Portugal moderno, constatou que o poder político nestas sociedades era fragmentado. O poder da Coroa coexistia com vários outros, dentre eles o da Igreja, dos concelhos, dos senhores, instituições e famílias. Esse quadro era transmitido ao ultramar, onde a política administrativa portuguesa era caracterizada pela falta de homogeneidade, centralidade e de hierarquias rígidas.

Calcado nessa imagem de um império politicamente descentralizado e periférico, o historiador e jurista português defende a quase total autonomia das conquistas ultramarinas e a inexistência de um projeto colonial geral de exploração e submissão durante a Época Moderna⁴⁰. Não havia uma constituição colonial unificada, mas sim uma significativa autonomia jurisdicional, a presença de uma estrutura administrativa centrífuga e uma organização social “frouxa e aberta em seus próprios fundamentos”⁴¹. Em Angola, o poder da Coroa coexistia com o das elites políticas e comerciais locais, das ordens missionárias e das demais categorias de agentes intermediários que circulavam pelos sertões. Da fragmentação do poder político entre esses grupos autônomos emergiam interesses conflitantes que impossibilitavam uma administração direta e rigorosa.

Nesse cenário, a flexibilidade entre centro e periferia é destacada. A ideia de um governo metropolitano centralizado, com políticas unilaterais e implementadas ao pé da letra

³⁶ LOUREIRO, M. **A Gestão no Labirinto: Circulação de informações no Império Ultramarino Português, formação de interesses e a construção da política lusa para o Prata (1640-1705)**. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010, p. 27-28.

³⁷ FRANÇA, E. **Portugal na época da Restauração**. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 268.

³⁸ LOUREIRO, op. cit., p. 28.

³⁹ HESPANHA, op. cit., p. 12.

⁴⁰ HESPANHA, A. M. Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (orgs.). **Na Trama das Redes. Política e negócios no império português. Séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 49, 52.

⁴¹ *Ibid.*, p. 74.

por agentes da Coroa passou a ser questionada. Disso desponta o conceito de “autoridade negociada”⁴². Nessa concepção, há uma “convergência de jurisdições e de autoridades” que resulta em “rivalidades e tensões entre indivíduos e entre agências de governo”⁴³. Essa falta de coordenação enfraquecia o poder desses agentes administrativos, e “abria espaço para que os colonos participassem da estrutura administrativa e da formulação ou implementação das políticas da Coroa”⁴⁴.

Essas reflexões sobre as possibilidades de análise do Império português nos levam ao conceito de monarquia pluricontinental⁴⁵. Pensando no caso português, esse império ultramarino hierarquizado e rígido foi substituído pela ideia da presença de “um poder central fraco demais para impor-se pela coerção, mas forte o suficiente para negociar seus interesses com os múltiplos poderes existentes no reino e nas conquistas”⁴⁶. O conceito de monarquia pluricontinental difere do conceito de monarquia compósita, cunhado por John Elliot⁴⁷. Na monarquia compósita há a presença de vários reinos, com estatutos próprios, preexistentes à monarquia e que preservam sua existência, unidas apenas pela figura monárquica, como no caso da monarquia hispânica e seus territórios nos séculos XVI e XVII. Na monarquia pluricontinental há somente um reino: Portugal, e uma nobreza solar. Contudo, há diversas conquistas fora do contexto europeu, dotadas de um conjunto de leis, regras e corporações que as une, e ao reino, politicamente.

Essas conquistas são providas de dinâmicas sociais próprias (com costumes, hierarquias e sistemas locais) e mantêm relações com a Coroa baseadas em negociações. Dessa forma, temos uma forte presença do princípio de autogoverno, onde as elites locais têm seus próprios interesses e os buscam por meio dos pactos estabelecidos com a Coroa. Em Angola a jurisdição portuguesa não ia muito além da zona costeira e dos presídios próximos a Luanda, onde havia concentração dos colonos brancos e maior presença do aparato administrativo. A imposição somente pela via militar não sustentaria a presença lusa por muito tempo: os soldados eram poucos, mal pagos, suscetíveis a doenças e ao clima adverso e

⁴² Definição apresentada por J. Greene em: **Negotiated Authorities: essays in colonial political and constitutional history**. Charlottesville: University of Virginia Press, 1994.

⁴³ RUSSELL-WOOD, A. J. R. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808. **Revista Brasileira Histórica**, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998, passim.

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ Originalmente apresentado por Nuno Gonçalo Monteiro em: **A “tragédia dos Távoras”**. Parentesco, redes de poder e facções políticas na monarquia portuguesa em meados do século XVIII. Op. cit.

⁴⁶ FRAGOSO; J. GOUVÊA, M. F. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI–XVIII. **Tempo**, v. 14, n. 27, 2009, p. 42.

⁴⁷ ELLIOTT, J. H. **Impérios del mundo atlântico: España y Gran Brataña en América (1492-1830)**. Madrid: Taurus, 2006, p. 229, 233.

sem conhecimento da geografia local. O poder político era segmentado entre potentados autorregulados que respondiam a um soberano com uma influência mais abstrata do que concreta. As guerras se desenrolavam, não há dúvidas, mas para alcançar os sertões os agentes da Coroa precisavam estabelecer uma intermediação com esses sobas que, por sua vez, também demandavam privilégios dessas alianças. Não havia uma simples dicotomia entre soberano e submisso, mas sim um jogo de poder entre grupos e ambições heterogêneas.

No cenário ultramarino português, dentro da lógica de uma “economia moral do dom” – ou “economia política de privilégios”⁴⁸ –, a Coroa concedia postos administrativos ou militares, honras e privilégios aos seus súditos. Tratava-se de um pacto político onde:

o indivíduo ou grupo que, em troca de serviços prestados (mormente na conquista e colonização do ultramar), requeria uma mercê, um privilégio ou um cargo ao rei, reafirmava a obediência devida, alertando para a legitimidade da troca de favores e, portanto, para a obrigatoriedade de sua retribuição⁴⁹.

Com essas trocas, acabava-se reforçando o sentimento de pertença ao reino e a legitimidade da soberania do monarca, além de evidenciar os órgãos intermediários de representação – as câmaras, por exemplo – como espaços de negociações entre centro e periferia. Outro conceito vinculado ao de monarquia pluricontinental é o de “rede”. Maria de Fátima Gouvêa⁵⁰, ao analisar a dinâmica corporativa nos Estados modernos⁵¹, salienta a construção de vínculos estratégicos entre os vários grupos constituintes desses estados monárquicos, baseados na identificação de interesses e experiências comuns e a capacidade dessas redes em intervir, desenvolver estratégias e alterar o ritmo dos acontecimentos em razão de seus objetivos e interesses. Isso ganha forma nas complexas articulações estabelecidas entre os diversos grupos e indivíduos espalhados pelas conquistas, que dependiam de trocas e reconhecimento para existir e adquirir seus interesses políticos e econômicos. Essas redes encobriam o território angolano, remodelando as determinações vindas de Portugal e atendendo a objetivos pontuais e privados dos seus gestores. Muitos

⁴⁸ FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F.; BICALHO, M. F. Uma leitura do Brasil colonial: Bases da materialidade e da governabilidade no Império. *Penélope*, Portugal, n. 23, 2000, p. 67-68.

⁴⁹ BICALHO, M. F. *As câmaras ultramarinas e o governo do Império*. Op. cit., p. 219.

⁵⁰ GOUVÊA, M. F. *Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português*, c. 1680-1730. Op. cit., p. 166-168, 185.

⁵¹ “Empregamos o conceito de ‘Estado moderno’ para os séculos XVI-XVII, como sinônimo de monarquia corporativa, caracterizada pelo pluralismo jurídico, de que o rei e a administração central constituem apenas um dos polos, mas cuja composição é, sem dúvida, substancialmente diferente da medieval”. SANTOS, C. M. *“Goa é a chave de toda a Índia”*. Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570). Lisboa: CNCDP, 1999, p. 31.

sobas ofereciam apoio militar às campanhas portuguesas mesmo não sendo vassallos da Coroa, pois encontravam nessas alianças uma forma de derrotar inimigos comuns. Os vínculos também se modificavam quando não mais havia uma identificação entre os personagens, gerando novos pactos e embates.

Esse quadro conceitual reforça a descentralização do poder real, que acaba por constituir um dos vários órgãos sociais dessa monarquia corporativa, pluricontinental e polissinodal⁵², com grande autonomia das elites locais e flexibilidade nas relações entre conquistas e Portugal. Contudo, essa interpretação também apresenta alguns problemas. Na lógica do “Antigo Regime nos trópicos” há uma predominância do político sobre o econômico, “um mercado regulado pela política, cujo funcionamento não dependia somente da oferta-procura e dos preços dela derivados”⁵³. Laura de Mello e Souza⁵⁴ critica tal posicionamento, argumentando que, com a predominância do político, há um apagamento do escravismo, do capitalismo comercial e da produção em larga escala de gêneros coloniais – elementos presentes na estrutura colonial –, além de minimizar o alcance do Estado. Outro ponto contraditório é a organização social baseada numa disciplina católica, na qual a “ordem neste Antigo Regime católico e escolástico era sustentada por uma disciplina social em que a obediência era amorosa, portanto, consentida e voluntária”, possibilitando que “a subordinação às autoridades e, especialmente a Sua Majestade, se confundisse com o amor a Deus”⁵⁵.

Se tentarmos aplicá-lo às conquistas portuguesas em Luanda e nos sertões adjacentes⁵⁶, por exemplo, tal noção limita-se aos colonos portugueses e angolistas⁵⁷. A realidade da presença portuguesa na região era marcada por instabilidade e fragilidade; o número de brancos que lá residiam era pequeno, muitos desses sujeitos eram degredados e, ainda assim, as condições inóspitas, o clima e as doenças tropicais não atraíam muitas pessoas

⁵²Sobre governo polissinodal: “As monarquias ibéricas da Época Moderna se caracterizaram por possuírem diversos conselhos, cada um com atribuições distintas, mas que podiam se sobrepor na prática. [...] Assumiram funções executivas e administrativas, mas sua principal responsabilidade era consultiva, no aconselhamento do monarca, responsável pela decisão final. Daí o conceito, significando o governo através de múltiplos conselhos”. FRAGOSO; GUEDES; KRAUSE, op. cit., p. 169,170.

⁵³ FRAGOSO; GOUVÊA; BICALHO, op. cit., p. 71-72.

⁵⁴ SOUZA, L. M. **O Sol e a Sombra**: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 58, 67.

⁵⁵ FRAGOSO, J. Modelos explicativos da chamada *economia colonial* e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio. **História**, São Paulo, v. 31, n. 2, jul./dez. 2012, p. 120-121.

⁵⁶ Principalmente Kassanje, Matamba, Libolo, Kissama.

⁵⁷ “[...] chamo os colonos luso-africanos enraizados em Angola de ‘angolistas’ para diferenciá-los dos nativos da região, os angolanos, e, sobretudo, para bem marcar as especificidades dos seus interesses diante dos interesses dos reinóis”. ALENCASTRO, op. cit., p. 35.

a se fixarem no solo angolano⁵⁸. Ademais, o controle da Coroa era mais virtual do que efetivo, as chefias locais possuíam suas próprias dinâmicas sociais e a legitimidade do monarca e do catolicismo eram tênues e sujeitas aos interesses comerciais desses personagens.

A ocupação de Angola forjou o que Manolo Florentino aponta como ensaio colonial ímpar, apoiado num aparato burocrático e comercial, com a finalidade de controlar as rotas de exportação de força de trabalho para o além-mar⁵⁹. Entretanto, o domínio português se restringia principalmente à costa ou às áreas próximas a ela, ficando os sertões próximos fora do controle da Coroa. Apesar das tentativas de reconfiguração do poder, a ocupação portuguesa dessas regiões dependia do vínculo com os vários poderes locais e precisou adaptar-se às formas de organização social já existentes.

Para compreender as estratégias políticas adotadas no pós-Restauração é preciso destacar a dependência econômica da monarquia portuguesa de suas conquistas; talvez a única na Europa cujo sustento proviesse do ultramar. Portugal era incapaz de produzir riquezas em seu território suficientes para suprir seus gastos, sendo assim, o império sustentava a monarquia⁶⁰. Ainda no período da União Ibérica, verificou-se uma consolidação de instituições político-administrativas nos domínios ultramarinos, com a criação de artifícios administrativos mais complexos, tais quais: Companhia das Índias Orientais (1587); as dioceses do Japão (1587), de Angola e Congo (1596) e de Moçambique (1612); as Ordenações Filipinas (1603); o Conselho das Índias e das Conquistas Ultramarinas (1604), a Companhia de Comércio das Índias Orientais e a Casa de Contratação da Bahia (1628), entre outros, que promoveram uma institucionalização da governabilidade ibérica nos territórios ultramarinos⁶¹. No regime brigantino, a criação do Conselho Ultramarino (1642) enquanto órgão incumbido de administrar os negócios referentes aos Estados do Brasil, Índia, Guiné, ilhas de São Tomé e Cabo Verde, e as demais conquistas africanas, mostra-se como uma ferramenta de uniformização e racionalização do governo desses territórios, bem como de retomada da Coroa portuguesa do governo imperial a pouco “reconquistado”⁶². A criação

⁵⁸ CUNHA, Anabela. Degredo para Angola: sentença de morte lenta. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 18, n.02, 2013, p. 91.

⁵⁹ FLORENTINO, M. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 98.

⁶⁰ ANDRADE, T. O conceito de monarquia pluricontinental em perspectiva: desafios e possibilidades para o exercício historiográfico. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Juiz de Fora, ano 7, ed. 18 set./dez. 2014, p. 57.

⁶¹ GOUVÊA, M. F. **Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)**. Op. cit., p. 289-290.

⁶² GOUVÊA, op. cit., p. 292.

desse órgão está relacionada, igualmente, com a ascensão do Atlântico na economia imperial do século XVII, principalmente com a interdependência entre Brasil e África com o comércio do açúcar e de escravos.

Na análise do funcionamento do sistema atlântico, calcado na pilhagem e escravização de africanos e na agricultura escravista americana, Alencastro destaca as dimensões assumidas pelo “trato negreiro” lusitano⁶³. As primeiras expedições portuguesas na África visavam encontrar as jazidas e feiras por onde circulavam os metais preciosos. Posteriormente, o comércio de escravos se revela como fonte de receitas para o Tesouro Régio, sendo os ganhos fiscais superiores aos econômicos. Por fim, surge como o motor produtor da agricultura das ilhas atlânticas, apresentando vantagens sobre o trabalho livre na consolidação da produção ultramarina⁶⁴. O escravo negro africano constituiu o pilar fundamental da economia agrícola em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, sendo Angola a principal fonte de exportação, na África Ocidental, após a fundação de Luanda em 1575⁶⁵. Essa conexão entre as duas margens do Atlântico Sul comportava uma dinâmica colonial de complementariedade: o Brasil produzia açúcar, tabaco, café, algodão; a África fornecia os escravos, tornando o uso do trabalho escravo africano irreversível e estrutural na “conservação” do Brasil a partir da segunda metade do século XVII⁶⁶. O tráfico negreiro, enquanto chave da economia imperial portuguesa oferecia enormes possibilidades de acumulação e lucros⁶⁷; é aqui que vemos a inserção de Angola na política ultramarina portuguesa.

2.2 Angola em cena: territorialidade, organização social e avassalamento

A região do Ndongo⁶⁸ – habitada pelos *mbundu*⁶⁹ – no século XVII compreendia o território localizado entre os rios Kwanza, Lukala e Bengo, na África Centro-Occidental.

⁶³ “Trato negreiro” é uma expressão usada por Luiz Felipe de Alencastro para caracterizar todas as etapas que envolviam os processos de captação, transporte, embarque e comércio dos escravos, desde sua saída dos sertões angolanos, passando pela travessia atlântica, até chegar aos mercados da América Portuguesa. ALENCASTRO, op. cit.

⁶⁴ Ibid, p. 30-32.

⁶⁵ BOXER, op. cit., p. 108, 114.

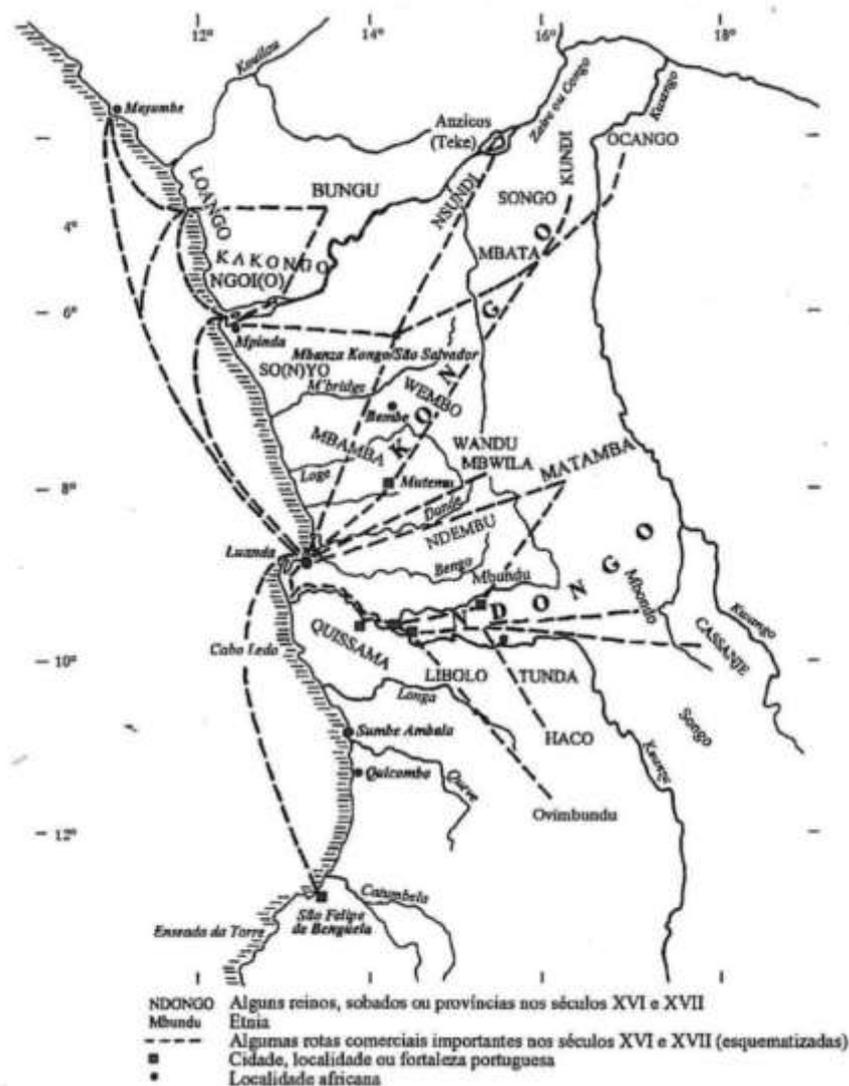
⁶⁶ ALENCASTRO, op. cit., p. 35, 40.

⁶⁷ FRANÇA, op. cit., p. 388-389.

⁶⁸ “O nome de Angola, com que os portugueses designavam este Estado, deriva do título dos seus reis. [...] É possível que os próprios africanos não tivessem originalmente uma designação territorial que abarcasse a totalidade do território dominado pelo *ngola a kiluanje*. Ndongo era provavelmente apenas o nome da sua província mais importante. Mais tarde, adoptaram a designação portuguesa.” HEINTZE, op. cit., p. 277.

Abrangia, de acordo com Cadornega, as províncias de Ilamba, Lumo, Massangano, Ambaca (Mbaka), Cambambe (dividida em Museke e Gango), Ari, Uмба (Quituxila)⁷⁰, além de Kissama e Libolo. O Ndongo tinha o Kwanza como rio principal, conectando o interior ao litoral, e tinha suas fronteiras demarcadas pelo Congo, ao norte; Matamba, a leste e Benguela, ao sul.

Figura 1 – África Centro-Occidental, séculos XVI-XVII



Fonte: HEINTZE, 2007, p. 22.

⁶⁹ Grupo étnico-linguístico, falantes do *kimbundu*, do centro-norte de Angola que se prolonga nas regiões do Lengue, Songo, Mbondo, Ndongo, Pende, Hungu e Libolo. PARREIRA, A. **Dicionário Glossográfico e Toponímico da documentação sobre Angola. Séculos XV-XVIII**. Lisboa: Editorial Stampa, 1990, p. 73.

⁷⁰ CADORNEGA, A. de O. de. **História Geral das Guerras Angolanas**. Lisboa: Agência-geral do Ultramar, 1972, tomo I, p. 27.

O território angolano, todavia, não pode ser pensado a partir de uma demarcação espacial estática, mas sim através de sua flexibilidade. A definição territorial obedecia a critérios circunstanciais; as fronteiras se alargavam com a realização de alianças entre lusitanos e africanos e, por vezes, encolhiam nos períodos de conflitos de interesses,⁷¹ delineadas pelas tramas de poder. Essa fronteira dinâmica e flexível, como aponta Catarina Madeira Santos, é um lugar de trocas materiais, culturais ou simbólicas, “onde a expansão colonial da costa para o interior é gradual, irregular, produz-se em várias frentes” e está em constante construção⁷². Os próprios documentos administrativos da época não se referiam a Angola como um único espaço físico, podendo representar a região que comporta a capital e os presídios mais próximos, ou mesmo sobados mais distantes e não subordinados à Coroa.

A região estava organizada segundo linhagens matrilineares⁷³ em chefados comandados pelos *sobas*, que reconheciam o *ngola*, soberano do Ndongo, como autoridade máxima. A população dividia-se entre livres (*murinda*) e escravos (*kijiku*), estes últimos estavam fora do sistema de linhagem dos mbundu⁷⁴. Angola possuía uma política marcada pela descentralização, o que teria favorecido a penetração dos interesses mercantis portugueses. O poder do *ngola* era vinculado ao sobrenatural e a ele cabia funções como prover a chuva e controlar demais fenômenos da natureza. O poder na prática era distribuído entre os *sobas* – chefes dos territórios de Angola – que gozavam de grande autonomia em suas ações. Essa descentralização do poder direcionou os portugueses à negociação direta com esses *sobas* por meio do avassalamento.

Maria Emília Santos identificou três fases de aproximação dos portugueses nas zonas de interesse da África Centro-Occidental. Primeiramente, buscava-se fazer contato e se estabelecer na região ou nas proximidades; em seguida vinha o pedido de passagem, a autorização para abrir caminhos e adentrar no potentado; para, por fim, “pacificar” – leia-se conquistar – e submeter a autoridade africana ao poder real. Essas relações poderiam ser regulares ou turbulentas, produzindo exaustivas resistências, mas eram extremamente

⁷¹ OLIVEIRA, I. S. **Textos militares e mercês numa Angola que se pretendia “reformada”**: um estudo de caso dos autores Elias Alexandre da Silva Correa e Paulo Martins Pinheiro de Lacerda. 2015. 277 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015, p. 14.

⁷² SANTOS, C. M. **Um governo “polido” para Angola**: Reconfigurar dispositivos de domínio (1750-c.1800). 2005. 638 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2005, p. 14-15.

⁷³ No sistema matrilinear, o sobrinho do chefe (filho de sua irmã), era transformado em seu sucessor, sendo essa relação de parentesco mais valorizada que a relação matrimonial na escolha do novo soberano.

⁷⁴ HEINTZE, op. cit., p. 277, 278.

necessárias, pois o acesso português ao *hinterland* dependia da influência do poder político do chefe africano⁷⁵.

Em Angola, o avassalamento foi usado como instrumento político de domínio dos territórios conquistados no Ultramar⁷⁶ e surgiu como substituto do sistema de amos, vigente até o início do século XVII. O sistema de amos consistia na distribuição de terras, inclusive sobados, para instituições e indivíduos particulares⁷⁷, que se tornavam amos desses sobas e seus intermediários com a Coroa. O tutor exigia de tudo, desde o fornecimento de alimentos de graça (sorgo, cabras, galinhas, capotes); que o tutelado trabalhasse sem receber nada – o que inclui sua família, seus agregados e seus subordinados; até a entrega de escravos. Todos esses serviços eram tidos como tributos à Coroa, que cedera os seus direitos aos jesuítas e aos colonos⁷⁸. Esse sistema foi estabelecido durante o período do governo de Paulo Dias de Novais (1575-1588) que doou vários chefados como propriedade hereditária a conquistadores e, principalmente, à Sociedade de Jesus, como sesmaria⁷⁹. O novo proprietário das terras, neste caso majoritariamente jesuítas, passava a ter direito de dispor dos africanos que viviam em seus domínios e a cobrar diretamente tributos dos chefes locais sem supervisão ou intervenção dos funcionários da Coroa, o que não oferecia vantagens para a Fazenda Real, já que não havia um contato direto com esses sobas na tentativa de abrir caminhos para o comércio nos sertões, principais áreas de captação de escravos⁸⁰. Outro fator para a extinção dos amos foi o abuso de sua instituição pelos proprietários, que muitas vezes exploravam a população local, escravizando-os ou vendendo-os para benefício próprio⁸¹. Com isso, a partir de 1607, os angolanos passaram a ser diretamente subordinados à Coroa portuguesa através do avassalamento, que era administrado por funcionários portugueses.

A vassalagem já existia em Portugal nas relações entre as elites aristocráticas com o rei, contudo, a vulgarização do termo vassalo no século XVII possibilitou que essa ligação de fidelidade e lealdade também abrangesse as relações entre Estados que, se estendendo ao Ultramar, formou o que Beatrix Heintze chama de relações pseudo-vassalísticas entre o rei de

⁷⁵ SANTOS, M. E. Em busca dos sítios do poder na África Centro Ocidental. Homens e caminhos, exércitos e estradas (1483-1915). In: HEINTZE, B.; OPPEN, A. **Angola on the move**: transport routes, communications and history. Lembeck: Frankfurt am Main, 2008, p. 26-27.

⁷⁶ HEINTZE, op. cit., p. 255.

⁷⁷ CARVALHO, F. M. de. **Sobas e homens do rei**: a interiorização dos portugueses em Angola (séculos XVII e XVIII). Maceió: Edufal, 2015, p. 81.

⁷⁸ SILVA, A. C. **A Manilha e o Libambo**: a África e a escravidão, de 1500 a 1700. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 418.

⁷⁹ HEINTZE, op. cit., p. 439.

⁸⁰ CARVALHO, F. M., op. cit., p. 81.

⁸¹ HEINTZE, op. cit., p. 439.

Portugal e os sobas de Angola⁸². O sistema de avassalamento enquanto instrumento de poder utilizado com os sobas também se apropriou da cerimônia de undamento presente entre os africanos e utilizada na legitimação do poder de um novo soba. Segundo Carlos Couto, apesar da imprecisão do termo na documentação da época, a cerimônia, certamente de origem banta, era empregue na confirmação de um soba no governo de seu grupo⁸³.

Undar é cerimônia de que se usam os sovas quando sucede nas terras por morte do último Senhor da terra, ou quando por causas justas conforme as suas leis e costumes lançam o Senhor fora da terra e eagem os macotas que são os do Concelho outro Senhor o qual costuma ser o sobrinho do morto, filho de sua irmã porque este tem por legítimo Senhor e não o filho que dizem por ser adúlterino, este tanto que é eleito e antes de o elegerem o fazem saber o governador pedindo-lhe que o haja por bem e que o queira undar, que é o mesmo que confirma-lo na terra⁸⁴.

De acordo com Beatrix Heintze, no undamento pelos portugueses, deitava-se farinha ou barro branco nos ombros dos chefes, espalhando-os pelos braços e pelo peito, como forma de empossar ou confirmar o soba como legítimo dos seus territórios ancestrais⁸⁵.

No ritual de avassalamento, os sobas se submetiam a um ato solene e público, de caráter formal, que consistia na produção de um documento escrito. Este ato legal era indispensável, fazendo o tratado de vassalagem assumir uma dupla forma: um ato oral e outro escrito.

O acordo celebrava-se na presença de duas pessoas com poderes de soberania próprios ou delegados: o rei de Portugal, representado pelo seu governador em Angola ou outra autoridade portuguesa com poderes competentes (caso dos capitães mores dos presídios, ou os chefes dos concelhos ou distritos, divisões administrativas de carácter mais amplo), e o rei ou chefe africano⁸⁶.

Catarina Madeira Santos demonstra como, através dos autos de avassalamento, a escrita passa a ser o meio adotado pela Coroa portuguesa nos contatos oficiais com os sobas e como esses chefes africanos a convertem em instrumento de poder, pois têm consciência do valor desse documento enquanto símbolo da relação estabelecida⁸⁷. O estatuto de vassalo

⁸² HEINTZE, op. cit., p. 388, 390.

⁸³ COUTO, C. **Os capitães mores de Angola no século XVIII. Subsídios para o estudo de sua atuação**. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972, p. 253.

⁸⁴ MMA, 1ª série, XIII, p. 4, rodapé.

⁸⁵ HEINTZE, op. cit., p. 404.

⁸⁶ SANTOS, C. M. Escrever o poder: os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu. **Revista de História**, 155, 2º, 2006, p. 87.

⁸⁷ SANTOS, C. M., op. cit., p. 88.

assegurava ao soba a proteção e o apoio real, preservando certa autonomia política. O tratado assinado continha uma série de direitos e deveres: o vassalo deveria jurar fidelidade e obediência à Coroa, se comprometer a prestar auxílio militar, abrir os seus territórios ao comércio português, sobretudo o de escravos, pagar tributos anuais e converter-se ao Cristianismo – embora o batismo desses sobas não tenha sido uma condição *sine qua non* do avassalamento – em troca de proteção militar contra seus inimigos⁸⁸. Os pressupostos do avassalamento geralmente incluíam:

[promover] o livre acesso, isento de taxas alfandegárias, de todos os portugueses e dos seus *pombeiros* (negociantes negros) aos territórios dos vassalos; esforço por parte do vassalo em manter uma boa relação com eles; o comércio livre, mas com exclusão da concorrência europeia ou africana; a interdição do contrabando; a autorização de passagem pelo território, sem qualquer restrição; o fornecimento gratuito de carregadores para o exército, todos os funcionários do governo e missionários e contra pagamento para todos os outros portugueses; a entrega de todos os escravos fugidos dos portugueses para o vassalo; a liberdade de estabelecimento e residência para todos os missionários; o apoio ativo, ou pelo menos a tolerância da atividade missionária; o fornecimento de alimentos a missionários e embaixadores de passagem pelo seu território; a comunicação imediata ao governo de todas as ocorrências que chegassem ao conhecimento dos vassalos e que pudessem ser importantes para os portugueses, em especial sobre atividades inimigas; o fornecimento de conselhos úteis; a proibição de receber chefes africanos e europeus com intenções hostis e a sua denúncia imediata; e sobretudo a imposição de não fazer guerra contra um outro vassalo, sem a autorização expressa das autoridades portuguesas, ou de não permitir que ela ocorresse noutros locais, mas pelo contrário, viver em paz e amizade com todos os vassalos portugueses⁸⁹.

Com base nesses termos, é possível perceber o interesse mercantil português em buscar o desenvolvimento e controle do comércio de escravos nas regiões fora de seus domínios de forma “pacífica”, sendo o avassalamento o meio usado na tentativa de formar relações mais sólidas com esses sobas e facilitar a implementação dessa prática de interiorização. Os sobas deveriam se dirigir à capital com suas comitivas para prestar vassalagem e reiterarem fidelidade sempre que um novo governador chegava a Angola⁹⁰, o que reforça a necessidade da Coroa em manter uma comunicação estável com esses chefes na

⁸⁸ HEINTZE, op. cit., p. 280, 407.

⁸⁹ Ibid, p. 417.

⁹⁰ SANTOS, C. M., op. cit., p. 130.

manutenção do comércio. As quebras dos contratos eram comuns e envolviam principalmente a obstrução do comércio por parte dos sobas “rebelados”, podendo abranger acusações de roubo e assassinato de comerciantes, acolhimento de escravos fugidos, a recusa de auxílio militar e da recepção de embaixadores de chefados com os quais não mantinham uma relação estável de amizade. As punições por negar obediência ao rei português variavam de acordo com a situação política ou militar do momento, quando as negociações não se faziam suficientes para garantir a submissão e/ou quando o potentado do soba rebelado apresentava potencial econômico, principalmente na captação de escravos, as campanhas punitivas eram cogitadas e frequentemente legitimadas enquanto “guerras justas”⁹¹.

Aqui utilizamos o conceito de sertão de J. Russell-Wood para caracterizar as áreas onde a influência portuguesa era reduzida e não havia um controle efetivo da Coroa. Para Russell-Wood, o sertão transcendia a localização geográfica, pois um de seus aspectos determinantes era a ausência de limites.

O sertão não era contínuo nem podia ser domado, tampouco tinha um princípio ou fim exatos. Não era uma fronteira no sentido político ou geográfico, mas, antes, um estado de espírito. [...] Era bárbaro, caótico, não cristão, não civilizado, e hostil aos valores e princípios apreciados pelos portugueses. Era uma região esquecida por Deus e desconhecida do homem civilizado. Resumindo, a civilização e ortodoxia acabavam onde o sertão começava⁹².

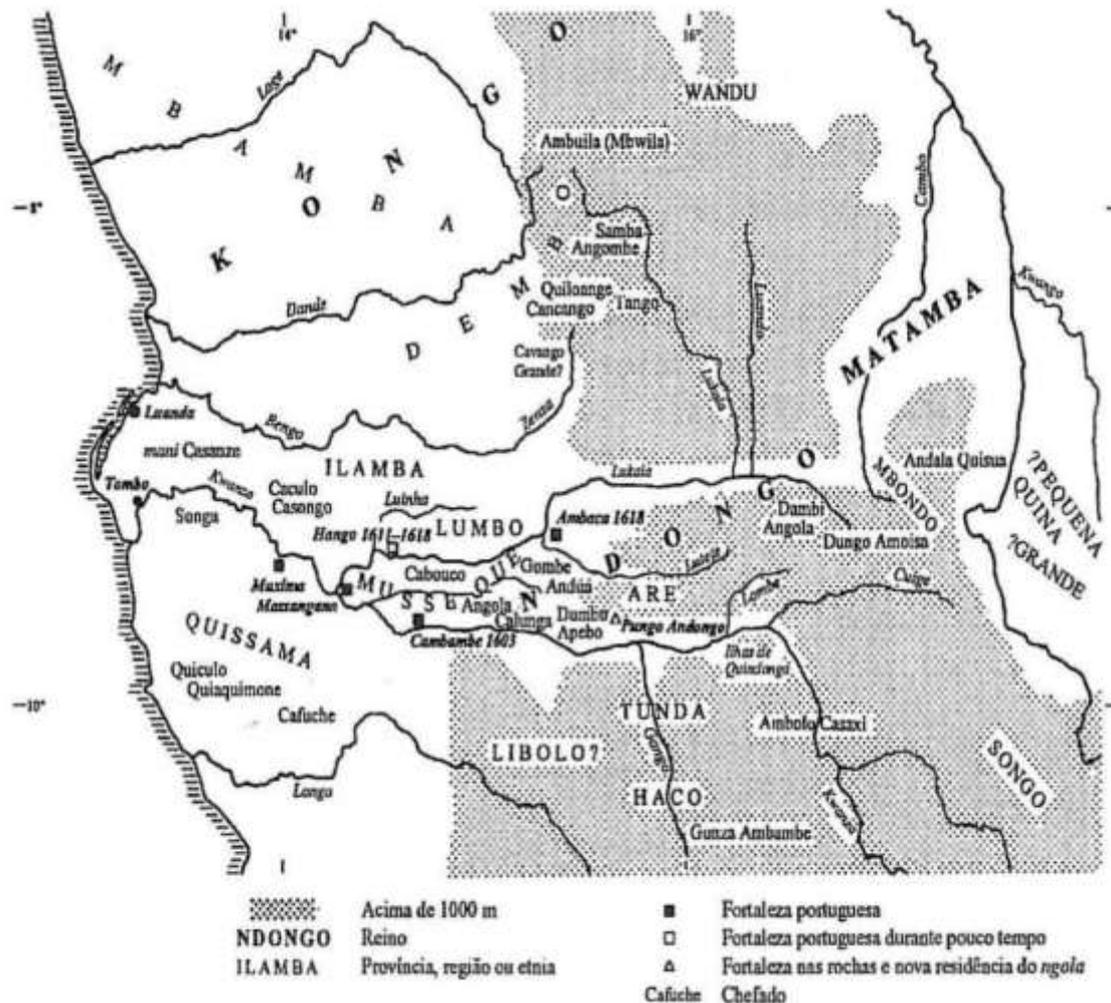
Nos sertões, a presença portuguesa era reduzida e seus habitantes naturais eram tidos como selvagens (gentios). O conceito era essencialmente etnocêntrico e usado por aqueles que se diziam representantes de uma civilização (administradores, missionários e colonos) como forma de legitimar seus projetos de conquista ou supressão. Uma das principais características da “cultura do sertão” era a violência no processo de penetração no interior⁹³. Os sertões angolanos eram compostos por personagens com formas de organização social e interesses próprios; lógicas e hierarquias de poder pouco compreendidos e que muitas vezes fugiam ao alcance da administração portuguesa.

⁹¹ HEINTZE, op. cit., p. 423-424.

⁹² RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Histórias do Atlântico português**. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 280.

⁹³ *Ibid*, p. 280, 282.

Figura 2 – Ndongo e região circundante na primeira metade do século XVII



Fonte: HEINTZE, 2007, p. 283.

O primeiro soberano do Ndongo teria sido um dos muitos chefes mbundu que habitavam a região e que conseguiu se destacar e subjugar os demais devido a sua superioridade militar, associada ao domínio das técnicas de metalurgia do ferro⁹⁴. O mito do primeiro ngola está diretamente ligado ao ofício de ferreiro, muito valorizado entre os mbundu, como descreve Cavazzi, no século XVII:

Dizem os naturais que este foi um tal Ngola-Mussuri, o que quer dizer “rei serralheiro”, a quem um ídolo tinha ensinado a arte fabril. Pode ser que este homem, mais perspicaz que os outros, achasse a maneira de preparar o ferro, para machados, machadinhas, facas e setas, coisas que ajudavam os Pretos na caça e na guerra e foram para o artista grande fonte de riqueza. Como usava delas com sagacidade e socorria a todos nas necessidades públicas, ganhou amor e o aplauso dos povos, de

⁹⁴ HEINTZE, op. cit., p. 49.

tal maneira que, por conhecerem nele grande capacidade e tino singular, muitos régulos o proclamaram chefe do país, que se chamava “Ndongo” ou de Angola⁹⁵.

O valor simbólico do ferro era muito marcante entre as sociedades da África Central; o ferreiro possuía a capacidade de acessar o mundo invisível, diferenciando-se dos demais. A imagem do rei ferreiro agregava esse aporte místico, que conferia maior legitimação ao soberano. Ao ngola cabia manter a comunicação entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, garantir a fertilidade da terra e a reprodução do povo⁹⁶.

Em virtude do caráter espiritualizado do ngola, o governo efetivo da região voltava-se aos sobas. Angola era dividida em sobados, cada qual chefiado por seu soba. Os sobas estavam subordinados ao ngola, reconheciam-lhe como soberano e pagavam-lhe tributos, mas possuíam muita liberdade política em suas práticas governativas. A própria composição geográfica de Angola facilitava essa autonomia, já que muitos desses sobados ficavam isolados dos demais⁹⁷. Por esse motivo, o principal meio de aproximação e interiorização no sertão encontrado pelos portugueses foi através do contato com esses sobas.

Os jagas também são personagens fundamentais na compreensão da dinâmica social dos sertões angolanos e das revoltas desencadeadas no século XVII. Suas relações com os portugueses trouxeram profundas transformações políticas e econômicas, principalmente na “guerra preta” e na captação e comercialização de escravos, já que se tornaram um de seus principais fornecedores. A guerra preta era constituída apenas por soldados negros e se caracterizava pela grande mobilidade e conhecimento do território de seus componentes. Sobas avassalados, dembos e makotas (conselheiros dos sobas) eram inevitavelmente recrutados para compor as tropas⁹⁸, mas outros agentes de guerra africanos também integravam a guerra preta: tendalas, quilambas, quimbares⁹⁹ e jagas. Essas tropas agregavam

⁹⁵ MONTECÚCCOLO, J. A. C. **Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965, tomo I, p. 253.

⁹⁶ FONSECA, M. **Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola**. Século XVII. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 23.

⁹⁷ CARVALHO, F. M., op. cit., p. 50-51.

⁹⁸ CRUZ, A. C. **Militares e militarização no Reino de Angola: patentes, guerra, comércio e vassalagem** (segunda metade do século XVIII). 2014. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014, p. 104.

⁹⁹ Tendala/ tandala: 1º conselheiro de Estado, correspondente ao presidente do Conselho do Rei ou nação. ASSIS JÚNIOR, op. cit., p. 359; *Kilamba, ilamba*: capitães da guerra preta; *kimbari, imbari*: pretos forros que se dedicavam à agricultura. MMA, 1ª série, IX, p. 29.

as campanhas de conquista nos sertões angolanos e as guerras punitivas contra os sobas rebeldes, sendo um elemento crucial à jurisdição militar portuguesa.

As relações entre jagas e autoridades portuguesas foram marcadas por alianças e conflitos, já que nem sempre ambos os lados mostraram interesses comuns. O termo jaga seria uma definição genérica para caracterizar grupos nômades e heterogêneos de guerreiros que não compartilhavam ancestralidade ou etnia comuns e eram formados predominantemente por homens jovens. Viviam de saques e pilhagens e por onde passavam agregavam homens adultos aos seus bandos¹⁰⁰. Dificilmente prestavam fidelidade e só formavam alianças militares baseadas em seus interesses. A presença jaga nas fontes tornou-se regular no século XVII; nas crônicas e relatos da época esses personagens são frequentemente apontados como hordas de guerreiros selvagens, extremamente militarizados e praticantes de atrocidades como antropofagia e infanticídio. Entretanto, considerando o olhar europeu que essas descrições carregam (de viajantes, missionários, militares, funcionários da Coroa etc.), essas atribuições demandam uma análise crítica e cautelosa.

O viajante inglês Andrew Battel, prisioneiro português enviado à África como degredado, produziu relatos sobre sua convivência com um grupo jaga que teria encontrado na região de Benguela por volta de 1600 e viajado por alguns meses. Battel os descreve como os maiores canibais do mundo, pois se alimentam principalmente de carne humana, apesar de disporem de todo o gado daquele país¹⁰¹. E mais:

Eles tiram quatro de seus dentes, dois de cima e dois de baixo, para provar bravura. [...] As mulheres são muito férteis, mas não aproveitam suas crianças: pois assim que uma mulher pare uma criança, esta é enterrada rapidamente [ainda viva], para que não haja nenhuma criança a ser criada nesta geração. Mas quando eles tomam uma cidade eles guardam os garotos e as meninas de treze ou catorze anos de idade como seus. Mas os homens e mulheres eles matam e comem. Estes pequenos garotos eles treinam para a guerra, e penduram um colar em seus pescoços que simboliza sua desgraça, o qual nunca é tirado até que o rapaz se prove um homem, trazendo a cabeça do inimigo para o General¹⁰².

O missionário capuchinho Antonio Cavazzi de Montecúcolo retrata esses grupos da seguinte forma:

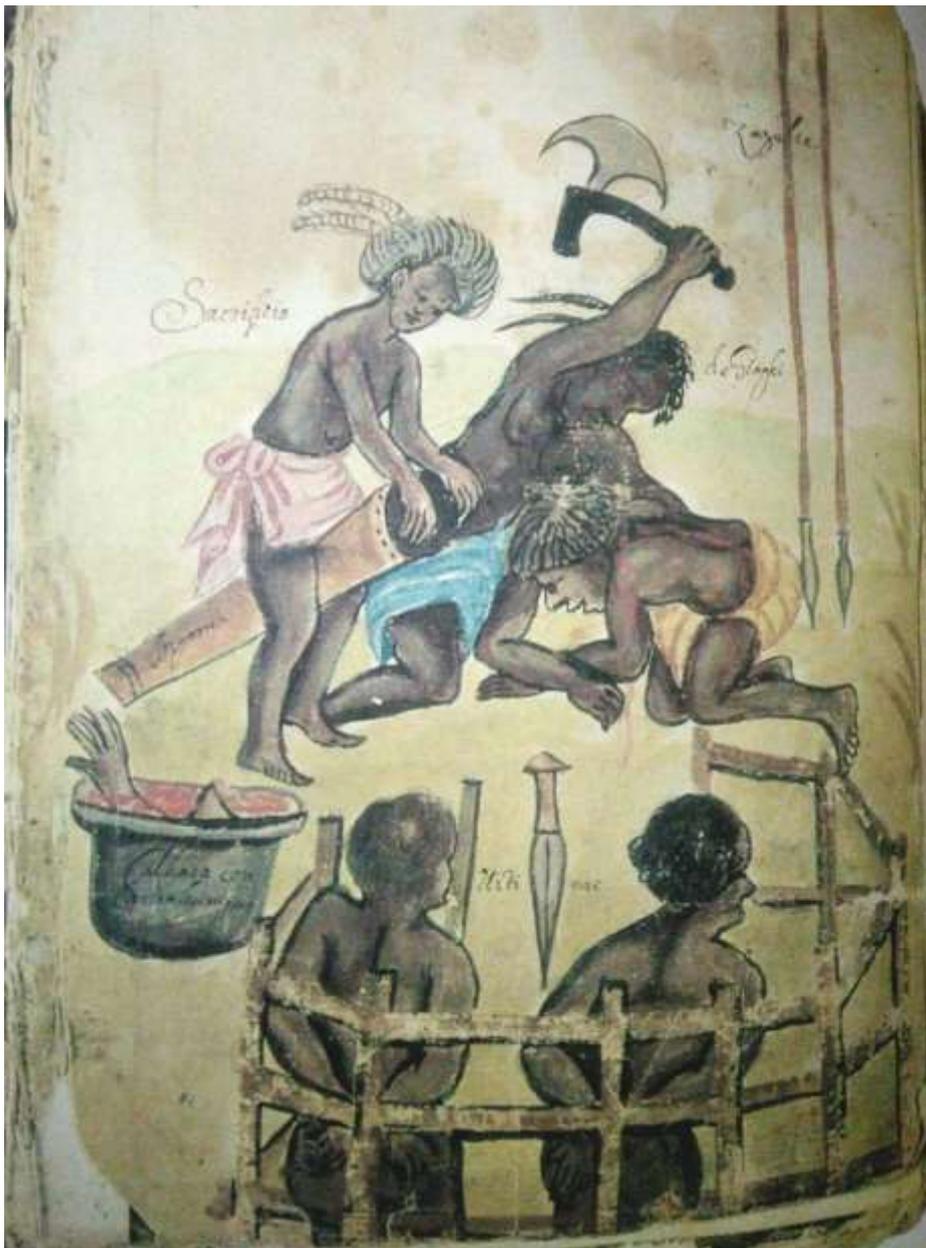
¹⁰⁰ CARVALHO, F. M, op. cit., p. 76

¹⁰¹ RAVENSTEIN, E. G. (ed). **The strange adventures of Andrew Battell of Leigh, in Angola and adjoining regions**. Londres: Hakluyt Society, 1910, p. 21.

¹⁰² Ibid, p. 32-33, tradução nossa.

É uma gente de cuja boca sai continuamente a mentira e a falsidade, sempre dada ao roubo e a qualquer crime. É um povo sempre sedento de sangue e de carnificina, ávido devorador de carne humana, feroz contra as feras, cruel para com os inimigos e até contra os próprios filhos. Numa palavra: parece animado por sentimentos tão maus que o Inferno nunca vomitou fúrias e tiranos que possam servir de comparação¹⁰³.

Figura 3 – Jagas em um ritual de antropofagia



Fonte: Jagas decapitando prisioneiros (c. 1660). Ilustração de Cavazzi. Módena, Coleção de Carlo Araldi, apud ALENCASTRO, 2000.

¹⁰³ MONTECÚCCOLO, I, p. 175.

Na figura 3, jagas decapitam um de seus prisioneiros em um ritual antropofágico. No canto esquerdo, é possível observar um balde com alguns membros humanos cortados. Além de retratá-los como canibais, Cavazzi adicionou chifres a esses personagens, reforçando o caráter diabólico atribuído a eles.

O militar António de Oliveira de Cadornega, na sua *História Geral das Guerras Angolanas* produzida durante o século XVII, atribui a origem da prática do infanticídio a um episódio onde:

uma senhora que tiveram ficar sem filhos, por ser estéril, a qual, sendo já velha, irritada de não ter quem lhe sucedesse em o senhorio, [...] mandou a um recém nascido pisar em um pilão ou quino [...] e feito em moada ou pó o deu a todos os seus principais vassalos a beber, fazendo com eles o pacto e juramento de não consentirem mais parisse ou criasse em seus quilombos e arraiais nenhuma criança que neles nascesse, e nem houvesse fêmea que neles a parisse, com pena de morte: barbaridade e pragmática notável e tiranal e de então pra cá seguiram este diabólico abuso, observando-o como se fosse preceito divino¹⁰⁴.

A partir desses relatos é possível perceber como esses grupos eram relacionados à violência, guerra, canibalismo, infanticídio, crueldade e selvageria, beirando à animalidade. Porém, devemos considerar que essas fontes expõem olhares alheios sobre esses grupos e suas práticas, e que essas visões são carregadas de valores inseridos num quadro cultural, social e político do modelo cristão-europeu¹⁰⁵. A descrição desses grupos é marcada por preconceitos e estranhamentos e também carregada das intenções políticas de legitimação das práticas militares e missionárias na região.

Apesar de sua relevância, esse conjunto de fontes levanta vários questionamentos sobre quem seriam esses jaga e suas origens. Um ponto muito comum nesses documentos é a generalização do termo jaga para todos os grupos relacionados à guerra, selvageria e canibalismo. Outro ponto importante a ser ressaltado e que provoca muita confusão dentro da historiografia sobre o tema é utilização dos termos jaga e mbangala (imbangala) enquanto sinônimos. Segundo David Birmingham, jaga e mbangala seriam grupos distintos, o que leva

¹⁰⁴ CADORNEGA, 1972, III, p. 222-223.

¹⁰⁵ MACEDO, J. R. Jagas, Canibalismo e “Guerra Preta”: os Mbangalas, entre o mito europeu e as realidades sociais da África Central do século XVII. *História*, São Paulo, v. 32, n. 1, jan./jun. 2013, p. 56.

a crer que os jaga que invadiram o Congo em 1568 não corresponderiam aos mbangala que se estabeleceram no Ndongo no século XVII, fundando o potentado de Kassanje¹⁰⁶.

A presença dos jaga no Congo e no Ndongo provocou um intenso e produtivo debate historiográfico, iniciado na década de 1970 por Joseph Miller e John Thornton. Miller, em *Requiem for the "Jaga"*, propôs questões até então não abordadas na historiografia sobre esses personagens. Para ele, os jaga seriam uma invenção de militares, missionários e comerciantes que utilizaram esse mito dos jaga selvagens e canibais para justificar suas atividades na África. Os comerciantes foram os mais beneficiados com a criação desse imaginário, usando-o para defender a moral do comércio de escravos que, apesar de ruim, apresentava uma alternativa melhor do que virar vítima desses grupos canibais. Ou antes, para burlar o pagamento de tributos à Coroa, afirmando que muitos dos cativos adquiridos no interior não chegaram à capital por terem sido comidos pelos jaga, quando na verdade teriam sido traficados para fora da África de forma ilegal. Os jaga da invasão de 1568 teriam sido então, habitantes do próprio Congo, insatisfeitos com o rei Álvaro I, ou seja, a revolta teria resultado da descentralização do controle e perda de lealdade ao rei por parte da nobreza e da população comum¹⁰⁷. Já Thornton, em sua resposta a esse artigo, intitulada *A Resurrection for the Jaga*, apontou que teria sim ocorrido uma invasão no Congo pelos Yaka do Vale do Niari¹⁰⁸. Anne Hilton defendeu o posicionamento de Thornton afirmando que o termo jaga não foi inventado pelos portugueses e que *yaka*, no vocabulário kikongo, era utilizado para designar o outro, o estrangeiro¹⁰⁹.

Sobre a generalização do termo jaga nas fontes portuguesas, Mariana Candido afirma que apesar de sua preexistência (*yaka*), houve uma reconfiguração de seu significado e utilização no “universo português da África Centro-Occidental” na identificação de grupos fora do controle português, que ameaçavam a existência do projeto colonial e cuja organização política e social era desconhecida. O ato de nomear esses grupos surge, então, como uma forma de “tomada de posse”, parte do processo de conquista¹¹⁰.

¹⁰⁶ BIRMINGHAM, op. cit.

¹⁰⁷ MILLER, J. C. Requiem for the "Jaga". *Cahiers d'études africaines*, vol. 13, n. 49, 1973, p. 121, 134, 136.

¹⁰⁸ THORNTON, J. K. A resurrection for the Jaga. *Cahiers d'Études Africaines*, v. 18, n. 69, 1978, p. 224-225.

¹⁰⁹ HILTON, The Jaga reconsidered. *The Journal of African History*, v. 22, n. 2, 1981.

¹¹⁰ CANDIDO, M. P. Jagas e sobas no “Reino de Benguela”: vassalagem e criação de novas categorias políticas e sociais no contexto da expansão portuguesa na África durante os séculos XVI e XVII. In: RIBEIRO, A.; GEBERA, A.; BERTHET, M. *África: histórias conectadas*. Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF, 2014, p. 69, 75.

Apesar da controvérsia em torno das origens jaga e mbangala, sabe-se que Kassanje foi fundado na primeira metade do século XVII às margens do Kwango¹¹¹ e que o título jaga passou a ser utilizado para denominar os chefes da região. Os temidos grupos jaga continuaram saqueando e pilhando regiões por todo o século XVII, mas a atenção dos portugueses se voltou mais para o potentado de Kassanje, que se tornou um importante centro econômico. Esse potencial econômico de Kassanje incentivou os portugueses a estabelecer relações mais concretas com a região, que passou a ganhar mais destaque nas fontes, colocando os grupos jaga em segundo plano¹¹².

As relações entre mbangala e portugueses abrangeram interesses econômicos e militares de ambos os lados. Segundo Miller, sem o apoio militar dos mbangala os portugueses não teriam alcançado seus primeiros sucessos contra os *mbundu* após 1610 e não conseguiriam desenvolver o comércio na mesma dimensão em que ocorreu¹¹³. Os mbangala também tiraram proveito dessas relações, principalmente no comércio com os portugueses. O apoio militar africano foi amplamente utilizado, pois conheciam as armas e estratégias empregadas pelo lado oposto e também a geografia local, que facilitava na escolha de um melhor posicionamento das tropas. O papel dos mercenários mbangala foi expressivo na “guerra preta”, suas habilidades militares favoreciam a vitória dos lusitanos e a captação de escravos. É significativo o envolvimento dos jagas/mbangalas nas revoltas desencadeadas durante o período da presença holandesa em Angola, tanto como aliados aos portugueses nas guerras pretas como quanto inimigos. A maioria dos conflitos envolvia participação dos jagas, majoritariamente associados aos holandeses. Esses personagens surgem como um dos principais obstáculos ao controle português no período, promovendo saques e pilhagens contra sobas avassalados.

Outros personagens que transitavam nos sertões eram os pumbeiros e tangomaos/lançados. Os pumbeiros geralmente eram negros escravos, apesar de também poderem ser negros ou mestiços livres. Possuíam autonomia quase total e eram homens de confiança de seus senhores, podendo transitar livremente pelos sertões em expedições para a compra de escravos nos pumbos (feiras) do interior. Geralmente falavam duas ou três línguas

¹¹¹ “Cassange, propriamente dito, fica nas terras entre o Bondo, Songo e o rio Quango”. CARVALHO, H. **O jagado de Cassange na província de Angola**. Lisboa: Typographia de Christovão Augusto Rodrigues, 1898, p. 15.

¹¹² HEINTZE, op. cit., p. 45.

¹¹³ MILLER, J. C. **Poder político e parentesco: os antigos estados Mbundu em Angola**. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995, p. 219.

(português, kimbundu e kikongo) e conheciam bem a geografia e a organização do comércio e das relações de poder dos sertões angolanos¹¹⁴, podendo muitas vezes dispor de afinidade ou laços de parentesco com os grupos contatados nas negociações. O envio de pumbeiros ao sertão consistia em um dos três principais métodos de obtenção de escravos, sendo as outras duas alternativas a imposição de pagamentos de tributos aos sobas vassallos em forma de escravos e, por fim, a guerra¹¹⁵. Numa região de difícil acesso e hostil à conquista, os pumbeiros agiam como intermediários representantes dos interesses dos mercadores portugueses.

[...] entre este porto de Luanda e os ditos presídios há inimigos muito poderosos e de mui largas terras, como é da parte da província da Quissama, Capacassa, Cafuche Längere e o[u]tros muitos, não ousariam os mercadores negros que vem do Reino de Matamba, da Tunda, da província do Are e outras muitas partes muito remotas, vir por tantas terras de inimigos [...] a resgatar a este porto da Luanda, nem os mercadores brancos ousariam mandar pela terra dentro ao sertão seus negros pombeiros com fazendas de resgate, polas não roubarem e matarem os ditos pombeiros¹¹⁶.

A presença dos pumbeiros nos sertões tornou-se ainda mais crucial com a proibição da circulação de comerciantes brancos, mulatos ou negros calçados no século XVII na tentativa de evitar roubos e violência contra os sobas, que promoviam desordem e revoltas¹¹⁷. Com exceção dos comandantes de campanhas militares, das relações diplomáticas e da atividade missionária, os portugueses (ou europeus, no geral) dificilmente eram os atores principais dos avanços ao interior, cabendo essa função aos intermediários. Não somente devido à pequena porcentagem de portugueses presente na região, mas também como reflexo da política oficial portuguesa referente ao comércio de escravos no século XVII, o que explica as cláusulas dos regimentos frisando a não circulação de brancos nas feiras para “manter a ordem” e evitar prejuízos¹¹⁸.

¹¹⁴ CALDEIRA, A. M. Formação de uma cidade afro-atlântica: Luanda no século XVII. **Revista Tempo, Espaço, Linguagem**. v. 5, n. 3, set./dez. 2014, p. 33.

¹¹⁵ CARVALHO, F. L. Aspectos do tráfico de escravos de Angola para o Brasil no século XVII: 1. Prolegómenos do inferno. In: BARROCA, M. J. (Coord.). **Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In memoriam**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 239.

¹¹⁶ MMA, 1ª série, VI, p. 65.

¹¹⁷ TORRES, J. C. Feo Cardozo de Castelo Branco e. **Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luis da Mota Feo e Torres. A História dos governadores e capitães-generais de Angola, desde 1526 até 1825 e a Descrição Geográfica e Política dos reinos de Angola e Benguela**. Paris: Fantin Livreiro, 1825, p. 157; Regimento ao governador de Angola (Manuel Pereira Forjaz). MMA, 1ª série, VI, p. 274.

¹¹⁸ HEINTZE, B. A lusofonia no interior da África Central na era pré-colonial. Um contributo para a sua história e compreensão na actualidade. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, n. 7/8, jul. 2004/jun. 2005, p. 184.

Os tangomaos ou lançados também exerciam a função de captar escravos e transportá-los para a costa africana, além de ouro e marfim. Contrariamente aos pumbeiros, que eram agentes legalizados a serviço da Coroa, os tangomaos eram atravessadores que negociavam sem permissão formal e visavam a obtenção de bens particulares¹¹⁹. Majoritariamente judeus, mas também refugiados políticos, foragidos da justiça, cristão novos, degredados ou voluntários em busca de fortuna, os tangomaos fugiam às tentativas de monopólio da Coroa¹²⁰. Adotavam os dialetos e costumes locais, tais quais hábitos alimentares, ritos (nudez, marcas no corpo, etc.), poligamia:

[...] ainda que na nação são portugueses e na religião ou baptismo cristãos, de tal maneira porém vivem como se nem uma coisa nem outra foram, porque muitos deles andam nus e para mais se acomodarem e conaturalizarem com os gentios da terra onde tratam, riscam o corpo todo com um ferro, ferindo-o até tirarem sangue e fazendo nele muitos labores¹²¹.

Essas práticas os aproximavam e fortaleciam sua influência sob os chefes locais, facilitando suas atividades mercantis. A autonomia dos tangomaos em suas negociações desagradava a Coroa principalmente por não pagarem as taxas impostas sobre o comércio ultramarino, fato que reforça a inviabilização do desejo da Coroa em centralizar e monopolizar o comércio; a supervisão real das relações comerciais gerava rendimentos baixos e o oferecimento ou troca de serviços com os africanos possibilitava uma posição mais elevada no sistema do que a ofertada por Portugal¹²². Viviam entre os africanos e próximos às autoridades da terra e seus descendentes estavam mais ligados aos interesses locais do que da Coroa. Muitos desses tangomaos negociavam com franceses, ingleses e holandeses, fazendo-se até seus agentes¹²³. O bom funcionamento das transações comerciais dependia de todos os envolvidos e a liberdade desses agentes intermediários e dos chefes locais impossibilitava a submissão ao poderio metropolitano.

Na tentativa de supervisionar esses personagens e suas atividades comerciais, a Coroa tentou agregar a população branca em presídios e fortalezas. Essas construções, comuns nos

¹¹⁹ CARVALHO, F. M. op. cit., p. 58.

¹²⁰ ZERON, C. A. Pumbeiros e tangosmaos, intermediários do tráfico de escravos na África. In: II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais, 1999, Lagos (Portugal). **Passar as fronteiras. Actas do II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais. Séculos XV a XVIII**. Lagos: Centro de Estudos Gil Eanes, 1999, p. 16, 24.

¹²¹ GUERREIRO, F. **Relação anual das coisas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas suas missões... nos anos de 1604 e 1605**. Lisboa, Pedro Craesbeek, 1607, apud ZERON, op. cit., p. 23.

¹²² THORNTON, op. cit., p. 108.

¹²³ SILVA, A. C. op. cit., 2011, p. 312.

séculos XVI e XVII buscavam garantir a estabilidade das negociações e a presença militar lusa nas áreas conquistadas¹²⁴. Outra medida condizia em forçar a realização do comércio em feiras administradas por um funcionário português nas regiões de maior movimentação comercial. As feiras eram instituições antigas, preexistentes à chegada dos portugueses na África Centro-Occidental, muitas obedeciam rotas comerciais internas já existentes. A nomeação de um funcionário da Coroa para assumir a direção das feiras foi uma tentativa de exercer controle sob as atividades comerciais realizadas nesses locais e uma forma de manter contato direto com os sobas, cujo relacionamento amigável era importante para o bom desenvolvimento dos negócios. Essa prática teve início no século XVI, mas só foi formalizada no começo do século XVII. Esses agentes administrativos se encarregavam de manter a ordem e informar a Coroa sobre o funcionamento das feiras, mas falharam no controle dos sertanejos (portugueses que faziam seus próprios acordos com as autoridades locais) e dos chefes locais, não conseguindo impedi-los de negociar com estrangeiros¹²⁵.

Os próprios agentes portugueses inviabilizavam o desejo de centralização da Coroa, pois muitos negociavam ilegalmente com os sobas africanos para a obtenção de lucros. Esses funcionários, enviados aos locais onde se encontravam os sobas avassalados, serviam como elo entre o rei e seus vassallos e eram responsáveis por cobrar os tributos exigidos pela Coroa. Entretanto, muitos são os casos de administradores portugueses – principalmente capitães-mores – que se apropriavam desses tributos e exigiam “presentes” dos vassallos. Na maioria esmagadora dos casos os tributos e os presentes eram dados em forma de escravos, mercadoria valiosa no comércio no século XVII. A vida em Angola era dura e cheia de riscos, principalmente por conta das doenças tropicais e, conseqüentemente, não atraía muitos portugueses. Os capitães-mores enviados não tinham necessariamente uma formação adequada para fins administrativos e políticos, e os salários eram relativamente baixos¹²⁶. Esses fatores contribuía para a atitude desses administradores da Coroa em apropriar bens para benefício próprio.

2.3 Governabilidade e jogo de interesses nos sertões angolanos

O comércio já existia em Angola antes da chegada dos portugueses, organizado em feiras que conectavam diferentes grupos e mercadorias transportadas por curtas ou longas distâncias. Também a escravidão era praticada em solo africano antes do contato com os

¹²⁴ FONSECA, op. cit., p. 98.

¹²⁵ THORNTON, op. cit., 110-111.

¹²⁶ HEINTZE, op. cit., p. 455.

européus, mas com origens e características distintas. Segundo Paul Lovejoy¹²⁷, as sociedades da África Centro-Occidental eram estruturadas com base na etnia e no parentesco. Nesse ambiente a escravidão era mais um dos muitos tipos de relações de dependência. Não existia uma classe de escravos e eles desempenhavam praticamente as mesmas funções que os membros das linhagens. Assim, não havia uma organização social onde a escravidão era uma instituição essencial, como nas sociedades escravocratas. Havia ainda o fator islâmico, presente em muitas sociedades africanas. Nesta tradição a escravidão era vista como um meio de converter os não-muçulmanos e havia uma distinção mais clara entre escravos e livres, uma certa institucionalização da escravidão.

Foi com a abertura do Atlântico ao comércio que houve uma ruptura radical na definição da escravidão. A demanda de braços para a exportação transformou uma característica marginal da sociedade em uma importante instituição, mudando a estrutura social, política e econômica das regiões diretamente e até indiretamente envolvidas no comércio de escravos. O envolvimento com os portugueses modificou a dinâmica comercial até então vigente com a introdução de novos produtos e a ressignificação da escravidão, criando novas demandas.

O interesse português em Angola foi essencialmente econômico, focado principalmente no comércio de escravos. Mesmo com a comercialização de marfim, cobre e cera, era o escravo que movimentava o porto de Luanda¹²⁸. Angola foi a principal fornecedora para exportação de escravos que, em grande parte, provinham de regiões mais afastadas da costa, como Matamba. Luanda servia como porta de acesso ao interior, o que explica os projetos portugueses de interiorização¹²⁹.

Nos primórdios da presença portuguesa na África Centro-Occidental o rei do Congo foi o alvo das investidas da Coroa. Em 1482, uma expedição liderada por Diogo Cão alcançou o rio Zaire, que delimitava as fronteiras entre Congo e Moenemagé. No Soyo, localizado no Congo, as primeiras negociações foram estabelecidas. Todavia, vários fatores direcionaram o interesse português para Angola: 1. o aumento da demanda de mão-de-obra escrava, resultante do crescimento da produção de açúcar nas ilhas de São Tomé no final do século XV impulsionou os portugueses a ampliarem sua área de captação; 2. a política centralizadora do

¹²⁷ LOVEJOY, op. cit., passim.

¹²⁸ SILVA, A. C., op. cit., p. 415.

¹²⁹ HEINTZE, op. cit., p. 279.

manicongo¹³⁰ Dom Afonso I, ou Mvemba-a-Nzinga/Nvemba-ne-Lumbu (1506-1542-3), marcada pela tentativa de manter o monopólio sobre o comércio, que acabou por enfraquecê-lo, gerando descontentamento entre os chefes das províncias que viam no trato negreiro uma fonte de lucros; 3. a invasão jaga ao Congo, em 1568, que também contribuiu para a desestabilização do poder do rei frente as elites locais¹³¹.

O enfraquecimento do Congo acabou por fortalecer o processo de independência de Angola (Ndongo), até então subordinada ao Congo, favorecendo a aproximação direta entre os sobas da região e a Coroa. Os contatos com o Ndongo se iniciaram em 1520, mas somente em 1560 a região começou a ganhar mais espaço nos projetos políticos portugueses. A descentralização política do Ndongo favoreceu essas relações. Ao contrário do Congo, onde havia uma centralização do poder na figura do manicongo, no Ndongo o poder político estava distribuído entre os sobas. Com isso, os portugueses passaram a se concentrar cada vez mais na região, negociando escravos diretamente com os sobas.

A capital Luanda, fundada em 1575 pelo capitão-donatário e primeiro governador português de Angola Paulo Dias de Novais, cresceu e se desenvolveu como uma cidade-porto. Foi inicialmente nomeada de São Paulo, depois São Paulo da Assunção do Reino de Angola ou São Paulo de Assunção de Luanda e, por fim, Luanda – apesar de todos esses nomes coexistirem. Aí já viviam alguns portugueses, em sua maioria das ilhas de São Tomé, envolvidos com o comércio negreiro e alguns grupos de pescadores, os *akualuanda*. A escolha da região para a fixação de Novais e seus homens se deu frente à localização geográfica favorável à defesa contra ataques inimigos, por terra e por mar e pela maior possibilidade de controle sobre a movimentação no porto¹³². Por outro lado, a região possuía pouco – ou nenhum – potencial agrícola; a baixa pluviosidade não possibilitava a produção necessária para a subsistência de seus colonos. Cabia à capital servir como “base administrativa e militar da penetração para o interior e, sobretudo, como plataforma comercial no negócio de mercadoria humana”¹³³.

Nos séculos XVI e XVII o avassalamento representava a abertura de caminhos nos sertões para atender a busca de metais e escravos. A adoção desse sistema pela monarquia ibérica tencionava substituir a política de conquista por um domínio indireto, impondo a

¹³⁰ Título do soberano do Congo.

¹³¹ CARVALHO, F. M., op. cit., p. 63-66.

¹³² CALDEIRA, op. cit., p. 13-14.

¹³³ Ibid., p. 14.

presença da Coroa de forma pacífica. As guerras estavam proibidas nos sertões, sendo permitidas somente em casos extremos na defesa de Luanda e dos presídios, mas ainda no início do século XVII, os governadores portugueses passaram a adotar uma postura mais agressiva em relação aos sobas, utilizando a imposição de armas como principal artifício na concretização do comércio negreiro¹³⁴. Essa política militar agressiva vinha com a necessidade de defender e controlar as rotas comerciais e estava vinculada aos interesses pessoais dos comerciantes privados e dos funcionários do governo que, com a crescente demanda de escravos, promoviam campanhas punitivas e expedições de pilhagem camufladas como guerras defensivas¹³⁵. A guerra promoveu a interiorização em várias regiões de Angola e a sujeição forçada dos sobas locais, colocando as regiões mais afastadas sob a influência da política portuguesa do comércio negreiro.

O interesse pelas famosas minas de prata de Cambambe também impulsionou a política de interiorização violenta dos governadores do período. Durante todo o século XVII os conflitos entre os sobas e as autoridades portuguesas foram frequentes, situação agravada pela participação dos jagas nesses embates, seja nas expedições portuguesas, seja enquanto aliados aos sobas rebeldes. Os governadores da primeira metade do século pretendiam, em sua gestão, conquistar e civilizar os sertões angolanos, facilitando a execução dos projetos mercantis portugueses. Para tal fim, os investimentos militares em expedições violentas com a intenção de submeter os sobas rebeldes à força foram comuns; avassalar sobas se tornou sinônimo de superioridade bélica¹³⁶. Dentro da distribuição de poder entre os chefes locais, os sobas que chefiavam os potentados mais influentes, tinham mais prestígio sobre os demais sobas da região. Assim, quando um soba poderoso tornava-se vassalo, seus subordinados tendiam a avassalar-se também. O mesmo acontecia quando da quebra do contrato de vassalagem ou da resistência ao reconhecimento da soberania portuguesa, desencadeando sucessivas revoltas. A província de Kissama reflete bem a inconstância da presença portuguesa no *hinterland*; os sobas dessa região frequentemente se rebelavam, fomentando sucessivas revoltas contra o poderio da Coroa.

Essa política agressiva marcou a trajetória dos governadores de Angola desde o final do século XVI. Paulo Dias de Novais (1575-1588), ao chegar a Luanda com sua comitiva, buscou contatar Ngola Inêne, com quem negociou proteção contra um soba rebelde,

¹³⁴ FONSECA, op. cit., p. 76.

¹³⁵ HEINTZE, op. cit., p. 280, 281.

¹³⁶ CARVALHO, F. M., op. cit., p. 107.

Quiloango (ou Quiloange), em troca do livre comércio em suas terras e frequentar a sua corte¹³⁷. Os planos de “pacificação” e expansão do domínio português seguiram com a conquista de Ilamba, Kissama e os sertões que se estendiam até o rio Lukala; com a luta contra os sobas Muxima Quitangombe e Quizûa e a tentativa de alcance das minas de prata de Cambambe, resultando em um embate com o soba Bamba-Fungo (ou Bamba Tango). Novais, de acordo com o militar Elias Alexandre, teria submetido mais de cinquenta sobados, “até os confins do rio Lucala”, usando o avassalamento como ferramenta de “domesticação” e nutrição de “um comércio mais florente”¹³⁸ e alinhado aos interesses portugueses.

No século XVII, os projetos de interiorização seguiram. João Rodrigues Coutinho (1602-1603), em seu breve governo, persistiu na conquista das minas de prata de Cambambe e dos sertões angolanos, mas acabou falecendo, acometido por uma enfermidade. Em seguida veio a gestão do primeiro governo de Manuel Cerveira Pereira (1603-1606) que, prosseguindo com os planos de seu antecessor, empenhou-se na empreitada das minas de prata, avassalando o soba Cafuxe, chefe dos territórios localizados a caminho das serras de Cambambe. Subida a serra, fundou o presídio de Cambambe, mas a resistência local continuou com os sobas de Museke, comandados por Axilambanza. Derrotado, Axilambanza “tomou o partido de avassalar-se à Coroa Portuguesa; exemplo que seguiram os mais sovas que por conselho seu foram envolvidos no mesmo dano”¹³⁹. Manuel Cerveira Pereira foi preso por seu sucessor e julgado por, entre outras coisas, ter aceitado suborno em escravos para não guerrear com alguns sobas; ter movido guerras injustas contra sobas aliados; apropriação de fazendas, controlando o comércio local¹⁴⁰. D. Manuel Pereira Forjaz (1606-1611) também enfrentou a resistência dos sobas de Cambambe e Museke, procurou estabelecer – em uma tentativa fracassada – uma via de comunicação entre o sertão e a costa oriental (Moçambique) e apossar-se das minas de cobre do sertão de Benguela, mas teve a passagem bloqueada pelos “gentios” da região¹⁴¹.

Bento Banha Cardoso (1611-1615) empreendeu a primeira ação contra o rei do Ndongo, “cujo exército derrotou inteiramente, aprisionando o sova Chilonga [Quilonga], seu aliado, o mais intrépido e resoluto negro que neste Reino nasceu”¹⁴². A morte de Quilonga,

¹³⁷ TORRES, op. cit., p. 130.

¹³⁸ CORRÊA, E. A. **História de Angola**. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1937, vol. II, p. 200-201, 203-205.

¹³⁹ CORRÊA, II, p. 220.

¹⁴⁰ BONCIANI, op. cit., p. 222.

¹⁴¹ TORRES, op. cit., p.149-150.

¹⁴² CORRÊA, II, p. 223.

soba poderoso e respeitado, causou agitação entre seus aliados (um total de quatorze potentados), que organizaram uma retaliação à fortaleza de Cambambe; o conflito foi intenso e prolongado, sendo “preciso um ano de incessante guerra para os reduzir a antiga vassalagem”¹⁴³. As revoltas prosseguiram com os sobas de Kissama que, encorajados pelos confrontos desencadeados, pegaram em armas contra os portugueses¹⁴⁴. Tais acontecimentos levaram Banha Cardoso a construir um novo presídio junto ao rio Lukala no intuito de melhor controlar as frequentes revoltas em Kissama. Em seu segundo governo, Cerveira Pereira (1615-1617) sujeitou os sobas rebelados do Ango, Caculo Cahango, Calulo-Cabaça, Bumba Andala, Quitubia e outros sobas desordeiros dos sertões. Também se dedicou à conquista das minas de cobre de Benguela, mas encontrou forte oposição de alguns sobas e jagas da região. A absorção de Cerveira Pereira que em seu primeiro mandato recebeu subornos e promoveu guerras privadas orientado pela empresa escravista e sua volta ao cargo de governador mostra como o modelo administrativo centralizado e restrito da monarquia hispânica não se adequava à realidade angolana, onde a aquisição de benefícios pessoais se sobrepunha à política real.

O governo de Luiz Mendes de Vasconcellos (1617-1621) foi igualmente instável, em especial por conta do assassinato do rei do Ndongo, Mbandi Ngola a Kiluanje – fruto de uma conspiração de vassalos insatisfeitos – e do processo de eleição de seu novo sucessor. Ngola Mbandi, um dos herdeiros do falecido ngola, foi aclamado o novo rei do Ndongo e logo ordenou o assassinato de todos os seus opositores, incluindo seu sobrinho, filho de sua irmã Nzinga Mbandi, e se rebelou contra o domínio português. Vasconcellos marchou com seu exército ao encontro de Ngola Mbandi que, derrotado e com sua mulher e muitos de sua corte feitos prisioneiros, foi persuadido a assinar um acordo de paz. Restituídos os prisioneiros, o ngola voltou a rebelar-se, desencadeando uma segunda batalha e “tão grande derrota lhe fez sofrer [o governador] que só lhe concedeu a paz; assinando o dito Rei a condição de ficar tributário da Coroa Portuguesa, reconhecendo esta vassalagem, com 100 escravos por ano”¹⁴⁵. O embate continuou na gestão de João Correa de Souza (1621-1623), foi em seu governo que Ngola Mbandi enviou uma embaixada representada por sua irmã Nzinga Mbandi para acordar uma nova reconciliação. Nesse encontro ocorreu o bem conhecido e relatado episódio em que Nzinga, ao entrar na sala onde se encontrava o governador:

¹⁴³ CORRÊA, II, p. 223.

¹⁴⁴ O soba Naboangongo (Nambu a Ngongo) foi derrotado e capturado.

¹⁴⁵ TORRES, op. cit., p. 157.

observando haver ali uma só cadeira, e defronte dela, duas almofadas de veludo franjadas de ouro [...] sem proferir palavra, voltou o rosto para uma de suas escravas; foi esta imediatamente servir-lhe de banco e assentando-se sobre ela, assim esteve durante todo o tempo que durou a cerimônia. [...] Ao despedir-se, indo o Governador acompanhá-la, reparou que a negra, que lhe servira de cadeira, não se movia da extravagante postura em que estava; e pedindo à Embaixatriz a mandasse levantar, respondeu-lhe ela rindo-se, que ficava ali a sua escrava, não por inadvertência, mas porque lhe não era lícito, tornar a usar de semelhante assento¹⁴⁶.

Correa de Souza teria proposto a paz com o ngola sob a condição do reconhecimento da superioridade da Coroa portuguesa e do envio anual de um tributo ao governador de Angola. Tal proposta foi recusada por Nzinga, rebatendo que a submissão só poderia ser imposta a “quem houvesse sido conquistado, e nunca a um Príncipe Soberano, que voluntariamente buscava a amizade de outro seu igual”¹⁴⁷, prometendo somente devolver os escravos fugidos. Ngola Mbandi, entretanto, rebelou-se novamente, sendo morto envenenado numa conspiração arquitetada por Nzinga para vingar a morte de seu filho e ascender ao trono. Concomitantemente, o jaga de Kassanje desafiava o poder português assaltando os pumbeiros e comerciantes que transitavam pelos sertões, dificultando o transcorrer do comércio e causando prejuízos à Coroa. O jaga de Kassanje teria sido derrotado em uma expedição punitiva, bem como os jagas Zenze-Angumbe, Bango e o soba Cafuxe, durante o governo de D. Fr. Simão Mascarenhas (1623-1624). Fernão de Souza (1624-1630) também enfrentou a ofensiva de Nzinga, que reuniu seus vassalos numa empreitada contra Ngola Ari, rei fantoche colocado no poder para atender aos interesses portugueses.

Os avassalamentos compulsórios continuaram na gestão de D. Manoel Pereira Coutinho (1630-1635), que “sendo a sujeição dos sovas avassalados mais o efeito da força e temor do castigo do que da vontade”¹⁴⁸, deu continuidade às campanhas punitivas. Foi o caso da sujeição dos sobas Angombe, Acabonda e Quigoangoa, Quigilo, Sambangome, Calumbo, Mulundo, Acamohoto e Ambuiladua; este último em batalha marcadamente violenta, pois “constando aos mais sovas com espanto a destruição sucedida de um lugar inconquistável à sua presunção, conceberam tal terror e temor tão humilhante que muitos [sobas] bem situados, e assazmente fortificados, voluntariamente se avassalaram”¹⁴⁹. Tal agressividade teria sido amenizada com Francisco de Vasconcelos da Cunha (1635-1639), que empenhou-se em

¹⁴⁶ TORRES, op. cit., p. 158-159.

¹⁴⁷ CORRÊA, II, p. 233.

¹⁴⁸ CORRÊA, II, p. 242.

¹⁴⁹ CORRÊA, II, p. 244.

apaziguar os sertões, evitando hostilidades e guerras com os sobas locais. Assim, conseguiu pactuar com Nzinga a abertura de seus territórios ao comércio português e a reconciliação com o soba Cabôco e vários outros, vassallos da Coroa¹⁵⁰.

A conduta desses governadores mostra como a proposta de dominação indireta idealizada pela monarquia ibérica foi remodelada para atender aos propósitos mais pontuais desses agentes: a sujeição dos sobas do interior e a abertura de caminhos para o trânsito de mercadorias e comerciantes portugueses. A distância entre o monarca e seus representantes em Angola dificultava a supervisão direta das ações governativas aplicadas na região. O motor da conquista portuguesa dos sertões foi a guerra, muitas vezes camuflada em campanhas defensivas e de pacificação. A “domesticação” desses sobas, tidos por bárbaros e gentios, buscava impor o reconhecimento da soberania portuguesa e a prestação de obediência através de avassalamentos forçados: “sofriam os sobas com violência o peso da sujeição, e nunca jamais perdiam meio algum de poder eximir-se dela”¹⁵¹. O avassalamento como consequência da derrota militar acarretava em um elo instável, desprovido de um sentimento genuíno de obediência ao poder real, favorecendo a eclosão de revoltas no hinterland angolano.

A situação portuguesa após a Restauração estava mais propensa à defesa do império conquistado que à expansão¹⁵²; a ameaça de outras nações europeias direcionou a política ultramarina para a defesa de seus territórios ocupados. Em Angola, a presença holandesa desestabilizou a influência portuguesa nos sobados avassalados, fazendo-se crucial restabelecer o controle sobre os sobas rebelados. D. João IV foi jurado rei de Portugal, em Luanda, em 26 de abril de 1641, na Igreja Matriz, “com todo o aplauso popular e com muito contentamento”¹⁵³. Todavia, esse reinado ainda em gestação e tão distante da realidade e práticas sociais desses sobas não conseguiu se impor com a eficácia pretendida. Os governos que se seguiram à aclamação de D. João IV dedicaram-se em conter a eclosão das revoltas locais e preservar os potentados avassalados, porém, a influência portuguesa encontrava-se drasticamente reduzida e fragilizada, principalmente na região interiorana. Os africanos não estavam submetidos a Portugal, não podendo ser impedidos de comercializar com

¹⁵⁰ TORRES, op. cit., p. 171.

¹⁵¹ TORRES, op. cit., p. 168.

¹⁵² TORGAL, L. Restauração e “Razão de Estado”. *Penélope*, n. 9/10, 1993, p. 166.

¹⁵³ MMA, 1ª série, VIII, p. 501.

estrangeiros; e enquanto prevalecesse a soberania desses potentados, a Coroa não conseguia dominar, de fato, o comércio¹⁵⁴.

O quadro angolano, de guerra ou de paz, dependia da política escolhida visando a obtenção de escravos; as negociações e/ou os confrontos com os nativos tinham sempre como prioridade a facilitação do negócio¹⁵⁵. Os governos que procederam à restauração de Angola do domínio holandês, em 1648, corroboram com a premissa da autonomia desses agentes reais em suas ações, fruto da flexibilização entre centro e periferia. As ordens despachadas de Portugal eram frequentemente adaptadas à realidade local e, neste caso, ao que fosse mais conveniente aos governadores portugueses: a captação e exportação de escravos para a América portuguesa.

¹⁵⁴ THORNTON, op. cit., p. 111.

¹⁵⁵ CARVALHO, F. L., op. cit., p. 241.

3 HOLANDESES E CAPUCHINHOS NOS SERTÕES ANGOLANOS

3.1 “Gentios traidores e desleais”: ocupação holandesa, revoltas locais e tentativas de restauração

As Províncias Unidas, no século XVII, apresentaram uma significativa e acelerada expansão comercial, tão notável quanto a expansão marítima portuguesa e espanhola, ocorrida cem anos antes¹⁵⁶. A criação das Companhias Comerciais e a tolerância mantida com a comunidade judaica despontaram como grandes impulsionadores desse avanço. A Companhia Holandesa das Índias Orientais (*Vereenigde Oost-Indische Compagnie* – VOC), fundada em 1602, marcou o início das investidas neerlandesas nas conquistas portuguesas no Oriente e no mercado de tecidos e especiarias¹⁵⁷; em decorrência de seu sucesso, a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (*West-Indische Compagnie* – WIC) foi criada em 1621 com as funções de comerciar e guerrear, atacando os territórios ibéricos na América e o monopólio atlântico português de açúcar e escravos. A atuação da WIC esteve diretamente ligada com o curso das relações diplomáticas estabelecidas entre as Províncias Unidas e a Espanha no período. Inimigos históricos, envolvidos na Guerra dos 30 Anos e na Guerra dos 80 Anos (1568-1648) – pela independência das Províncias Unidas da Espanha –, o ostensivo ataque holandês aos territórios ultramarinos portugueses foi fortemente motivado pela união das Coroas portuguesa e espanhola¹⁵⁸ e visava destruir o poderio e o monopólio comercial ibérico. A invasão da região açucareira do nordeste brasileiro figurou uma estratégia de guerra para minar as forças econômica e militar de Filipe IV (1621-1665), que se viu compelido a enviar reforços para a defesa da colônia¹⁵⁹.

A luta luso-holandesa teve início com a invasão flamenga das ilhas de São Tomé e Príncipe em 1598, alargando-se pela Ásia, África e Brasil. Mas a concorrência holandesa no comércio atlântico já se fazia significativa em 1594, quando começaram a atuar em Loango, apesar de não se estabelecerem na região¹⁶⁰. Os holandeses exportavam uma grande quantidade de produtos – objetos em ferro, bronze, cobre e em estanho, tecidos de origens diversas,

¹⁵⁶ BOXER, op. cit., p. 120.

¹⁵⁷ CESAR, T. G. **A Política externa de D. João IV e o Padre Antonio Vieira**: as negociações com os Países Baixos (1641-1648). 2011. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p. 50.

¹⁵⁸ BOXER, op. cit., p. 118.

¹⁵⁹ CESAR, op. cit., p. 18.

¹⁶⁰ CORREIA, S. C. **O reino do Congo e os miseráveis do mar**: o Congo, o Sonho e os holandeses no Atlântico, 1600-1650. 2012. 213 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, p. 87.

álcoois, armas e diferentes ornamentos – por um baixo preço e, junto com ingleses e franceses, iam à costa africana em busca de couros, peles, panos, ouro, especiarias e escravos¹⁶¹. O escravo, lucrativa e prestigiosa mercadoria, foi o principal promotor do empenho flamengo no comércio africano no século XVII. Apesar das iniciais objeções religiosas ao comércio de escravos, a demanda de braços mudou o posicionamento acerca da escravidão, principalmente com as necessidades da indústria açucareira no Brasil¹⁶².

O comércio com a África Centro-Occidental era levado a sério, para os holandeses não bastava a competição comercial, mas a substituição dos concorrentes – principalmente dos portugueses – e a criação de um monopólio. Esse projeto fez-se visível na política ultramarina das Províncias Unidas que, em 1624, com a WIC, planejaram invadir quase simultaneamente a Bahia e Luanda, provedores de açúcar e mão-de-obra escrava¹⁶³. A permanência na Bahia foi efêmera (1624-1625), mas suficiente para lançar alertas sobre a fortificação de Angola. Em agosto de 1624 o governador de Angola, Fernão de Sousa, escrevia:

fico che[i]o de cuidados, porque se aquela praça se perder, e os holandeses a sustentarem, fica-lhe esta em fronteira pela comunicação que tem uma com a outra, e pela necessidade dos negros para cultivação da terra, e lavor dos engenhos¹⁶⁴.

Preocupado, o Rei aconselhou que enquanto os flamengos se mantivessem na costa, que não se evitasse ou rompesse com os “naturais”¹⁶⁵, o que mostra a importância das alianças com os sobas na manutenção do domínio português. A questão foi reforçada pelo governador com a ocupação de Olinda e Recife, em 1630: “[...] se deve por hora continuar com a fortificação da cidade e porto de São Paulo, e defesa dos rebeldes [holandeses], pelo que importa aquela praça a ambas as coroas, e por ser fronteira de Pernambuco”; e pelo Conselho de Estado de Portugal:

[...] desde que Pernambuco se perdeu, foi sempre apresentado a V. Majestade por este Conselho o perigo em que se encontrava o Reino de Angola e que era necessário ir e fortalecê-lo, porque é uma peça que seus inimigos querem, para tirar os escravos dos engenhos das Capitánias que ocupam no Brasil. E havendo V. Majestade ordenado muitas vezes ao governo de Portugal que se enviasse socorro e

¹⁶¹ MALOWIST, M. A luta pelo comércio internacional e suas implicações para a África. In: OGOT, B. A (ed.). **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 15; CORREIA, op. cit., p. 90.

¹⁶²SILVA, op. cit., p. 462.

¹⁶³ SILVA, A. C., op. cit., p. 464.

¹⁶⁴ MMA, 1ª série, VII, p. 258.

¹⁶⁵ MMA, 1ª série, VII, p. 270.

o necessário para se fortificar Angola, foi percorrido com tanta omissão que até agora não partiu¹⁶⁶.

Os informes foram frequentes, mas a brecha na defesa de Angola continuou sendo negligenciada pelo Rei. Em 1640, o governador Pedro César de Meneses (1639-1646), enviou carta ao Rei português dizendo que a costa de Angola estava sendo frequentada por inimigos e pedia o envio de “soldados, munições, mosquetes, arcabuzes, pólvora, [...] também alguma gente, que a terra cada dia a consumia pelas enfermidades dela”; o pedido não foi concedido. Pouco antes da invasão de 1641, houve um conflito entre naus portuguesas e um corsário holandês pego fazendo pilhagens no Cabo Ledo, na costa angolana; o corsário foi detido, mas causou algumas baixas entre os oficiais portugueses e também no porto de Quicombo, por onde passaram¹⁶⁷. Os holandeses possuíam um número superior de homens, recursos econômicos e poder marítimo. Além disso, os soldados da VOC e da WIC, em sua maioria mercenários, apresentavam vantagens físicas e militares aos soldados portugueses, muitas vezes mal alimentados e vestidos, sem disciplina e treino militar adequados¹⁶⁸.

No Ultramar, os assaltos flamengos punham a influência do Império português à prova; na Europa, as relações diplomáticas com as Províncias Unidas se faziam necessárias para a legitimação de D. João IV após o fim da União Ibérica. O empenho português na aproximação com as Províncias Unidas – e também com a França – tinha a dupla função de reforçar a legitimidade da dinastia brigantina e buscar aliados contra as possíveis investidas da Espanha¹⁶⁹. Em 1641, o Rei envia Tristão de Mendonça Furtado à Haia, como representante da embaixada portuguesa nas Províncias Unidas, para assinar o tratado de tréguas entre as nações. O documento, assinado em 12 de junho, além de frisar a “intolerável tirania, e duríssimos encargos do dito Rei de Castela, e sua detestável determinação para alcançar a Monarquia”, estabelecia o fim das hostilidades, por mar e por terra, por dez anos, no qual:

se socorrerão reciprocamente, e se darão toda a ajuda, e favor com todas suas forças, quando quer que a ocasião e o Estado das cousas assim o pedirem, [...] com reciproca confiança, professarão amizade, sem lembrança alguma das ofensas, e danos que antigamente se receberam¹⁷⁰.

¹⁶⁶ MMA, 1ª série, VIII, p. 93; MMA, 1ª série, VIII, p. 378, tradução nossa.

¹⁶⁷ CADORNEGA, I, p. 211-212, 214-215.

¹⁶⁸ BOXER, op. cit., p. 126-127.

¹⁶⁹ CESAR, op. cit., p. 68.

¹⁷⁰ MMA, 1ª série, VIII, p. 511, 513, 516.

No tocante ao comércio, o tratado assegurava “isenções, liberdades e direitos, dos quais os demais súditos deste Estado, por virtude deste tratado, hão de gozar e lograr”, também concedido a WIC. A trégua, entretanto, não durou muito; entre agosto e novembro de 1641, os holandeses conquistaram Angola, Benguela, São Tomé, Ano Bom e Maranhão¹⁷¹.

Os flamengos chegaram “à ponta da Ilha” de Luanda a 23 de agosto de 1641; no dia seguinte, fecharam o porto e bloquearam a saída das embarcações portuguesas¹⁷². Com poucos soldados para a defesa, César de Meneses achou por bem recuar, direcionando os moradores ao baixo Bengo, onde permaneceram por alguns meses. Logo que chegaram, os holandeses buscaram estabelecer relações com os chefes locais semelhantes às dos portugueses, baseando-se em alianças e negociações. O contato com essas lideranças desencadeou uma série de revoltas contra os portugueses. Esses sobas, muitos dos quais vassallos do Rei, utilizaram esse momento de vulnerabilidade militar para desafiar a atuação da Coroa na região. Como certo soba descrito pelos portugueses como “traidor” Mani-Gango, do Bengo, que teria logo no início contado aos holandeses a localização da tropa portuguesa, atacada durante a noite pelos invasores. Ou ainda o soba do ndembu Nambu a Kalombe, que, com outros sobas seus aliados, teria montado um quilombo “com ajuntamento de muito gentio, todos vassallos da Coroa de Portugal” já acordados com os holandeses¹⁷³. César de Meneses enviou uma expedição contra Nambu a Kalombe, em 20 de janeiro de 1642, liderada pelo capitão-mor António Bruto, “matando-lhe oito mil pessoas, prendendo ao dito Nambuacalombe, a quem logo mandei cortar a cabeça, com parecer e votos dos sovas vassallos de V. Majestade, segundo costume do Reino”¹⁷⁴.

César de Meneses, cujo governo presenciou o maior número de revoltas, lidava com os sobas rebelados através de uma política de terror: degolações em público, decapitações e despedaçamentos na boca de canhões¹⁷⁵. Em Ilama, “[...] este tal [soba Uakola Pupa] fazia muitos roubos em alguns sovas daquela província vassallos nossos, dando assaltos em muitas povoações de gente forra e cativa dos portugueses”¹⁷⁶. Os sobas Nambu a Ndongo e

¹⁷¹ VAINFAS, R. Guerra declarada e paz fingida na Restauração Portuguesa. **Tempo**, Niterói, v. 14, n. 27, 2009, p. 87.

¹⁷² Segundo Cadornega, em 18 naus com 2500 homens; segundo a *Relação da conquista de Angola e S. Tomé pelas forças holandesas*, 21 navios com 2000 homens, dos quais muitos índios saídos de Pernambuco. CADORNEGA, I, p. 232, 248; MMA, 1ª série, XIII, p. 518; CADORNEGA, I, p. 232-233.

¹⁷³ CADORNEGA, op. cit., p. 253, 261-262.

¹⁷⁴ MMA, 1ª série, IX, p. 30.

¹⁷⁵ SILVA, A. C., op. cit., p. 469.

¹⁷⁶ CADORNEGA, I, p. 278.

Manimotemo Aquimgongo que, estando nas terras do soba Cazuangongo¹⁷⁷, “tiranicamente tinham usado de crueldades com os portugueses, clérigos e mais religiosos que em suas terras estavam, matando-os, tomando lhes suas fazendas e fazendo outros ritos gentílicos”, teriam sido derrotados em expedição liderada pelo capitão-mor António de Abreu de Miranda; Manimotemo foi morto e teve seu irmão e alguns de seus principais sobas vassalos capturados¹⁷⁸. Outro soba, Engombe-a-Muquiama, a quem o governador enviou campanha encabeçada pelo capitão-mor António Bruto em 1642, renunciou a vassalagem e se uniu a outros sobas amotinados – entre eles o manicongo, ao qual reconheceu como senhor – contra os portugueses¹⁷⁹. Nas terras do soba Golungo, rebelaram-se: Golungo, Salaizongo, Dalandongo, Canzelle, e Quitalla, amparados por holandeses¹⁸⁰.

A região dos Ndembu (dembos), nas margens do rio Dande, presenciou o maior número de revoltas dos sobas, tal como indica o relato de Cadornega acerca de uma expedição portuguesa à região em 1642 contra os sobas Ndambi Ngonga (Dambi Angonga) e Kitexi Kandambi (Quitexi Candambe): “chegaram às terras daqueles sovas que estavam mui chegados à cidade, amparados dos flamengos como seus parciais, e tiveram os nossos portugueses com os ditos sovas um grande encontro e batalha, ficando mui destroçados e bem castigados”¹⁸¹. Também se rebelaram os sobas Ngoleme a Kaita e Kakulu Kahenda, derrotados em uma expedição liderada pelo capitão-mor António de Abreu de Miranda e pelo sargento-mor Matias Telles Barreto, com ajuda dos jagas quilambas. A mesma expedição alcançou os sobas ndembu Caculo ca Cabomba, Caculo ca Cabaça, o soba Capele e Calumbo Cangimbo, “fazendo-lhe grande degolação e castigo, queimando lhe banzas e libatas, moradas daqueles fidalgos e povoações de seus vassalos”¹⁸².

Nambu a Ndongo, um dos mais poderosos chefes ndembu, que “estando neste tempo confederado com o flamengo, havia obrado em dano e descrédito da nação portuguesa, estimulado também para isso del Rei do Congo de quem havia sido feudatário”, enfrentou novamente os portugueses e facilmente derrotou a campanha liderada pelos capitães-mores António Bruto e António de Abreu de Miranda, com a ajuda de 200 soldados holandeses enviados de Luanda para ampará-lo¹⁸³. Ngoleme a Kaita rebelou-se outra vez, agora com a

¹⁷⁷ Na província de Ilama, entre os rios Dande e Bengo. MMA, 1ª série, IX, p. 32.

¹⁷⁸ MMA, 1ª série, IX, p. 32.

¹⁷⁹ MMA, 1ª série, IX, p. 31.

¹⁸⁰ MMA, 1ª série, IX, p. 33-34.

¹⁸¹ CADORNEGA, I, p. 287.

¹⁸² CADORNEGA, I, p. 288.

¹⁸³ *Ibid.*, p. 290-291; BIRMINGHAM, op. cit., p. 121.

ajuda de Nzinga, que enviou auxílio liderado por seu capitão geral Nzinga Amona e dessa vez saiu vitorioso da batalha. A atuação de Nzinga Mbandi nessas revoltas também é frequentemente mencionada, onde:

não se descuidava em fulminar traições com os vovas vassallos del rei nosso Senhor, fazendo-os rebelar contra a nação portuguesa, mandando seus embaixadores ao flamengo à cidade de Luanda com suas dádivas, fazendo com eles confederação, e para ficar mais à mão e não tão distante, mudou seu Quilombo¹⁸⁴ para entre os Sovas Dembos¹⁸⁵.

O interesse de Nzinga na região dos ndembu tinha um porquê. No intento de conseguir uma rota segura para o deslocamento de cativos para o Atlântico, onde pudesse trocá-los por armas e outras mercadorias, escolheu abrir caminhos no território ndembu, que oferecia menos resistência que o Ndongo¹⁸⁶. Nzinga Mbandi, batizada como Ana de Sousa em 1622, é uma personagem crucial na compreensão das relações estabelecidas entre os portugueses e as chefias locais no século XVII. Após a morte de seu irmão Ngola Mbandi, soberano do Ndongo, em 1624, Nzinga teria assassinado seu sobrinho, herdeiro do trono, e reivindicado o poder da região. Tal acontecimento desencadeou uma guerra entre Nzinga e as forças portuguesas, findada em 1626 com a proclamação de Ngola Ari (1626-1664) – batizado D. Felipe – como soberano do Ndongo. Posteriormente, Nzinga se retirou para Matamba, onde assumiu o reinado dessa região até sua morte, em 1663. Durante sua vida, aliou-se aos mbangalas, portugueses e holandeses em momentos diferentes e de acordo com seus interesses políticos e econômicos¹⁸⁷.

No período da invasão flamenga, a rainha de Matamba causou alvoroço nos sertões angolanos, promovendo conflitos e aliando-se aos sobas rebelados e aos holandeses, fazendo-se presente na maioria das revoltas contra os portugueses. É apontada como um dos principais obstáculos à conservação de Angola, “[reino] tão desmantelado de forças e tão contrastado do mais poderoso adversário que ele nunca teve nesta Etiópia, como é a Rainha Ginga, tão fomentada e doutrinada em nosso dano da dissimulada infidelidade do holandês”¹⁸⁸. A capacidade de Nzinga de mobilizar os chefes locais causou inquietação entre os

¹⁸⁴ Kilombo: Conjunto de forças militares; arraial. ASSIS JUNIOR, op. cit., p. 127.

¹⁸⁵ CADORNEGA, I, p. 293.

¹⁸⁶ SILVA, A. C., op. cit., p. 470.

¹⁸⁷ Para uma análise mais aprofundada sobre Nzinga ver FONSECA, op. cit.; HEYWOOD, Linda. **Jinga de Angola**: a rainha guerreira da África. São Paulo: Todavia, 2019; PANTOJA, Selma. **Nzinga Mbandi**: mulher, guerra e escravidão. Brasília: Thesaurus, 2000.

¹⁸⁸ MMA, 1ª série, IX, p. 406.

representantes da Coroa. César de Meneses foi informado a ser cauteloso na composição das guerras pretas, pois as munições não deviam ser confiadas à “negros que não sejam mui seguros” e que a oposição de Nzinga contava com pólvora e balas cedidas pelos holandeses para os ataques¹⁸⁹.

Outro entrave à reconquista dos territórios invadidos foi a aliança entre o Congo e os holandeses. Desde o início do século XVII, os flamengos foram bem recebidos no porto de Mpinda (Pinda), nas terras do manisoyo. Essa aliança foi notada pelo monarca espanhol Filipe III (1598-1621) que, em 1610, sabendo do projeto holandês de estabelecer uma feitoria em Mpinda – o que facilitaria as transações comerciais com o Congo – ordenou o envio de navios armados para expulsar estes e outros estrangeiros que lá se encontrassem¹⁹⁰; porém, em 1613 já havia uma feitoria holandesa nesse porto. A relação amistosa entre o Conde do Soyo (Sonho) e os holandeses perdurou nas décadas seguintes, causando alvoroço entre os agentes da Coroa, aflitos com os danos causados ao comércio e com o enfraquecimento da influência portuguesa sobre os aliados locais¹⁹¹.

Quanto ao soberano do Congo, em 1640, César de Meneses informou em carta, sobre as negociações com Álvaro VI (1638-1641) para expulsar os portugueses do porto de Mpinda, mas o mani faleceu durante o processo¹⁹². O novo manicongo, D. Garcia Alfonso II (1641-1661), desde cedo se mostrou inimigo dos portugueses. Em 12 de maio de 1642, D. Garcia II envia carta a João Maurício de Nassau, jurando amizade ao príncipe de Orange e aliança aos holandeses, “mantendo toda a fidelidade para podermos prejudicar aos nossos inimigos e nos defendermos contra eles; licença livre e geral de fazer fortalezas em todos os portos que me pertencem é dada aos generais de V. Ex.^{as}”; além de dificultar a presença portuguesa e o comércio destes em alguns lugares e portos¹⁹³. Posteriormente, foi a vez do Rei da Espanha, D. Filipe IV, ao qual manifesta amizade e condena as revoltas contra ele, principalmente a independência de Portugal, e pede o envio de uma armada para conquistar a cidade e o porto de Luanda¹⁹⁴.

¹⁸⁹ MMA, 1ª série, IX, p. 362.

¹⁹⁰ MMA, 1ª série, V, p. 587.

¹⁹¹ Preocupação demonstrada em algumas correspondências de Fernão de Souza, governador de Angola e do Bispo de Angola, datadas de 1629 a 1634. CORREIA, op. cit., p. 106-107.

¹⁹² CADORNEGA, I, 215.

¹⁹³ MMA, 1ª série, VIII, p. 585, MMA, 1ª série, IX, p. 15.

¹⁹⁴ MMA, 1ª série, IX, p. 450, 452.

Figura 4 – O Rei do Congo dá audiência aos holandeses (1642)¹⁹⁵



Fonte: Prevost – Histoire Générale des Voyages, apud MMA, 1ª série, VIII, p. 560.

¹⁹⁵ A imagem mostra o rei do Congo recebendo um grupo de holandeses, que são representados ajoelhados em frente a D. Garcia Alfonso II, em sinal de respeito à sua figura. Isso mostra como o manicongo possuía poder e prestígio enquanto soberano e formar uma aliança com ele era primordial para o estabelecimento dos holandeses no Congo.

A diplomacia também não caminhava bem com os flamengos instalados em Luanda. Em setembro de 1642 chegou à cidade uma caravela de Pernambuco com as capitulações da suspensão de armas e do tratado de tréguas, bem recebidas pelo diretor holandês e por César de Meneses, que logo pediu ao diretor permissão para povoar as margens do Bengo. A solicitação foi concedida, com uma ressalva: as terras seriam emprestadas por um período de nove meses e depois devolvidas sem renovação. Condições impostas e aceitas, o novo diretor holandês, Hans Molt, em sua frágil aliança estabelecida com o governador português, armou um ataque surpresa ao Bengo, em 18 de maio de 1643, onde chegou sorrateiramente com “trezentos homens de mosquetes e caravinas em seis companhias: e dando de repente no quartel do Governador, mataram trinta portugueses, que trataram de o defender, saquearam a povoação cometendo mortes a sangue frio”. A emboscada acabou com a fuga dos sobreviventes à Massangano e a captura de cerca de 200 homens, entre eles César de Meneses¹⁹⁶.

Antônio Abreu de Miranda, governador interino eleito pelos colonos durante a ausência de César de Meneses, assinou em julho um novo tratado de paz com Hans Molt. O documento continha 11 artigos abordando, entre outras coisas, a proibição de futuros eventos como o ocorrido no Bengo e da presença de “gente armada” nos limites um do outro; a abertura dos caminhos e liberdade de comércio, mantendo os sobas sob jurisdição – tanto dos portugueses quanto dos holandeses – “quietos sem fazerem guerra um ao outro e cada um ficará dentro de seu distrito para cultivar a terra”¹⁹⁷. A ênfase na convivência pacífica com os sobas mostra como a estabilidade nos sertões era essencial para a restauração do comércio.

Mais uma vez, a paz não foi respeitada e novas revoltas eclodiram. Fugido do cativo, César de Meneses enfrentou levantamentos no Libolo, onde as expedições portuguesas foram frequentes, a pedido dos sobas vassalos que “estavam muito molestados com a guerra que lhes faziam muito quilombos de jagas”¹⁹⁸. Os vassalos em questão pediam proteção aos ataques do jaga Lulembe, que vinha, com seu bando, promovendo saques e pilhagens. Na mesma região, Ngoleme a Kaita e seus jagas foram surpreendidos com uma campanha portuguesa; em desvantagem, pediu auxílio de Nzinga, que “mandou logo tocar de guerra os instrumentos bélicos e saiu ela ao campo a zongar a guerra”¹⁹⁹. Com os soldados de seu kilombo liderados por seu capitão, Nzinga Amona, a rainha de Matamba saiu vitoriosa,

¹⁹⁶ MMA, 1ª série, IX, p. 10, 48.

¹⁹⁷ MMA, 1ª série, IX, p. 58.

¹⁹⁸ CADORNEGA, I, p. 312.

¹⁹⁹ CADORNEGA, I, p. 349-350.

capturou o jaga Kabuku e o soba Kanini – aliados portugueses nas guerras pretas – e deixou do lado português muitos mortos e feridos. A derrota portuguesa neste último conflito comprometeu ainda mais suas forças militares. Além disso, Nzinga agora ameaçava a fortaleza de Mbaka (Ambaca), já comprometida pela escassez de alimentos e pelas doenças que acometiam os colonos. A situação de Angola era crítica e o apoio de forças externas se fazia prontamente necessário.

Em parecer de setembro de 1643 pede-se com urgência a restauração de Angola, devido à lucratividade do trato negreiro, principalmente para o Brasil. A perda de Angola acarretava prejuízos, pois “sem negros se não podem lavrar os açúcares e terras do Brasil, e que se se lavrarem, que será com grandíssima quebra e diminuição”; tirando a região – e conseqüentemente, o controle do comércio de escravos – das mãos holandesas, estes não mais conseguiriam sustentar Pernambuco e os demais lugares do Brasil que haviam ocupado. Colocadas as razões que, “não só persuadem a que se trate de Angola, mas obrigam a que se acuda ao socorro daquele Reino, remédio, conservação e restauração”, solicita-se o envio de homens e munições para a reconquista, preferencialmente do Brasil, devido à facilidade da travessia²⁰⁰. Salvador Correia de Sá, no mesmo ano, propõe que para a restauração do domínio português, além do envio de socorro, convém utilizar a ajuda dos aliados locais – mais especificamente os jagas – nas campanhas contra os inimigos²⁰¹.

E assim foi feito, em 8 de fevereiro de 1645 saiu da Bahia o primeiro socorro com duzentos e sessenta infantes, sendo alguns “gente preta” do terço de Henrique Dias²⁰². Lideradas por António Teixeira de Mendonça e Domingos Lopes Sequeira, as duas naus chegaram à costa angolana em 4 de abril e desembarcam em Quicombo, onde foram recebidos pelo Mani Quicombo, vassalo português. A expedição, entretanto, foi um fracasso; estabelecidas as relações de amizade com um soba vassalo chamado Zambi e outros sobas seus subordinados, um grupo de portugueses saiu em marcha ao encontro do jaga Muniqiangombe que buscava se avassalar. Em Indecuta, entre os rios Cuba e Longa, se depararam com um grupo de jagas²⁰³ que dizimou os portugueses: das cento e sete pessoas, cento e três morreram, incluindo Lopes de Sequeira, “feitos manjares de jagas, sepultados em

²⁰⁰ MMA, 1ª série, IX, p. 71, 72.

²⁰¹ MMA, 1ª série, IX, p. 82.

²⁰² MMA, 1ª série, IX, p. 333.

²⁰³ 20 mil jagas, de acordo com a Relação da viagem de socorro à Angola de Teixeira de Mendonça e Lopes Sequeira. Os números, contudo, podem ter sido adulterados. MMA, 1ª série, IX, p. 337.

seus ventres”²⁰⁴. É significativa a presença dos jagas como aliados aos portugueses nas guerras pretas, como o caso do jaga Kabuku Kandonga e Gola Ambole, aliados aos portugueses nas expedições contra os sobas rebelados no período de ocupação holandesa. Em 1644, Kabuku recebeu como recompensa por seus serviços, “uma saltimbarca com o hábito de Santiago”²⁰⁵. Entretanto, houve um massivo apoio jaga às forças inimigas, principalmente no exército de Nzinga, promovendo saques e pilhagens aos sobas vassalos da Coroa.

No mesmo ano saía do Rio de Janeiro o segundo socorro, com quatro naus e cerca de trezentos homens, liderados por Francisco de Souto-Maior. O socorro quis desembarcar em Quicombo, mas Souto-Maior foi alertado por César de Meneses a evitar tal região por haver muitas dificuldades no caminho: as margens do Rio Longa estavam ocupadas por muitos kilombos de jagas e sobas rebelados de Kissama. Sendo assim, aconselhou a desembarcar entre o Kwanza e o Cabo Ledo, onde não correriam riscos de serem surpreendidos pelos holandeses e encontrariam com maior facilidade auxílio para recebê-los²⁰⁶. Por fim, Souto-Maior atingiu Massangano e tomou posse do governo em 25 de outubro²⁰⁷.

O reforço de Souto-Maior não conseguiu expulsar os holandeses ou conter as revoltas locais. Nesta ocasião, Nzinga e seus aliados vinham gerando tumulto na região do Ndongo, onde “assombrava com sua guerra os nossos sovas vassalos, e todo o seu distrito, dando alguns assaltos no domínio del Rei de Dongo Gola Airi, vassalo de Sua Majestade”²⁰⁸. A região do Ndongo foi uma das poucas a manter obediência a Portugal no período de ocupação holandesa, pois Ngola Ari era um rei fantoche que agia de acordo com os interesses lusos. Para deter as investidas de Nzinga, o governador enviou uma empresa liderada pelo capitão Gaspar Borges de Madureira, composta por portugueses, o próprio Ngola Ari, kilambas²⁰⁹, jagas (incluindo Kabuku), cangoandas e empacaceiros²¹⁰; do lado da rainha revolta estavam os guerreiros de seu kilombo, Nzinga Amona e Kanini, agora seu aliado. O confronto foi violento e a rainha, derrotada, fugiu. Os vencedores saquearam a banza²¹¹ de Nzinga e fizeram

²⁰⁴ MMA, 1ª série, IX, p. 339.

²⁰⁵ Saltimbarca é uma espécie de balandrau, usado pelos antigos guardas de segurança. MMA, 1ª série, IX, p. 154.

²⁰⁶ MMA, 1ª série, IX, p. 496-497.

²⁰⁷ Francisco de Souto-Maior foi governador de Angola entre 1645 e 1646.

²⁰⁸ CADORNEGA, I, p. 387.

²⁰⁹ Capitães das guerras pretas.

²¹⁰ Cangoandas: negros crioulos ou aportuguesados de Luanda e São Tomé; empacaceiros: nome dado aos caçadores de pacaças e que passou a ser aplicados aos soldados negros armados de arcabuzes e mosquetes. SILVA, A. C., p. 474.

²¹¹ Mbanza: Residência do governador ou chefe – soba. ASSIS JUNIOR, op. cit., p. 19.

prisioneira sua irmã, Dona Bárbara (Mucambo/ Mukambu), a qual descobriram através de cartas encontradas no local, ser espiã de Nzinga²¹².

Mesmo com a vitória, a situação continuava crítica nas conquistas africanas: havia carência de forças militares e mantimentos. Angola, Cabo Verde e as Ilhas de São Tomé e Príncipe necessitavam de socorro urgente. A presença da Coroa nesses territórios estava comprometida e preocupava Lisboa, já muito fragilizada com a guerra contra os castelhanos. Em carta régia ao Conde da Vidigueira, embaixador português na corte da França durante a Guerra da Restauração, roga-se o apoio francês, apontando o quão impossível era (pelo estado de Angola) “fazer guerra ofensiva a dois inimigos tão poderosos, como é EI Rei de Castela, declarado, e o holandês, encoberto com a mão e capa das companhias, mais prejudicial e perigoso”²¹³. Tal situação mostra como as relações diplomáticas se faziam primordiais para D. João IV na consolidação de seu reino, tanto na Europa quanto no Ultramar.

Em 1645, Souto-Maior informava a D. João IV sobre a estratégia flamenga para fortalecer seu poder em Angola, “que com falsa simulação tratam de incitar aos negros contra nós, porque assim nos acham eles mais divertidos e debilitados para seus intentos”. Como consequência da desobediência desses sobas, perdeu sessenta soldados de Massangano para Nzinga e outros noventa para um grupo de sobas intitulados filhos de Benguela²¹⁴. A confederação entre Nzinga, D. Garcia II, sobas rebeldes e flamengos afligia o governador, principalmente em relação ao comércio. Os holandeses não careciam das relações comerciais com os portugueses, pois “abundava de bastimentos” do Bengo e do Dande, e de escravos ofertados por D. Garcia II e Nzinga, negociados por um valor mais baixo²¹⁵. Tendo conhecimento de que algumas embarcações particulares estavam carregando escravos de Angola para os holandeses no Brasil, o Conselho da Fazenda opõe-se prontamente, por ser tal ação prejudicial ao tesouro português²¹⁶.

Com a morte de Souto-Maior, em 1646, os colonos de Massangano elegeram um triunvirato composto por Bartolomeu de Vasconcellos da Cunha, António Teixeira de Mendonça e João Zuzarte de Andrada. A gestão do triunvirato logo se mostrou malsucedida; decidiram se deslocar para o oeste do rio Lukala, num local chamado Cavala.

²¹² CADORNEGA, I, p. 415-416, 428.

²¹³ MMA, 1ª série, IX, p. 348.

²¹⁴ MMA, 1ª série, IX, p. 355-356.

²¹⁵ MMA, 1ª série, IX, p. 402.

²¹⁶ MMA, 1ª série, IX, p. 416.

Figura 5 – Mapa de Angola e Benguela com os itinerários dos dois primeiros socorros enviados



Logo que chegaram, foram atacados e derrotados por uma tropa flamenga em comboio com sobas levantados²¹⁷. Próximo à Massangano, o soba Angola Quiaito teria abrigado holandeses em sua banza. Os flamengos, com o apoio desse soba, teriam tentado invadir Massangano, mas fracassaram na empreitada e foram derrotados em uma violenta expedição²¹⁸. Os holandeses marcharam para o presídio de Muxima, em Kissama, “trazendo em sua ajuda muita gente daquela belicosa província”²¹⁹. Tal ameaça mobilizou uma expedição conduzida pelo sargento-mor Diogo Gomes Moralles, saindo os flamengos derrotados do conflito. Na região do Lembo, os holandeses também tentaram se assentar, sem sucesso, com o apoio de Nzinga Amona e do soba D. Pedro Bamba Atungo²²⁰. Os membros do triunvirato viviam em querelas entre si, enfraquecendo ainda mais sua gestão e desagradando os próprios colonos, que provocaram um motim para destituí-los, elegendo Bartolomeu de Vasconcellos o novo governador²²¹.

Em meio a isso, Nzinga armou mais uma investida com os holandeses, dessa vez ao arraial português em Ilama. A batalha foi intensa e com um grande número de mortos, incluindo o filho do soberano do Ndongo, D. Francisco, que durante o governo de César de Meneses havia se disposto a lutar em seu favor contra os inimigos²²². Os portugueses resistiam, mas precariamente. Muxima, Massangano, Cambambe e Mbaka estavam sem guarnição e defesa e precisavam de reforços²²³. Fora dos acampamentos dos colonos, a influência portuguesa fora drasticamente reduzida, principalmente nos sertões, onde “os sovas vassalos de Sua Majestade que distavam de Massangano para a cidade estavam metidos com o flamengo”²²⁴. A restauração se fazia inadiável.

Em meados de 1646, o piloto Manuel Soares foi enviado a Angola pelo governador da Bahia, Antonio Telles da Silva, para colher informações sobre o estado da conquista. Em carta de 1647, relata a situação de Angola:

a Rainha de Dongo, a Zinga, trazia entre seu exército alguns holandeses, e procurava fazer todo o mal possível aos nossos confederados. [...] O estado daquele Reino é tão miserável, como V. Majestade pode considerar, aqueles vassalos metidos pela terra

²¹⁷ SILVA, A. C., op. cit., p. 476.

²¹⁸ CADORNEGA, I, p. 442.

²¹⁹ CADORNEGA, I, p. 457.

²²⁰ CADORNEGA, I, p. 506.

²²¹ Ibid., p. 514-519.

²²² MMA, 1ª série, IX, p. 39.

²²³ MMA, 1ª série, IX, p. 407.

²²⁴ CADORNEGA, I, p. 437.

dentro, sem porto nem comunicação de este Reino, pelo sertão com guerra com os negros, pelo mar com os holandeses²²⁵.

Os poucos territórios de preponderância portuguesa não possuíam proteção suficiente. Ainda em posse do governo, Souto-Maior solicitava um socorro com trezentos homens em três navios, pólvoras, armas e madeira da Bahia para fortalecer o porto de Quicombo contra os holandeses²²⁶. Nos sertões, os sobas facilmente renunciavam a vassalagem portuguesa e se confederavam com os flamengos, “porque os negros seguem a quem mais pode”²²⁷. A convivência pacífica entre portugueses e holandeses em Angola estava descartada, pois cada nação buscava atrair para si o maior número possível de aliados locais para garantir o resgate de cativos, gerando desavenças e instabilidade na costa e dificultando o comércio português; a presença holandesa enfraquecia os portos portugueses e as boas relações estabelecidas com os sobas sob sua jurisdição. Tais acontecimentos implicavam diretamente no comércio e demandava “socorro àquela praça, por ser de grande importância, porque sem Angola não há Brasil”²²⁸.

Depois das alarmantes notícias enviadas por Manuel Soares, D. João IV – por decreto de 8 de abril de 1647 – decidiu enviar a Angola o socorro solicitado. Dada a morte de Souto-Maior, achou por bem nomear um novo governador para Angola, Salvador Correia de Sá e Benevides, que chegando a costa angolana deveria desembarcar e estabelecer uma base fortificada para expulsar os holandeses²²⁹. Salvador de Sá conseguiu mobilizar para a expedição 60.000 cruzados dos moradores do Rio de Janeiro, incluindo sua família, por conta da necessidade que tinham de escravos para os seus engenhos. No total, Salvador de Sá teve 70% da expedição financiada por negreiros e fazendeiros fluminenses²³⁰ interessados na retomada do fluxo de cativos de Angola. A expedição partiu do Rio a 12 de maio de 1648 em onze naus – sendo cinco do Rei e seis de mercadores – e quatro pataxos que logo se apartaram; chegou em Quicombo a 27 de julho e aportou em Luanda a 12 de agosto, mesmo com algumas baixas²³¹. No dia seguinte, uma embaixada composta por três homens desembarcou em Luanda a pedido de Salvador de Sá. A intenção era comunicar aos

²²⁵ MMA, 1ª série, X, p. 69-70.

²²⁶ MMA, 1ª série, X, p. 414.

²²⁷ MMA, 1ª série, X, p. 71.

²²⁸ MMA, 1ª série, X, p. 79-80, 425.

²²⁹ CADORNEGA, I, p. 433-434; BOXER, C. B. **Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973, p. 256.

²³⁰ ALENCASTRO, 2000, p. 234.

²³¹ BOXER, op. cit., p. 269, 275, 277. Devido às agitações do mar, duas naus naufragaram, sendo elas Capitânia e Almiranta, perdendo mais de duzentos homens. MMA, 1ª série, X, p. 232, 233.

holandeses do reforço e pedir-lhes para deixarem a região sem conflitos em um prazo de três dias, porém, as condições não foram aceitas. Encerrado o prazo, Salvador de Sá adentrou a cidade com cerca de mil homens e avançaram em direção ao forte do Morro de São Paulo e da fortaleza da Guia, onde os holandeses se fortificaram com o apoio de Nzinga²³².

O ataque aos fortes do Morro e da Guia foi marcado para a madrugada de 17/18 de agosto e, encurralados, os holandeses acabaram cedendo. Por meio de mensageiros, enviaram as condições da entrega: renunciariam todo o território ocupado, mas levariam seus pertences – incluindo suas armas carregadas de munições – e pediam dois navios para a viagem. Condições aceitas, se retiraram do Morro em 24 de agosto, precisamente sete anos após o desembarque²³³. Após a restauração, São Paulo de Luanda passou a chamar-se São Paulo da Assunção. Sobre isso, os capuchinhos alegaram que reconhecendo a interferência da Virgem Santíssima na vitória contra os invasores, quiseram alterar o nome da cidade; já Cadornega justificou que a renomeação deve-se ao fato de Luanda soar parecido com Holanda²³⁴.

Considerando os três socorros enviados, é possível perceber o interesse direto do Brasil na restauração de Angola. A ligação entre os dois lados do Atlântico pelo trato negreiro também pode ser percebida no envio de munições pelo governador da Bahia e o pedido da construção de uma fortificação na Barra do Dande, para facilitar a chegada segura dos navios da América portuguesa, enviado por César de Meneses ao Rei de Portugal²³⁵. Os brasílicos seriam os mais beneficiados com a retomada do controle sobre a região.

Quanto ao comércio de escravos, as estimativas de exportação sob a bandeira holandesa não são muito animadoras. J. D. Fage afirma que, mesmo no auge de seu sucesso, no início da década de 1640, a WIC não conseguiu transportar mais do que cerca de 3.000 escravos por ano para a América, o que não chega a ser mais da metade, ou mesmo um terço do total²³⁶. Costa e Silva aponta uma “falência holandesa” em obter o número esperado de escravos. A presença portuguesa no interior e os conflitos entre Nzinga e Ngola Ari bloqueavam as vias de acesso a Matamba, deixando os flamengos sujeitos, em boa parte, aos portugueses. Assim, entre 1641 e 1646, o número de escravos saídos dos litorais que

²³² BOXER, op. cit., p. 277-278; MMA, 1ª série, X, p. 237, 238.

²³³ BOXER, op. cit., p. 280-281.

²³⁴ GONÇALVES, R. **África Indômita**: Missionários capuchinhos no Reino do Congo (século XVII). 2008. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 89.

²³⁵ MMA, 1ª série, IX, p. 25, 38.

²³⁶ FAGE, J. D. **História da África**. Lisboa: Edições 70, 1995, p. 265.

abrangem do Cabo Lopez a Benguela para o nordeste brasileiro não teria passado de 11.304, mais do que os saídos da Senegâmbia e da Costa da Mina, cerca de 5.968²³⁷. Já Stéphanie Correia menciona o transporte de pouco mais de 23.000 escravos para o Brasil, pela WIC, entre 1636 e 1645²³⁸.

Em um levantamento de dados obtido no *Trans-Atlantic Slave Trade Database*²³⁹, chegamos à estimativa de 33.558 indivíduos exportados da costa africana entre 1600 e 1650, sendo 755 da Costa do Ouro; 5.440 da Baía de Benim; 6.769 da Baía de Biafra e 20.594 da África Centro-Occidental. Os números subiram consideravelmente na África Centro-Occidental durante a ocupação holandesa; a embarcação de escravos na região entre 1641 e 1645 foi de 14.722, o que equivale a cerca de 70% do total exportado nos cinquenta anos analisados. Esses escravos eram destinados a Pernambuco, que na época estava tomado pelos holandeses. Os números podem não ser expressivos, mas certamente causaram prejuízos à tentativa de controle português, visto que os holandeses foram os primeiros a se beneficiaram da brecha aberta no monopólio ibérico, ainda no final do século XVI, e intensificaram sua atuação no comércio instalando-se nas possessões portuguesas nas duas extremidades do trato negreiro – África e América²⁴⁰ – estabelecendo alianças locais e transportando escravos para seus territórios ocupados.

As revoltas eclodidas após o assalto holandês à Luanda mostram como o controle da administração portuguesa era frágil, tornando-se muitas vezes abstrato nas regiões mais interioranas, onde os sobas possuíam maior autonomia em suas relações. Diversos personagens compunham o *hinterland* angolano e possuíam seus próprios interesses, formas de organização e ligação uns com os outros. Apesar do uso do avassalamento como meio de submeter essas chefias à Coroa, as relações mantidas eram instáveis e guiadas por interesses econômicos, principalmente pelo tráfico negreiro, como mostra a aliança entre D. Garcia II, Nzinga, os jagas e os holandeses. A presença flamenga surge como uma ameaça à participação portuguesa no comércio de escravos, componente crucial da economia imperial; e o interesse brasílico na região demonstra o papel de Angola na manutenção da produção do açúcar no Brasil. Afinal, eram os lucros provenientes do tráfico com o Brasil que sustentavam

²³⁷ SILVA, A. C., p. 470.

²³⁸ CORREIA, op. cit., p. 127.

²³⁹ Disponível no site slavevoyages.org, plataforma online que dispõe de um banco de dados sobre o transporte transatlântico de escravos.

²⁴⁰ M'BOKOLO, E. **África negra**: história e civilizações. Tomo I (até o século XVIII). Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009, p. 280.

os exércitos portugueses na guerra travada contra a Espanha²⁴¹. Tais eventos vinham para somar à já vulnerável conjuntura política enfrentada pela Coroa brigantina no pós-Restauração.

3.2 “Lhes não acho mais atenção que ao serviço de Deus e bem das almas”: a chegada dos capuchinhos e as vicissitudes na evangelização no interior

Não só os holandeses ameaçavam a influência portuguesa no ultramar, os capuchinhos também. Na década de 1640 chegou ao Congo a primeira missão capuchinha, enviada pela Propaganda Fide. Os capuchinhos eram, em sua maioria, italianos e espanhóis, o que causou certa desconfiança ao monarca português e entre os religiosos jesuítas devido a corrente guerra contra a Espanha pelo trono de Portugal. Muitas vezes taxados de espiões conspiradores, outras elogiados pela dedicação à atividade missionária, a influência capuchinha na África Centro-Occidental – tanto religiosa quanto política – não pode ser desconsiderada na análise das relações de poder estabelecidas com as chefias locais.

Os portugueses foram os primeiros europeus a se estabelecerem nas costas africanas em pequenas feitorias²⁴², com o intuito de expandir o comércio e conseguir as mercadorias desejadas por meio da negociação direta com as populações locais, dispensando os serviços de intermediários muçulmanos do Magreb, Egito e do resto do Médio Oriente. Tão logo os portugueses se consolidaram nesses territórios, a presença missionária se fez visível. Em seu retorno ao Congo (1484-1485), Diogo Cão²⁴³, que havia levado alguns “reféns” locais a Portugal para serem instruídos e “civilizados” na fé católica, os trouxe adeptos ao cristianismo, iniciando a Igreja Católica no Congo e demais regiões circunvizinhas²⁴⁴. O empenho na pregação do catolicismo no além-mar seguiu à bula pontifícia *Romanus Pontifex*, decretada em 8 de janeiro de 1455 por Nicolau V (1447-1455), conferindo ao Rei de Portugal “o direito de enviar missionários e de fundar igrejas, mosteiros e outros lugares pios, nos novos territórios ultramarinos, descobertos ou por descobrir pelos Portugueses, *prima inter pares* a África, do Magreb às cidades-estados suaílis da costa oriental africana”²⁴⁵.

²⁴¹ BOXER, op. cit., p. 12.

²⁴² “[...] unicamente estabelecidas na costa, próximas de baías bem protegidas e, geralmente, de aglomerações africanas. Elas foram [as feitorias], para os negociantes brancos, o centro de certas atividades assaz consideráveis, mas de alcance limitado.” MALOWIST, op. cit., p. 23.

²⁴³ Diogo Cão havia feito sua primeira viagem ao Congo em 1482.

²⁴⁴ LEVI, J. A. A missão em África nos séculos XVI-XVII: análise de uma atitude. **Revista Lusófona de Ciência das Religiões**. Ano VII, n. 13/14, 2008, p. 441, 446.

²⁴⁵ Ibid, p. 439-440.

As missões foram um poderoso instrumento de consolidação de poder. No século XV, num momento de expansão do protestantismo na Europa, Portugal beneficiou-se dos amplos privilégios concedidos por Roma, isso porque a Igreja Católica passava por um período de crise onde manter aliados era crucial. Com isso, a Santa Sé concedeu o direito do Padroado a Portugal, outorgando aos monarcas o poder de criar igrejas, mosteiros, enviar missionários, e conferir benefícios eclesiásticos; o que permitia à Coroa exercer um controle sobre o domínio espiritual – em conjunto com o controle sobre o domínio temporal, com o monopólio do comércio²⁴⁶. Esse domínio sobre a esfera espiritual continha um viés político; com seu poder, o Rei de Portugal podia nomear seus aliados para os bispados dos territórios ultramarinos, exercendo maior influência sobre as jurisdições de tais bispos. As missões também funcionavam como uma ferramenta da colonização; esses missionários serviam como agentes intermediários, que conseguiam transitar por regiões mais interioranas e hostis onde as tropas militares não eram bem-sucedidas e estabelecer uma comunicação entre portugueses e os locais. Da mesma forma, os chefes locais que adotavam o catolicismo contavam com maior apoio da Coroa e, num ambiente de instabilidade política, a assistência militar portuguesa oferecia vantagens²⁴⁷.

Nesse projeto de expansão portuguesa, os jesuítas iniciaram a empreitada da evangelização no ultramar. A Companhia de Jesus (*Societas Iesu* – S.J.) foi fundada no século XVI e reconhecida pelo decreto da bula *Regimini militantis Ecclesiae*, pelo Papa Paulo III em 27 de setembro de 1540. Os jesuítas seguiam os preceitos de Inácio de Loyola²⁴⁸ e possuíam um caráter militante e pedagógico. Tinham a conversão como objetivo institucional, o que os impulsionou a comporem missões pelo mundo, principalmente nas Américas e na África²⁴⁹. A SJ surge no contexto da Contrarreforma Católica, e agrega-se ao movimento como uma “milícia de combatentes” católicos que, “tanto visava expandir o catolicismo pelo mundo, como reavivar os princípios da igreja católica contra o crescimento da reforma protestante, nomeadamente, através do ensino e da pregação”. Na África, as missões jesuítas chegaram ao

²⁴⁶ SILVA, C. L. Jogos e interesses de poder nos reinos do Congo e de Angola nos séculos XVI a XVIII. **Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime**: poderes e sociedades, Lisboa, 2005, p. 1-2.

²⁴⁷ SILVA, C. L., op. cit., p. 2-3.

²⁴⁸ Inácio de Loyola e seus amigos: Francisco Xavier, Pedro Fabro, Afonso Bobadilha, Diogo Laínez, Afonso Salmeirão e Simão Rodrigues, criaram a S. J. em Paris, em 1534.

²⁴⁹ SILVA, E. S. **Mundos que se entrelaçam**: religião e política na África Centro Ocidental (século XVII). 2018. 117 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018, p. 59-60.

Congo em 1547, Angola em 1560, Moçambique em 1607, em Cabo Verde em 1604 e, posteriormente à Guiné e Serra Leoa²⁵⁰.

Não se pode subestimar o viés violento das primeiras missões jesuítas em Angola e a percepção de que a conversão dessas populações não seria feita pelo amor, mas pela subjugação e uso do poderio bélico²⁵¹. Os jesuítas foram grandes responsáveis por disseminar o plano de conquista do território angolano. Em seu método de evangelização, procuravam primeiramente converter os chefes políticos locais, facilitando a entrada dos missionários em seus potentes para a propagação do evangelho ao resto da população, o que colaborava para a subjugação dessas chefias à Coroa. Contudo, muitas missões penetravam nos sertões desarmadas, afinal a conversão era bem mais barata e mais eficiente que sustentar as custosas tropas²⁵². Apesar dos votos de castidade, pobreza e obediência, os missionários jesuítas em Angola foram frequentemente acusados de participarem ativamente de transações envolvendo escravos e de possuírem bens (móveis e imóveis), o que ressalta o interesse comercial da SJ para além da evangelização²⁵³. A presença jesuíta na África Centro-Occidental era forte e esses indivíduos foram amplamente utilizados pela Coroa como ferramenta de aproximação das populações locais por meio da conversão. Contudo, a ordem viu sua influência ameaçada pela chegada das missões capuchinhas, desencadeando uma rivalidade entre as duas ordens recheada de acusações de ambas as partes.

A ordem dos Frades Menores Capuchinhos foi fundada em 1525, pelo franciscano Mateus de Basci, passando a constituir o terceiro ramo franciscano²⁵⁴ e rapidamente multiplicando-se pela Itália. A intenção de Mateus de Basci era retomar os ensinamentos de São Francisco, os quais acreditava que já não eram seguidos rigorosamente. Os capuchinhos eram caracterizados pelo voto de pobreza, logo, abdicavam seus bens e remunerações às suas obras e recorriam à mendicância como forma de garantir sua subsistência. Trajavam vestes humildes – hábito com capuz pontiagudo e sandálias – e possuíam barba, fazendo com que

²⁵⁰ VENTURA, F. M. **Os Jesuítas Portugueses em África**: A sua ação no quadro da Organização não governamental Leigos para o Desenvolvimento. 2015. 98 f. Dissertação (Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação) – Universidade do Porto, Porto, 2015, p. 9, 11.

²⁵¹ BOXER, C. R. **A igreja militante e a expansão ibérica**. 1440-1770. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 94.

²⁵² BOXER, C. R., op. cit., p. 95.

²⁵³ SILVA, E. S., op. cit., p. 52-53.

²⁵⁴ Até 1525 a Ordem Franciscana era dividida entre Frades Menores Observantes e Frades Menores Conventuais. OLIVEIRA, I. S. **O olhar de um capuchinho sobre a África do século XVII. A construção do discurso de Giovanni Antonio Cavazzi**. 2011. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2011, p. 41.

também fossem conhecidos por “barbadinhos”²⁵⁵. Apesar das divergências com os jesuítas, as duas ordens tinham um projeto de evangelização e táticas de conversão similares. Ambos enxergavam, majoritariamente, os africanos como gentios e pagãos, com suas culturas e práticas religiosas relacionadas a forças ocultas e malignas²⁵⁶. Era dever desses missionários levar o evangelho, a salvação dessas almas e expandir o cristianismo, acreditado como a verdadeira religião.

No século XVII, as missões capuchinhas enviadas à África funcionavam por meio de prefeituras apostólicas; cada grupo de missionários enviado elegia um prefeito que deveria responder diretamente à Propaganda Fide. Por meio deste prefeito, o Papado conseguia acompanhar o desenvolvimento das missões, suas necessidades e progressos, enviar suporte e tomar decisões²⁵⁷. A Sagrada Congregação da Propaganda Fide foi criada em 1622, pelo Papa Gregório XV como substituta da Comissão Cardinalícia da Propaganda Fide (1572-1621), com o intuito de haver mais controle do Vaticano nas atividades missionárias. O advento da Congregação durante a união das Coroas ibéricas visa a diminuição da interferência do Padroado e do Patronato²⁵⁸ na evangelização mundo afora.

As negociações para a ida de capuchinhos ao Congo – local de desembarque da primeira missão – teriam se iniciado em 1618, quando os capuchinhos decidem mandar seis frades espanhóis para estudar as possibilidades de evangelização²⁵⁹. No ano seguinte, em carta ao Monsenhor Vives, embaixador do Congo em Roma, D. Álvaro III (1616-1622) agradece o envio dos capuchinhos e que trarão bons frutos às almas, pois já tinha notícia de suas virtudes. Com a mesma satisfação escreve ao Papa Paulo V, ao qual assegura que não os faltariam esmolas com os quais pudessem se sustentar²⁶⁰. O envio da missão foi adiado por vinte e seis anos. Em 1644, Frei Boaventura de Taggia apresenta a D. João IV os motivos políticos pelos quais deveria permitir a passagem dos capuchinhos em suas conquistas: 1. por serem eles de confiança e ser a presença católica crucial para manter o cristianismo e não perder seus vassallos para os inimigos calvinistas; 2. por terem sido bem recebidos pelo manicongo, tendo

²⁵⁵ OLIVEIRA, I. S., op. cit., p. 43.

²⁵⁶ SILVA, E. S., op. cit., p. 78-79.

²⁵⁷ OLIVEIRA, I. S., op. cit., p. 44.

²⁵⁸ “Durante séculos, a união entre cruz e coroa foi representada pela instituição da patronagem real [...] da Igreja ultramarina por parte das Coroas ibéricas: o Padroado real, em português, e o Patronato (ou *Patronazgo*) em espanhol”. BOXER, op. cit., p. 98.

²⁵⁹ MMA, 1ª série, VI, p. 307.

²⁶⁰ MMA, 1ª série, VI, p. 392, 402.

mais capacidade de persuadi-los a se distanciar dos holandeses²⁶¹. Essa carta indica como a cruz podia, muitas vezes, servir à Coroa no controle de seus vassalos.

Outra razão para o atraso da missão foi o conflito envolvendo Portugal, Espanha e o Vaticano. Com o rompimento das Coroas ibéricas, a Espanha mantinha sob seu controle várias regiões da Itália e subjugava o Papa, fazendo com que a independência de Portugal não fosse reconhecida pela Santa Sé²⁶². Em consequência disso, os bispados nas possessões portuguesas ficavam vagos devido à falta de nomeação de bispos. Em um decreto régio de novembro de 1644, D. João IV manda que a partida dos missionários ao Congo seja prorrogada até a confirmação de um bispo para a diocese. Condição reforçada pelo padre Boaventura de Taggia ao secretário da Propaganda Fide, alegando que a espera na confirmação do bispo do Congo e de Angola era prejudicial para a missão dos capuchinhos e que, se cumprida, cessaria todas as dificuldades²⁶³.

3.2.1 “Choram a comum miséria, pelo desamparo que padecem da Sede Apostólica”: o embate com a Santa Sé, o abandono das dioceses ultramarinas e o peso político da missionação

Desde que se apossou do trono, D. João IV empenhou-se em conseguir o reconhecimento do Papa. Além dos aliados nas cortes europeias, o apoio do Vaticano era fundamental para enfrentar a Espanha. Contudo, Urbano VIII e seus sucessores mantinham o posicionamento de apenas reconhecer a dinastia brigantina se Madri assim o fizesse e, até isso acontecer, as embaixadas portuguesas enviadas a Roma retornavam sem sucesso e muitos representantes do Rei voltavam sem ao menos serem recebidos²⁶⁴. Essa guerra entre as duas Coroas afetava diretamente a missionação e a organização da estrutura religiosa dos territórios da África Centro-Occidental. Tendo notícias de que uma missão com quatorze capuchinhos castelhanos, dentre eles um ex-soldado, estava de partida para o porto de Mpinda, o Rei português, vendo o grande dano que isso poderia causar, mandou advertir o governador geral do Estado do Brasil, Salvador de Sá, para que se opusesse à viagem²⁶⁵. A negação de missionários castelhanos perdurou até o fim do conflito entre as monarquias. Em consulta de

²⁶¹ MMA, 1ª série, IX, p. 183-186,

²⁶² OLIVEIRA, I. S., op. cit., p. 47.

²⁶³ MMA, 1ª série, IX, p. 194, 235.

²⁶⁴ CAMENIETZKI, C. Z. O papa, os bispos e os reis: a restauração da independência política de Portugal e o problema da Igreja lusitana (1640-1668). In: AGNOLIN, A. et al. **Contextos Missionários: Religião e Poder no Império Português**. São Paulo: Hucitec, 2011, p. 111.

²⁶⁵ MMA, 1ª série, IX, p. 229.

1649, o Conselho Ultramarino solicita de V. Majestade que mandasse prover as “cristandades” de Cabo Verde, Guiné e Angola de ministros:

e em forma que nelas não entrem nem possam entrar pessoas estrangeiras e que não sejam vassallos de V. Majestade, porque como são conquistas tão necessárias, por razão dos escravos e mantimentos ao Reino de Castela e outros, e a comunicação destas conquistas ser fácil, que os Reinos de Europa facilmente, estando nestas cristandades missionários estrangeiros e não vassallos de V. Majestade, se poderão inquietar as mesmas conquistas com estes missionários, e com as informações que darão a seus superiores²⁶⁶.

Frei João Francisco de Roma, tratando da ida de missionários com passaporte espanhol ao Congo, aponta o perigo de quebrar a capitulação de proibição dos castelhanos e como isso ameaçava a paz e segurança dos missionários lá residentes²⁶⁷. Em lei geral de 1651 o Rei de Portugal concede livre acesso às missões dos capuchinhos das províncias da Itália, contanto que não fossem castelhanos, ou de nenhum território sujeito à Castela²⁶⁸. Para evitar a presença castelhana, há um incentivo do envio de religiosos portugueses que desejassem missionar em Angola, aos quais ofereciam casa e o necessário para o sustento. Dentre os muitos danos causados pela Propaganda Fide ao espiritual e temporal de suas conquistas angolanas, o Rei acusa que o maior deles é o envio de religiosos de Castela, demonstrando seu desejo em enviar apenas missionários vassallos seus “ou quando sejam estrangeiros que o não sejam de meus inimigos”²⁶⁹.

Em 1654, a Propaganda Fide decretou que para as futuras missões, os religiosos deveriam passar por Lisboa e com cartas de recomendação do cardeal protetor de Portugal em Roma²⁷⁰, concedendo à vontade do Rei. A preocupação com a nacionalidade desses religiosos e a condição de que antes de partirem para as conquistas essas missões devessem passar por Lisboa, mostra como a Coroa portuguesa preocupava-se em conter o envio de vassallos de Castela a Angola, independentemente da motivação das viagens, pois essa região também era de interesse de seu inimigo de guerra.

A carência nas dioceses lusitanas configurava mais uma barreira à Coroa brigantina na consolidação de seu poder. Nessa questão Castela aparecia como responsável, ao ponto de o

²⁶⁶ MMA, 1ª série, X, p. 320.

²⁶⁷ MMA, 1ª série, X, p. 506.

²⁶⁸ MMA, 1ª série, X, p. 78.

²⁶⁹ MMA, 1ª série, XII, p. 411-412.

²⁷⁰ MMA, 1ª série, XI, p. 399.

conde de Vidigueira insinuar ao agente eclesiástico em Roma que a invasão holandesa a Angola e os males por ela causados tiveram “todo seu princípio e crescimento da usurpação de Portugal durante a união de Castela”²⁷¹. Em Roma, a situação não estava favorável a Portugal. Ao prefeito da Propaganda Fide, o padre Boaventura de Taggia menciona, em 1645, o quanto o Rei português mostrava-se infeliz ao ver que suas negociações com Roma não estavam obtendo êxito e, pouco depois, comenta sobre os insultos ao agente de D. João IV pelos senhores castelhanos²⁷². Do outro lado, há uma suposta ação do frei Francisco de Pamplona que pretende excluir os frades italianos das missões e levar apenas espanhóis para reduzir os povos do Congo à devoção ao rei da Espanha²⁷³. Nesse sentido, as missões seriam apenas um pretexto para a introdução de Castela às possessões portuguesas, servindo-se dos escravos que necessitava para a Índia²⁷⁴. Tais documentos são muito parciais e, por isso, questionáveis. Entretanto, D. Filipe IV de fato tencionava retomar o controle de Portugal e dos territórios ultramarinos. Tanto que o Conde de Castrillo, em nome do Rei da Espanha, mostra-se temeroso com uma mudança do posicionamento do Papa favorável a Portugal²⁷⁵.

A questão ficou especialmente delicada em 1649. Em uma consulta do Conselho do Estado do mês de janeiro, propõe-se que “não fosse admitido embaixador nem pessoa particular do rebelde de Portugal, antes bem que sua santidade fizesse a demonstração que devia, contra um vassalo rebelde de V. Majestade em um Reino usurpado tiranicamente”. O reino de Castela estava fragilizado, e não apenas devido à perda de Portugal, mas por uma cadeia de conflitos envolvendo outros territórios:

como a que estamos sofrendo com as revoltas de Nápoles, com a pouca tranquilidade da Sicília, com as divisões do Estado de Milão, com as guerras internas que temos na Espanha e, finalmente, com as dependências que essa monarquia tem com a sede da Apostólica²⁷⁶.

A Espanha achava-se envolta em guerras e o apoio da Santa Sé a Portugal não lhe era nem um pouco favorável, tanto que chegou a ameaçar Roma com o Cisma, o corte de relações diplomáticas e a suspensão do envio de dinheiro. Enquanto isso, planejava juntar “a maior quantidade de milícias que puder integrar ao exército, para tentar algo em Portugal de

²⁷¹ MMA, 1ª série, IX, p. 234.

²⁷² MMA, 1ª série, IX, p. 250, 314.

²⁷³ MMA, 1ª série, IX, p. 447.

²⁷⁴ MMA, 1ª série, X, p. 149.

²⁷⁵ MMA, 1ª série, X, p. 5.

²⁷⁶ MMA, 1ª série, X, p. 305,308, tradução nossa.

modo que não se veja aquela guerra tão morta como está”²⁷⁷. O acolhimento da representação diplomática portuguesa pela corte papal implicava diretamente no curso da guerra entre as duas coroas e disso estava ciente o Núncio Apostólico em Madrid quando advertia que a aprovação da Santa Sé privaria a Espanha de qualquer esperança de recuperar o reino de Portugal, pelo que Sua Santidade deveria considerar se seria por bem ganhar Portugal e perder todos os outros reinos de Castela²⁷⁸. No processo de escolha do bispo para as dioceses de São Salvador e Angola – ao qual havia sido escolhido D. Francisco Staibano, de Nápoles –, o Cardeal Albornoz, protetor da Espanha em Roma, teria se mostrado contrário, “alegando [que] pertencia a V. Majestade [D.Filipe IV] nomear este bispo (como é sem dúvida) por ser Rei de Portugal”²⁷⁹. Alguns meses depois, D. Filipe IV demite o Cardeal de sua missão em Roma, mas escreve ao Duque do Infantado para que observe as negociações de Nuno da Cunha (SJ) com a Santa Sé, pois “segundo parece das cópias que os encaminham de uma carta do Tirano e outra do Ministro que tem em Paris é o instrumento principal por cuja mão correm todas suas inteligências e convém cuidar muito delas”²⁸⁰.

Enquanto isso, mantinham-se vagas as dioceses de Angra (Açores), Miranda, Coimbra, Guarda, Portalegre, Porto, Viseu, Angola e Congo, Cabo Verde, Ceuta, S. Tomé, Cochim, Macau, Malaca e Meliapor. Por dez anos vinha suplicando o rei português, seu clero e seus Três Estados, sem nenhum desfecho. A inconformidade com a viuvez das dioceses faz-se explícita em carta ao Papa Inocêncio X, onde o encarregado dos negócios acusa-o como responsável por tão deplorável situação:

Em primeiro lugar, que V. Santidade me disse que não desejava de forma alguma que a Sé Apostólica perdesse Portugal; e com tudo isso, cada dia se perde com muitos milhões de suas próprias almas e suas conquistas, com grande perigo de se perder sem remédio; que só está nas mãos de V. Santidade, como vicário de Cristo, a quem recomendou suas ovelhas, sem ter nenhum respeito humano; pois é a soma da razão que faz a religião. A segunda coisa é que as mesmas pessoas que fazem um requerimento, ou dizem a Vossa Santidade, não farão provisões para que os Bispos evitem rumores, eles o colocarão antes em outros maiores, e assédio; já que se dirigiu a Portugal com desespero, por má resolução, ou V. Vossa Santidade deixará passar com as consequências e inconvenientes que trazem coisas semelhantes à Igreja de Deus, ou com o seu santo zelo e autoridade ele desejará emendá-la com perigo de perturbação, e rumores maiores do que aqueles que agora são representados pelas mesmas pessoas que fazem um pedido, ou são da opinião que V.

²⁷⁷ MMA, 1ª série, X, p. 309, tradução nossa.

²⁷⁸ MMA, 1ª série, X, p. 316-317.

²⁷⁹ MMA, 1ª série, X, p. 402, tradução nossa.

²⁸⁰ MMA, 1ª série, X, p. 417, tradução nossa.

Santidade não fornece; que ao mesmo tempo fará com que V. Santidade se comprometa contra Portugal, e talvez que alguns tenham esse objetivo²⁸¹.

O autor da carta questiona a suposta estima da Santa Sé por Portugal e seu receio em perdê-lo, já que com tal posicionamento perdia milhões de almas, tanto em solo português quanto nas conquistas ultramarinas. A nomeação dos bispos não era vista como uma graça suplicada, senão como obrigação do Papa para com a Igreja lusitana. Todavia, o Rei espanhol não cedia e sobre a questão da nomeação afirmava:

[...] e sendo tão obstinados na inobediência e nas disposições de Sua Beatitude, embora as ordene com maior delicadeza do que merecem, se fazem de todas as maneiras indignos de sua clemência, e não há razão nenhuma que possa induzir a ser ato de justiça me desposar do direito natural permanente e evidente por tantos títulos e antiga possessão, e conceder aos meus rebeldes o que não lhes é devido, apenas por um ato de rebelião de fato contra o direito divino e humano²⁸².

Declaração seguida pelas boas novas despachadas por seu embaixador em Roma, nas quais escrevia com satisfação a expulsão dos padres jesuítas António Vieira e Nuno da Cunha da Corte de Roma, aconselhando ao Rei que agradecesse ao Papa pessoalmente por esse feito²⁸³.

Mesmo com o apoio da França, disposta em uma carta do clero francês a Inocêncio X, no qual suplicava que se preenchessem as vagas nas dioceses com os candidatos nomeados pelo rei de Portugal²⁸⁴, até a proclamação da Paz Ibérica, em 1668, Portugal e seus domínios ficaram sem bispos e sem a renovação de seus prelados. Sem bispo em Angola desde 1642 e, portanto, com a estrutura religiosa local abalada, a Coroa deparava-se com um de seus principais dispositivos de expansão e controle nas conquistas debilitado.

²⁸¹ “La prima cosa è, che V. Santità mi disse non voler in maniera nessuna, che la Sede Apostólica perda Portogallo; e con tutto cio affatto si perde ogni di con molti milioni d'animé proprie, e délie sue Conquiste, con pericolo grande di perdersi senza rimedio; il quale solo stà in mano di V. Santità, come vicário di Christo, a cui raccomandò le sue pecore, senza haver nsguardo ad alcun humano rispetto; poiche *summa ratio est quae pro religione facit*. La 2ª cosa è che l'istessi che fanno istanza, ò dicono alla Santità Vostra, non facerà la provisione di Vescoui per evitare rumori, piú tosto la mectono in altri maggiori, e molestia; poiche pigliandosi in Portogallo con la desperatione, quale hè cattiuu resolutione, ò V. Santità la lascerà passar con le consequenze, e inconvenienti che portano alla Chiesa de Dio cose simili, ò col suo santo zelo e authorità la vorrà emendare con pericolo di disturbi, e rumori maggiori di quelli che adesso si rappresentano da U'istessi che fanno istanza, o sono de parère che V. Santità non proueda; li quali all'hora faranno istanza a V. Santità s'empegni contro Portogallo, e forse che alcuni habbiano questo fine”. MMA, 1ª série, X, p. 468-469.

²⁸² MMA, 1ª série, X, p. 494, tradução nossa.

²⁸³ MMA, 1ª série, X, p. 580.

²⁸⁴ MMA, 1ª série, XI, p. 33-35.

A proximidade dos capuchinhos com os chefes locais começou na região do Congo. O cristianismo, no geral, sempre teve uma presença mais sólida no território congolês. O primeiro manicongo a se converter foi Nzinga-a-Nkuwu (batizado com o mesmo nome do monarca português, D. João I)²⁸⁵, em 1491, iniciando o processo de cristianização do Congo. Um pouco antes nesse mesmo ano, foi celebrada a primeira missa na banza do manisoyo, onde se batizaram o próprio manisoyo (que passou a chamar-se D. Manuel) e um de seus sobrinhos. A corte congoleza passou então a adotar características das sociedades de cortes europeias – como o uso de termos referentes a membros da nobreza, tais quais fidalgo, conde, rei, príncipe etc. – e a usar o cristianismo como instrumento de legitimação e afirmação de hierarquias de poder perante seus súditos e à Coroa portuguesa. O catolicismo passou a ser a religião dessas elites políticas, tornando-se um fator de fortalecimento do poder central e de manutenção da unidade política e territorial, já que o contato direto com os europeus que chegavam à costa atlântica oferecendo novas mercadorias e alianças ameaçava essa centralização e induzia à autonomia dos poderes locais²⁸⁶.

Depois de quatro meses de navegação, a primeira missão capuchinha chegou à costa congoleza em 25 de maio de 1645. Os missionários tiveram sua embarcação cercada por um navio holandês, cujo capitão não queria permitir que saíssem do barco. Lembrando que os capuchinhos chegaram à região no período de invasão holandesa, numa conjuntura conturbada, com incessantes confrontos armados entre portugueses, holandeses e chefias locais. Contudo, a situação foi contornada graças ao socorro do conde de Pinda, que os recebeu “com singulares mostras de alegria, dando a Deus mil louvores, por ter-lhe trazido religiosos a sua terra em tempos de extrema necessidade”²⁸⁷.

Com a mesma satisfação os capuchinhos foram recebidos pelos manisoyo e manicongo, que agradeceram diretamente a Sua Santidade por tal graça. Ao Papa Inocêncio X, D. Daniel da Silva, o conde do Soyo, envia as “devidas graças e me conheço muito obrigado, e ponho aos pés de Vossa Santidade este meu condado e também minha pessoa”²⁸⁸. Os mesmos agradecimentos foram enviados à Propaganda Fide e a D. Filipe IV, a quem coloca o seu condado sempre disposto a servi-lo. Também o manicongo presta seu reconhecimento, jurando seu afeto, obediência e reverência ao Papa e pedindo para que mais

²⁸⁵ Prática incorporada pelos chefes locais recém batizados.

²⁸⁶ SOUZA, M. M. Catolicismo e poder no Congo: o papel dos intermediários nativos, séculos XVI a XVIII. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 21, n. 40, dez. 2014, p. 54-55.

²⁸⁷ MMA, 1ª série, IX, p. 285-286.

²⁸⁸ MMA, 1ª série, X, p. 123.

missões sejam enviadas²⁸⁹. As correspondências diretas desses chefes com o Papa evidencia o poder exercido pela religião e como este muitas vezes ultrapassava a influência da Coroa portuguesa sobre seus vassalos. A submissão desses mani não era efetiva, como mostra o amparo oferecido por D. Daniel ao Rei da Espanha, que o responde prometendo nunca lhe vir a faltar missões em suas terras²⁹⁰.

Durante o período da presença holandesa, houve um ativo combate ao calvinismo, pois ameaçava o predomínio do catolicismo e do papado sobre as áreas invadidas. A infiltração da “heresia calvinista” pode ter sido superestimada, já que o interesse holandês nas conquistas portuguesas possuía um viés predominantemente econômico, mas não passou despercebido nas correspondências produzidas por esses religiosos. Antes mesmo da ida dos capuchinhos ao Congo, tal questão representava uma “dificuldade insuperável”, pois o reino já estaria cheio de infieis instruídos na heresia pelos holandeses para abominar os católicos e sua doutrina “e com esta consideração e horror queimaram as vestimentas sacerdotais que possuíam e os missais e liberado os sacerdotes católicos que haviam começado a ensinar nossa Santa Fé”²⁹¹. Em outra carta, mostra-se satisfação pela objeção do Rei e povo do Congo ao calvinismo:

Na medida em que uma vez o fez apresentar uma Bíblia, ou livro herege, ele convocou todos os seus entes queridos para uma praça da referida cidade. E acendeu uma fogueira, na qual à vista deles queimou o dito livro, então estendeu e ergueu a espada em direção à igreja maior, que fica na dita praça, fez a profissão de fé católica romana, com tanto fervor e espírito, que todos se espantaram e choraram: os hereges nunca mais tiveram precedência com ele na matéria de Religião.²⁹²

Porém, o mesmo D. Garcia II que queimava livros heréticos em praça pública e professava a fé católica romana posteriormente mudou radicalmente sua postura em relação aos capuchinhos, transformando toda a alegria numa cruel perseguição. Os religiosos foram acusados de não se dedicarem à evangelização, mas sim à guerra, tendo desembarcado no porto do Soyo 150 caixas com armas e barris de pólvora e escondendo-os na floresta, pois esperavam um grande exército para fazê-los senhores do reino²⁹³. A artilharia citada provavelmente teria sido enviada por Castela, que mantinha aliança com os capuchinhos. Para

²⁸⁹ MMA, 1ª série, IX, p. 459; MMA, 1ª série, X, p. 129.

²⁹⁰ MMA, 1ª série, X, p. 482.

²⁹¹ MMA, 1ª série, IX, p. 166.

²⁹² “In tanto che una volta havendogli quelli fatto presente d'una Biblia, ó libro herético, egli convoco tutti li suoi più cari in una piazza délia sodetta Città. et fece accendere un fuoco, nel quale alia di loro vista fece arderé il detto libro, poi isfodrata et elevata la spada verso della Chiesa maggiore, ch'è in detta piazza, fece la professione della fede Cattolica Romana, con tanto fervore e spirito, che tutti stupirono e lagrimarono: li heretici non hanno poi mai più priuato con lui in materia de Religione”. MMA, 1ª série, X, p. 52.

²⁹³ MMA, 1ª série, XI, 121-122.

provar suas acusações, D. Garcia II afirmava possuir cartas de D. Filipe IV, Frei Bernardino Ungaro, Frei João Francisco Romano e um papel do Padre Frei Januário de Nola. As cartas, segundo ele, deveriam ser lidas publicamente para que:

se desenganarem, e verão a falsidade, em que entrarão esses Religiosos neste Reino, e os embustes, com que até o presente vivem; e não é de espantar, enganar-me com eles, pois o hão feito com os dessa Luanda. [...] porque não faltam nessa Luanda, homens que trazem o Castelhana no coração²⁹⁴.

Quase uma década depois dessa denúncia, o sucessor de D. Garcia II, D. António, escreve ao monarca português relatando a má fé dos frades capuchinhos enviados e que esses só residem em Luanda, não indo para o Congo²⁹⁵. Essa reviravolta nas relações estabelecidas entre o manicongo e os capuchinhos nos mostram dois fatos. Primeiro, o processo de enfraquecimento do Congo, iniciado com a ida do bispo para Luanda em 1624 e que culminaria na Batalha de Mbwila, em 1665. Segundo, o crescente interesse da atividade missionária em Angola e nos sertões adjacentes. Com o deslocamento do bispo para Angola e, com isso, da sede da diocese – devido às divergências entre o manicongo e o bispo -, houve uma tentativa por parte do soberano congolês em fundar uma diocese privativa para seu reino, mas o Papa não acatou o seu pedido²⁹⁶. Em contrapartida, com a diocese sediada em Angola houve uma maior aproximação dos locais com a base do poder espiritual.

O principal indício da expansão da influência política dos capuchinhos na região interiorana da África Centro-Occidental é a conversão de Nzinga. Em 1651, Nzinga pede a Propaganda Fide que envie missionários para a evangelização de seu povo²⁹⁷. Seis anos depois, a soberana de Matamba teria abandonado seu modo de vida jaga e se convertido novamente, prestando obediência ao Papa, ao qual agradece pelo zelo de sua alma e de seu povo, “as quais como ovelhas sem pastor estiveram na cegueira da infidelidade por tanto tempo perdidas, faltando-lhe a verdadeira lux do céu, a qual recebemos pela infinita bondade de Deus por meio dos capuchinos”²⁹⁸. Também o jaga de Kassanje – junto com seus makotas e kilombos – converteu-se e solicitou o envio de missionários capuchinhos²⁹⁹.

²⁹⁴ MMA, 1ª série, XI, p. 407-408.

²⁹⁵ MMA, 1ª série, XII, p. 407.

²⁹⁶ SILVA, C. L. op. cit., p. 4-5; MMA, 1ª série, XI, p. 138.

²⁹⁷ MMA, 1ª série, XI, p. 70.

²⁹⁸ MMA, 1ª série, XI, p. 402.

²⁹⁹ MMA, 1ª série, XII, p. 154-155.

Com a entrada dos capuchinhos em cena e a expansão de suas missões, as acusações dos jesuítas começaram a surgir. Em 1646, o padre Gonçalo João escreve a D. João IV para que o governador de Angola faça “diligência sobre aqueles frades barbados [...], a onde dizem fizeram tomar a voz de Castela”³⁰⁰. Sobre o perigo castelhano que sondava Angola e o Congo, o padre jesuíta António do Couto³⁰¹ sugere que, para acabar com qualquer desconfiança, deveriam partir dessas conquistas os missionários capuchinhos³⁰². Em suas correspondências, o capuchinho Serafim de Cortona frequentemente lamentava as acusações levantadas contra seus companheiros e criticava assiduamente as ações dos jesuítas de Angola e do Congo. Segundo ele, o motivo de tanta perseguição era o fato de se voltarem inteiramente para a vocação e por isso os gentios os admiravam. Já os jesuítas não esperavam mais do que acumular roubos e dinheiro, porquanto se sentiam envergonhados e os atacavam, chamando-os publicamente de traidores da Coroa portuguesa; “aqueles que têm a obrigação de promover a fé são aqueles que a impedem”³⁰³. A Companhia de Jesus prontamente mostrou apoio à Restauração portuguesa, com uma árdua atuação nos assuntos diplomáticos, principalmente com a Santa Sé. Isso, de certa forma, explica o receio com os missionários castelhanos. Quando D. Garcia II virou-se contra os frades capuchinhos, os jesuítas apoiaram-no. Quanto a isso, Cortona aponta os principais argumentos utilizados pelos jesuítas para irritar o manicongo:

Em primeiro lugar, que nunca terá paz com o Rei de Portugal se não mandar os outros embora do seu Reino. Segundo, que sob o manto de religiosos nós os maquinamos como traição para fazê-lo morrer. Terceiro, que não somos enviados aqui de outra forma por esta Sagrada Congregação, mas pelo Rei de Espanha, para o divertir com a devoção de Portugal. Quarto, que falamos com as províncias de seu Reino para descobrir as minas de ouro e prata³⁰⁴.

³⁰⁰ MMA, 1ª série, IX, p. 424.

³⁰¹ António do Couto nasceu no Congo, entrou na Companhia de Jesus e atuou no colégio jesuíta de São Salvador do Congo (Mbanza Kongo), tornando-se um agente articulador entre o rei de Portugal e o manicongo. Também participou da expedição comandada por Salvador Correia de Sá para reconquistar Angola dos holandeses em 1648. LIMA, I. S. Escravidão e comunicação no mundo atlântico: em torno da “língua de Angola”, século XVII. *História Unisinos*, v. 21, n. 1, jan./abr. 2017, p. 113.

³⁰² MMA, 1ª série, X, p. 368.

³⁰³ MMA, 1ª série, XI, p. 42; “Quelli che hanno obligatione di promuovere la fede son quelli che l'impediscono”. MMA, 1ª série, XI, p. 202.

³⁰⁴ “Primo, che mai haverá pace con il Ré di Portogallo se non manda via del suo Regno noi altri. Secondo, che sotto cappa di Religiosi noi li machiniamo tradimento por farlo moriré. Terzo, che non siamo mandati qua altrimenti da cotesta Sacra Congregazione ma dal Ré di Spagna, per divertirlo dalla deuotione di Portogallo. Quarto, che noi discorriamo per le provincie del suo Regno per scoprire le mine del oro e del argento”. MMA, 1ª série, XI, p. 447.

Conspiradores, traidores, infiéis a Dinastia de Bragança e servos do rei espanhol; os capuchinhos, nas palavras do padre, tinham suas intenções espirituais desacreditadas e eram associados a interesses temporais, como a tomada dos domínios portugueses e suas riquezas – como as minas de prata e cobre. Contudo, havia uma rede de apoio entre os colonos e os agentes da Coroa aos religiosos que lhes dava credibilidade, apesar das ácidas acusações. A câmara de Luanda elogiou o zelo apostólico e a isenção política dos frades, que serviam exclusivamente ao bem das almas e estavam isentos de “todo outro qualquer particular e suspeito interesse”. Salvador de Sá, enquanto governador, solicitou ao Rei – a pedido dos luandenses – que permitisse que os capuchinhos se estabelecessem na cidade por seu exemplo e virtude com que abraçavam sua devoção. Também o deão de Angola exaltou os frades por serem isentos de interesses, alheios a conveniências e afastados dos governos políticos e militares³⁰⁵.

Em contrapartida, o próprio corpo administrativo estava insatisfeito com os jesuítas e o estado eclesiástico das conquistas. Em sua gestão no governo de Angola, Luís Martins de Sousa Chichorro (1654-1658) lastimava a falta de frutos na cristandade, pois os jesuítas só se interessavam por conveniências temporais e “querem que seus escravos (que são muitos) roubem, firam e matem e contudo sejam privilegiados para os não castigarmos”³⁰⁶. Também denunciou o acúmulo de riqueza dos padres, que possuíam muitas fazendas com uma grande quantidade de escravos, gado, carros, casas e patachos. E mais, acusava-os de não irem ao sertão “antes estão sempre nesta cidade tratando do granjeio de suas fazendas, e da administração de seus gados, de que tem uma grande quantidade, ocupando-se também no resgate do sertão a que mandam seus escravos e pombeiros”³⁰⁷.

Seu sucessor, João Fernandes Vieira (1658-1661), também teve desavenças com os jesuítas. Após ordenar a execução de alguns animais de rua, houve um episódio em que “uns negros que se diz são dos religiosos da Companhia” confrontaram os soldados destinados a executar a ação, atacando-os e ferindo-os com arcos e flechas. Fernandes Vieira ordenou a prisão dos negros por flagrante, mas teve sua decisão contestada por Francisco Pinheiro, membro da SJ, que excomungou todos os envolvidos na detenção dos “amotinados”³⁰⁸. A excomunhão foi anulada, pois não foi identificada nenhuma violência contra a Igreja por parte

³⁰⁵ MMA, 1ª série, X, p. 456; MMA, 1ª série, X, p. 458; MMA, 1ª série, XII, p. 556.

³⁰⁶ MMA, 1ª série, XI, p. 520.

³⁰⁷ MMA, 1ª série, XII, p. 179.

³⁰⁸ MMA, 1ª série, XII, p. 262-263.

do governador, mas sim o zelo pelo bem público, já Francisco Pinheiro acabou sendo acusado por abuso de sua jurisdição³⁰⁹.

Abuso de poder, comodismo, envolvimento no comércio, posse de escravos, de grandes propriedades agrícolas e embarcações pesavam sobre a Companhia de Jesus. Concomitantemente, fala-se na precariedade das missões e da falta de evangelização no interior de Angola, onde “não há algum, ou não passa de um que se ocupe pela terra adentro na conversão da gentilidade, havendo sido este o fim pera que os senhores reis deste Reino chamaram e encarregaram estas missões à Companhia”³¹⁰. Em Luanda, Massangano, Matamba e Kassanje as queixas eram as mesmas: o local estava cheio de “idólatras” praticantes de ritos “gentílicos” e para preencher essa carência, capuchinhos e carmelitas são solicitados com o propósito de acudir essas obras tão santas e pias. Os Carmelitas Descalços chegaram a Angola em 1659, com o apoio da Rainha Regente, que ordenou a Fernandes Vieira lhes desse toda a ajuda necessária para a construção do hospício da Ordem, inclusive com o uso da fazenda real. O governador não só recebeu de bom grado os religiosos como direcionou a coleta de um imposto específico para as despesas dos carmelitas e proveu um terreno para a construção do convento³¹¹. Em 1666, D. Afonso VI (1656-1683) declararia que o cargo de pregador do bispado deveria ser confiado aos carmelitas³¹².

Assim entrava em declínio o predomínio da SJ na esfera religiosa angolana, companhia que por tanto tempo serviu à Coroa no controle dos sobas por meio da conversão e pregação da fé católica. Tal acontecimento não deixa de abalar a estrutura administrativa portuguesa, já que a missionação também possuía um peso político e a influência exterior capuchinha se fazia cada vez mais forte nos sertões. Ademais, não podemos ignorar os significados da conversão entre as autoridades locais. Elemento obrigatório nos autos de vassalagem, o batismo não significava necessariamente a adoção do cristianismo por parte desses sobas. Mesmo batizados, esses vassallos eram muitas vezes acusados de idólatras por continuarem praticando seus “ritos gentílicos”. Os poucos religiosos enviados para ensinar a doutrina católica nos sobados angolanos dificilmente conseguiam manter imaculado o cristianismo europeu, como pretendiam. A pregação da fé passou por diversos níveis de aceitação e adaptação entre as elites políticas receptoras, que também usavam a conversão como um mecanismo de centralização política e inserção numa rede de poder espiritual que

³⁰⁹ MMA, 1ª série, XII, p. 351-352.

³¹⁰ MMA, 1ª série, XII, p. 181.

³¹¹ MMA, 1ª série, XI, p. 206; MMA, 1ª série, XII, p. 277; MMA, 1ª série, XII, 292.

³¹² MMA, 1ª série, XIII, p. 15.

lhes forneciam garantias materiais. Religião e poder eram indissociáveis na trama das negociações entre sobas e homens do Rei.

4 AS DINÂMICAS DE UMA ANGOLA RESTAURADA

4.1 “É só o que nos convinha para domar os desaforos destes negros”: Os governos brasílicos e as guerras no sertão

4.1.1 Salvador de Sá e as expedições punitivas para a reabertura do comércio português no interior

Os holandeses haviam se retirado, mas para os portugueses todo cuidado era pouco. Junto com a comunicação das boas novas da restauração, o Conselho Ultramarino pedia à Vossa Majestade que enviasse socorro “breve e copiosamente” ao novo governador, para “que se possa perder o cuidado de qualquer acontecimento que os vencidos queiram fazer ou no mesmo Reino ou em outra parte”³¹³. Tão logo chegou à Luanda e assumiu o governo, Salvador Correia de Sá e Benevides (1648-1651) precisou lidar com os sobas que haviam se confederado aos flamengos e reestabelecer o domínio português no interior. Enviou um reforço com oficiais e munições para restaurar Benguela e tratou logo de pôr guerra em campo contra os rebelados, nomeando para comandar essa empresa o capitão-mor Vicente Pegado da Ponte, o sargento-mor Diogo Gomes de Sampaio e o capitão-mor da guerra preta Diogo Dias Mendes, com o jaga Kabuku. A expedição se dirigiu para a Ensaca do Cassanze, onde Panji a Ndonga (Pangi Andona) havia se coligado com outros sobas, providos de armas e munições deixadas pelos holandeses. O conflito foi violento, com perdas de ambos os lados, mas Panji a Ndonga e muitos de seus aliados acabaram mortos e degolados³¹⁴. Os que fugiram se dirigiram para algumas ilhas localizadas junto ao rio Dande, as Ilhas de Mabus³¹⁵. Depois de alguns meses de cerco e sem rendição, o capitão ordenou o envio de algumas lanchas à Massangano para buscar pessoas e munições e, por fim, molestados e famintos, os cercados se renderam³¹⁶.

De Benguela, o governador recebeu notícia sobre a disposição de alguns sobas que estavam “pouco domáveis, fazendo muitas sobrançarias aos vassallos portugueses”, decisão que levou o capitão da região, Duarte de Lemos Landim, a pôr guerra em campo. A campanha

³¹³ MMA, 1ª série, X, p. 275.

³¹⁴ Segundo as *Memórias...*, de Castello Branco e Torres, Vicente Pegado degolou um total de 14 sobas, incluindo Naimbua Cacombe. TORRES, op. cit., p. 183; Já Cadornega calculou 11 degolados. CADORNEGA, II, p. 26.

³¹⁵ Mabu: Grupo de papiros, suas hastes; plantas com que se fabricam os luandos. ASSIS JUNIOR, op. cit., p. 271.

³¹⁶ CADORNEGA, II, p. 26-31.

alcançou o poderoso soba Ngola a Njimbu (Ngola Angimbo) que facilmente minou os portugueses revertendo a distribuição de forças na expedição:

[...] estando a nossa gente dividida, se tornou a refazer, aquele poderoso inimigo dando sobre a nossa gente com tal ímpeto e resolução que desbaratou todo o nosso poder: sendo-nos falso e traidor o gentio que nos acompanhava, no qual se pode ter pouca confiança por serem pouco fiéis, e de natureza atraíçoados, desemparrando os nossos portugueses e talvez ajudando a nos destruírem³¹⁷.

A mudança de partido desses aliados mostra como o uso da guerra preta estabelecia um elo fraco, onde não havia uma lealdade concreta desses agentes locais à administração portuguesa e aos interesses régios. Derrotado nessa ofensiva, o capitão de Benguela pediu reforço de Luanda, que Salvador de Sá enviou sob a liderança do capitão-mor Francisco Ribeiro de Aguiar e Diogo Gomes Morales. Antes mesmo de chegar ao destino final a campanha passou pelo Libolo, onde um grupo de sobas vinha atrapalhando o andamento do comércio, impedindo a passagem de pumbeiros e roubando fazendas e o resgate de escravos e marfim. Dentre os levantados estava Kiteki ka Benguela (Quitequi Cabenguela), que foi derrotado em batalha, bem como Ngola a Njimbu³¹⁸. Outro acusado de interferir no desenvolvimento do comércio apropriando fazendas, bloqueando a passagem em suas terras e acolhendo escravos fugidos foi o soba Mbwila (Ambuila). A empreitada contra esse inimigo contou com a cooperação de Ndambi Ngonga e Kitexi Kandambi que, apesar de nunca submetidos ao monarca luso e do histórico de revoltas durante a invasão holandesa, mantinham com a Coroa a comum insatisfação contra o soba Mbwila, configurando mais uma rede de poder modelada pelos interesses comuns de seus componentes. Cercado e com muitos mortos e feridos do seu lado, o soba Mbwila enviou uma embaixada ao governador oferecendo rendição e obediência enquanto vassalo português, prometendo manter-se às ordens de Salvador de Sá³¹⁹.

Já no fim de seu mandato, o “general restaurador” confrontou alguns sobas levantados em Kissama, acusados de causarem danos às embarcações que navegavam pelo Kwanza. Para contornar o problema, montou uma guarnição de cinco embarcações destinadas a vigiar as margens do dito rio e impedir que esses “belicosos inimigos” continuassem suas “negociações e mercancias” ou o cultivo na região³²⁰. Também mandou repreender alguns sobas ndembu

³¹⁷ CADORNEGA, II, p. 42.

³¹⁸ CADORNEGA, II, p. 43-45.

³¹⁹ CADORNEGA, II, p. 53-57.

³²⁰ CADORNEGA, II, p. 63.

por suas ações prejudiciais aos colonos brancos e ao mercadejo na região e ordenou a construção de uma fortaleza nas terras do soba Mangombe, entre esses rebeldes “de natureza tão indomável que não lhe lembra o castigo, se não quando tem o açoite sobre si”³²¹. A construção de fortalezas reflete a necessidade de melhor controlar as ações desses sobas, principalmente nessa região onde os pactos de obediência e vassalagem eram facilmente esquecidos ou rompidos.

Um forte aliado dos recém-expulsos holandeses, D. Garcia II, enviou uma embaixada à Luanda em 1649 com o frei capuchinho Boaventura de Sorrento e alguns de seus fidalgos para reestabelecer a paz com a Coroa. Receoso com a represália portuguesa, o manicongo evocou sua irmandade com o rei português e a sua fé católica e enviou algumas condições para selar o tratado de paz. As disposições incluíam: 1. que a residência do bispo do Congo fosse transferida para a cidade de São Salvador; 2. que todo o Clero de Angola ficasse sob a jurisdição da Catedral do Congo; 3. que todas as suas antigas possessões lhes fossem restituídas; 4. que o governo de Luanda o auxiliasse na sujeição de seus vassalos rebeldes e na defesa contra seus inimigos, não fazendo guerra aos senhores do Congo ou seus vassalos e nem auxiliando seus inimigos; 5. que se determinassem preços justos das mercadorias comerciadas³²². Jurou ainda entregar as minas de ouro e os sobas Nambu a Ngongo, Mbwila e Motemo Aquingengo³²³. Um ano antes, Salvador de Sá havia enviado carta ao rei informando sobre as disposições do manicongo, que não aceitou o perdão oferecido e nem as capitulações impostas, mostrando afeição aos holandeses e sobas inimigos. Sobre tal questão, o monarca aconselhou que “em tudo obreis como o tempo e as ocasiões o pedirem, estando porém advertido que sempre importará procurar com dissimulação vencer o ânimo desse Rei”³²⁴.

A boa vontade do soberano do Congo em restituir uma relação harmoniosa gerou desconfiança. Ao Secretário do Estado, o padre António do Couto escreveu que não podia assegurar que esta paz fosse firme e verdadeira “por ser esta gente inconstante e variável, muito astuta e sagas, e parece que não quer ser tratada com brandura mas com rigor”³²⁵. Ao mesmo padre o manicongo exprimiu grande insatisfação com a administração régia e com os moradores de Angola pelo tratamento dado aos sobas, tiranizados injustamente, “pedindo lhes tributo todos os anos de quantidade de pessoas, que chegavam a dar os próprios filhos e

³²¹ CADORNEGA, II, p. 66.

³²² MMA, 1ª série, X, p. 326-327.

³²³ CADORNEGA, II, p. 34.

³²⁴ MMA, 1ª série, X, p. 344.

³²⁵ MMA, 1ª série, X, p. 369.

mulheres; só a fim de enricarem, por quanto vinham do Reino com os cargos comprados”³²⁶, mas reafirmou a amizade com D. João IV e declarou não mais manter negócios com os holandeses.

Apesar disso, o espectro holandês ainda rondava a costa. Não muito depois da retirada flamenga, uma nau mercante foi avistada no porto de Mpinda, mas logo foi expulsa por uma armada enviada por Luanda. Avistados novamente em Mpinda e no porto de Luanda, foram atacados durante a noite e recuaram pela manhã³²⁷. Mesmo com a costa vigiada, os holandeses continuaram a interferir no trato com o Brasil interceptando navios negreiros no mar³²⁸. Já no solo angolano, o Rei português orientou a retirada dos filhos deixados pelos holandeses, seus mestiços, e a conservação da paz com os negros por meios brandos, já que a debilitada defesa militar do momento não possibilitava a imposição pelas armas³²⁹. Em relação ao comércio com estrangeiros, em 1649 D. João IV concedeu a licença de retirar escravos em Angola contanto que concedessem um donativo à Fazenda Real³³⁰. Quanto à Espanha, grande adversária da coroa brigantina, havia certa cautela:

E sobretudo parece que sempre se há de evitar quanto for possível o comércio de Castela em direitura pera aquelas partes, **por Angola ser praça tão nessessária para nossa conservação dos comércios e fazendas do estado do Brasil**, como desejada de Castelhanos, pera continuarem as suas minas nas Índias e do trato ordinário naquele porto, se lhe for permitido poder resultar tal amizade com alguns nossos cobiçosos mais que leais, que não possa V. Majestade evitar o perigo que daqui pode resultar, a que se não deve expor aquela Praça por nenhum interesse³³¹.

A praça de Angola era cara ao império português e qualquer ameaça à perda do controle sobre o trato negreiro e o fornecimento de escravos para o Brasil preocupava a administração ultramarina. Por outro lado, os portugueses foram forçados a autorizar a venda de escravos para a América espanhola e em troca obter a prata necessária para arcar com os custos da guerra luso-espanhola³³². A reabertura do trato negreiro entre Angola e o Rio da Prata, que havia sido interrompida com o ataque holandês, era tida como favorável e impulsionada, principalmente por Salvador de Sá. A oligarquia dos Sá e seus aliados

³²⁶ MMA, 1ª série, X, p. 372.

³²⁷ CADORNEGA, II, p. 46-47, 64-65.

³²⁸ BOXER, op. cit., p. 294.

³²⁹ MMA, 1ª série, XI, p. 62.

³³⁰ MMA, 1ª série, X, p. 322.

³³¹ MMA, 1ª série, XI, p. 67, grifo nosso.

³³² SCHWARTZ, S. B. Prata, açúcar e escravos: de como o império restaurou Portugal. **Tempo**, v. 12, n. 24, 2008, p. 218.

fluminenses possuíam grande interesse na região platina, já que estavam envolvidos no escambo de escravos africanos pela prata do Potosí, sendo tal negócio decisivo no investimento fluminense na expedição restauradora de Angola em 1648³³³. Salvador de Sá, que havia sido governador do Rio de Janeiro entre 1637-1643 e entre janeiro e maio de 1648, foi um dos responsáveis pela formação do triângulo Rio – Luanda – Buenos Aires, chegando a solicitar várias vezes apoio e recursos à Câmara para a criação de um entreposto no Rio da Prata que facilitasse as relações comerciais com as províncias espanholas, sempre destacando a conveniência da colonização dessa região³³⁴.

A gestão de Salvador de Sá iniciou o período dos governos com interesses brasílicos em Angola, concentrado no controle dos sertões, mais exatamente nas feiras e redes de comércio que conduziam ao porto de Luanda. Para reabrir o comércio, o governador promoveu campanhas ofensivas contra sobas rebeladas e livres, avassalando o sertão até um raio de 180 quilômetros através da imposição de armas. Essas ações expedicionárias contradiziam a política minimalista e indireta definida pela Coroa. Os conselheiros do Rei não viam um quadro favorável ao domínio mais amplo da região: o clima difícil, a povoação colonial escassa, a resistência nativa e a presença estrangeira eram alguns dos fatores que corroboravam para a defesa de uma estratégia de controle restrito e concentrado na região costeira³³⁵. Em carta régia, o restaurador de Angola é advertido a fazer guerra somente em última instância: caso “não for muito forçosa, a escuseis o mais que possa ser”³³⁶.

Apesar de alguns feitos mais tolerantes de sua gestão, como a concessão de perdão aos vassallos pelos tributos anuais de escravos não pagos e a isenção dos mesmos a antigos e novos vassallos, as campanhas não cessaram e o sertão “ardia no fogo de viva guerra”, padecendo seus habitantes pela precedente infidelidade³³⁷. Em julho de 1651, o ouvidor e provedor da Fazenda Real em Angola, Bento Teixeira de Saldanha, escreveu ao monarca sobre a necessidade de se fazer guerra contra o rei do Congo, a rainha Nzinga e a província de Kissama sob o pretexto de escassez de escravos, principal recurso da conquista de Angola. Impedido o resgate nas feiras por esses inimigos da Coroa, restava-lhes pôr guerra em campo para adquirir os escravos. Sua Majestade, contudo, manteve sua posição e reforçou que para

³³³ ALENCASTRO, op. cit., p. 110.

³³⁴ BICALHO, M. F. A cidade do Rio de Janeiro e a articulação da região em torno do Atlântico-Sul: séculos XVII e XVIII. *Revista de História Regional*, 3(2):7-36, 1998, p. 9.

³³⁵ ALENCASTRO, op. cit., p. 262-264.

³³⁶ MMA, 1ª série, X, p. 343.

³³⁷ MMA, 1ª série, X, p. 471-472; TORRES, op. cit., p. 184.

tal ação as causas precisavam ser muito bem fundamentadas, já que muitas vezes os governadores arranjavam pretextos para guerrear contra os negros sem na realidade haver outra causa além da cobiça de cativá-los e vendê-los. O resgate de escravos, portanto, deveria ser realizado de forma “pacífica e justificada”, não sendo motivo de se empenharem expedições nos sertões³³⁸. A cautela em evitar os conflitos com os sobas dos sertões ia além da política “pacifista” da Coroa, havia o receio em deixar a capital desguarnecida e suscetível a ataques de seus concorrentes castelhanos e holandeses.

Após seus esforços na restauração da praça angolana, Salvador de Sá pediu licença ao Rei para regressar ao reino e cuidar de sua saúde, alegando estar a situação política e militar da conquista estabilizada:

Congo está quieto, e com modo, Cassange quieto e com amizade, o Rei de Dongo fiel, o Rei do Loango com comércio e mais amigo nosso que do holandês, a província da Quisama com contrato e pacífica; a do Libolo mui agradecida pelo exército que nela anda [...] em favor dos sovas e contra os jagas insolentes inimigos seus; avassalada a Ginga e temida das armas de V. Majestade; socorrido o Reino de Benguela³³⁹.

4.1.2 Os breves mandatos de Rodrigo de Miranda Henriques e Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha

O suposto quadro de paz não perdurou. Seu sucessor, Rodrigo de Miranda Henriques (1652-1653), enfrentou as más disposições do manicongo que continuava dificultando o comércio e a livre passagem e determinou o envio de gente armada para castigá-lo e os demais sobas “desobedientes e alevantados”, mas não conseguiu levar a empreitada adiante devido a seu falecimento³⁴⁰. Sucedeu da morte do governador um motim da infantaria que culminou na aclamação do capitão-mor Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha (1653-1654) ao cargo, causando certo alvoroço, já que não havia sido nomeado. Apesar das circunstâncias, o capitão foi bem recebido e a confirmação de sua nomeação foi alvo de duas cartas enviadas ao Rei, uma pela Câmara de Luanda e outra pelos próprios moradores de Massangano alegando que os sobas da região “andavam tão alterados e avexados que a não acudir Deus com a nova

³³⁸ MMA, 1ª série, XI, p. 245-247.

³³⁹ MMA, 1ª série, X, p. 571.

³⁴⁰ TORRES, op. cit., p. 187.

eleição do capitão mor Bartolomeu de Vasconcelos, haveria uma ruína por todo este sertão”³⁴¹.

Após boatos de uma suposta aliança entre o jaga vassalo Kabuku Kandonga e Nzinga, o capitão enviou Diogo Gomes Morales para uma conferência com o jaga e seus subordinados. Kabuku negou a traição, mas foi preso e teve seu kilombo invadido³⁴². O jaga Kalandula, também acusado, fugiu para o acampamento de Nzinga³⁴³. Foi Bartolomeu de Vasconcelos quem começou a expandir o comércio e fez o primeiro contato com Nzinga após a expulsão dos holandeses³⁴⁴. Essa ligação era ansiada pelos portugueses, que buscavam abrir uma rota de comércio para Matamba. Mas havia concorrência: na mesma época, foram avistadas no porto de Luanda quatro naus castelhanas que traziam prata para negociar peças com Matamba e o jaga de Kassanje, “de cujos resgates vêm as melhores peças de escravos”³⁴⁵.

4.1.3 Luís Martins de Sousa Chichorro e os confrontos em Kissama

As negociações avançaram com a chegada de Luís Martins de Sousa Chichorro (1654-1658) que recebeu uma embaixada de Nzinga oferecendo sua amizade e cem cabeças de escravos em troca do retorno de sua irmã, D. Bárbara, mantida prisioneira em Luanda. A soberana de Matamba ainda expôs suas queixas com os governadores anteriores, que sempre prometiam a entrega da irmã “mas antes moviam logo guerras, com que me inquietaram e fizeram sempre andar feito jaga, usando tiranias”³⁴⁶. A paz foi aceita e a rainha jurou adotar a fé católica, renunciar a vida de jaga, entregar o jaga Kalandula e ainda assegurou o envio de socorro para Kissama. Estabelecido o contato inicial com Matamba, era em Kissama que a administração portuguesa encontrava seus mais árdios opositores. Tomando posse em Luanda, Chichorro tratou logo de informar ao Rei a situação da conquista que, por sinal, andava tumultuada pelo comportamento indesejado dos sobas. As queixas se reproduziam: impedimento do trato, danos aos pumbeiros, roubo de escravos e a consequente paralização do comércio, causando danos aos moradores de Massangano, Muxima e Cambambe. Expostas

³⁴¹ MMA, 1ª série, XI, p. 290; MMA, 1º série, XI, p. 292.

³⁴² Segundo Cadornega, posteriormente Kabuku foi perdoado e solto, retornando ao seu kilombo. CADORNEGA, II, p. 79.

³⁴³ CADORNEGA, II, p. 75-79.

³⁴⁴ BIRMINGHAM, op. cit., p. 130.

³⁴⁵ CADORNEGA, II, p. 80.

³⁴⁶ MMA, 1ª série, XI, p. 524.

as circunstâncias, convinha, para evitar a “ruína de Angola”, guerrear e conquistar a província de Kissama³⁴⁷.

Comandada por Vicente Pegado da Ponte e pelo cabo de companhias Diogo Gomes Morales, a expedição chegou à Kissama em 20 de fevereiro de 1655³⁴⁸, onde logo recebeu alguns embaixadores dos sobas rebeldes que enviaram uma mensagem de paz e prometeram devolver os escravos roubados. O fato é que essas chefias não pretendiam se render e utilizaram o tempo concedido para buscar reforços contra as tropas lusitanas no Libolo, onde conseguiram apoio dos jagas Namboa Ambungo e Lunga ria Cafofo. Iniciada a ofensiva, marcharam em direção ao soba Lanji (Langi), passando pelas terras de Kafushe Kambare (Cafuxi Cambari), do soba Kimbambala (Quimbambala) e com muita peleja alcançaram o sítio de Moenga Aquilumbo. Após meses de guerra, o exército português padecia com a fome e as sucessivas investidas dos inimigos, mas, socorridos pelos moradores de Massangano, que enviaram mantimentos aos soldados, conseguiram prosseguir e cercar os sobas levantados em Moenga Aquilumbo³⁴⁹. Em desvantagem na batalha, Lanji fingiu rendição e prometeu avassalar-se, mas fugiu para um local mais protegido das armas lusitanas. A campanha prosseguiu contra Lunga ria Ndungo (Lunga ria Nalungo), cujo potentado se localizava entre os sobas Kafushe, Mulumba a Kambolo (Mulumba Acambolo) e Kimbambala, poderosas lideranças. Em desvantagem por conta da difícil geografia do terreno dos Songos, as tropas se retiraram para o acampamento, planejando um novo ataque pelo território do soba Mulumba a Kambolo.

Com a chegada da empresa, Mulumba mandou seu tio Danda Aquiaito como seu representante com a proposta de vassalagem e passe livre por seu sobado em troca do suporte militar português contra Kataka Kasala (Catalla Casalla), seu inimigo, que vinha causando muitos danos às navegações no Kwanza, enviando ainda algumas cabeças de gado e escravos para firmar o reconhecimento de sua fidelidade. Assim marchou o exército português em direção aos domínios de Kataka Kasala e Gungo Amocambo, seu subordinado, localizados entre Muxima e Massangano³⁵⁰. Esse pacto de fidelidade mostra como o avassalamento podia

³⁴⁷ MMA, 1ª série, XI, p. 497-499.

³⁴⁸ Segundo Chichorro, partiram com dez mil arcos, quatrocentos e cinquenta infantes, dezessete cavalos com quatro peças de campanha e quatro lanchas armadas para cercar os inimigos pelo rio Kwanza. CADORNEGA, II, p. 505, nota de rodapé.

³⁴⁹ CADORNEGA, II, p. 90, 93-100.

³⁵⁰ CADORNEGA, II, p. 111-121.

ser apropriado pelas lideranças locais como instrumento de fortalecimento de poder e superioridade bélica sobre os sobas inimigos.

A guerra de Kissama chegou a um fim inconclusivo depois de aproximadamente um ano e meio de muitas perdas e gastos à Fazenda Real. Na retirada do exército, ainda enfrentaram o soba Gengembo, em Mbaka, num conflito que durou alguns meses³⁵¹. Mesmo conseguindo refrear algumas revoltas, os sobas da “província indômita” continuavam livres e insubordinados. Vários fatores contribuíram para a retirada das tropas portuguesas da região, dentre eles a difícil geografia do território, o amparo de grupos jagas aos inimigos, a ameaça holandesa que ainda rondava a costa angolana e demandava a presença de um aparato militar para a proteção de Luanda e a proibição da obrigatoriedade da ida dos moradores às guerras nos sertões.

Enquanto isso, D. Garcia II estava em contenda com o Conde do Soyo e com o Marquês de Mpemba, que reivindicava ter mais direito ao trono do Congo que o então soberano e, ameaçado pelo manicongo, pediu auxílio português. O exército enviado por Chichorro saiu de Massangano e foi até Camulemba, em Ilamba, onde conseguiu integrar gente forra e guerra preta à empresa e partiu para o potentado do mani-Mbumbi, localizado entre os rios Dande e Loje. A batalha se alargou para o outro lado do Loje, até Mbamba, onde o soberano do Congo enviou uma embaixada para comunicar seu arrependimento³⁵². O relacionamento com D. Garcia II mantinha-se instável. Em maio de 1656, o soberano escreveu para Luanda sobre a ida de uma armada holandesa à cidade e alertou ao governador que tomasse as diligências necessárias, afirmando fazer o mesmo, pois convinha “haver entre nós manicongos e portugueses uma verdadeira união, pondo à parte paixões”³⁵³.

As constantes quebras das capitulações estabelecidas após a restauração fomentavam o anseio dos governadores por guerra. Quando informado por Chichorro acerca da fuga dos escravos dos moradores de Luanda para o Congo, o monarca ordenou a criação de uma junta com religiosos, ministros superiores da guerra, oficiais da Câmara e alguns cidadãos para tratar sobre a questão e qual desfecho deveria ser efetuado. Em abril de 1657 o governador escreveu ao Cabido do Congo para que este comunicasse ao soberano que, caso não tomasse as providências necessárias acerca de suas obrigações para com a Fazenda Real até junho, iria

³⁵¹ CADORNEGA, II, p. 135.

³⁵² CADORNEGA, II, p. 133-135.

³⁵³ MMA, 1ª série, XII, p. 22.

lhe enviar guerra³⁵⁴. A guerra contra o manicongo havia sido votada e aceita no Conselho, que a considerava justa pela “pouca fê e afeição” do soberano à Coroa, e foi logo comunicada ao Rei. Segundo o governador, além de não ressarcir os prejuízos causados, D. Garcia II ainda estava gerando conflitos com seus vassallos, a exemplo da prisão de dois irmãos do Marquês de Mpemba. Além de subjugar o manicongo, o confronto acarretaria rendimentos ao Rei, como a chegada às marinas de sal. Com posse das salinas a Coroa poderia adquirir a renda necessária para a conservação do Reino e das forças militares e expandir sua influência sobre os sobas mais distantes, pela necessidade que estes tinham do sal. Mesmo com a decisão da ofensiva aprovada em Luanda, o Rei recomendou a criação de mais juntas e mais votações sobre tal tópico³⁵⁵.

4.1.4 As conturbadas gestões de João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros e a intensificação da legitimação das campanhas militares

As ordens vindas de Portugal continuavam as mesmas: as guerras deveriam ser evitadas a todo custo e empregadas somente quando bem fundamentadas, a paz com os sobas era de “grande conveniência a defesa e conservação daquele Reino, principalmente enquanto não há nele grande poder, como algumas vezes se tem representado”³⁵⁶. Essa política indireta não agradava a administração angolana. João Fernandes Vieira (1658-1661), relatando sobre a situação da conquista, destacou que os resgates e o comércio andavam de mal a pior, consequência da rebeldia dos sobas, com pouca ou nenhuma obediência desde a invasão holandesa, “porque como então viram suas armas superiores às nossas, logo tiveram delas muito diferente opinião da que tinham de antes”³⁵⁷. Os ndembu estavam quase todos rebeldes e as armas portuguesas não mais tinham autoridade sobre eles. Para reverter esse quadro convinha:

[...] serem aqueles sovas castigados, e fazer-se com eles uma demonstração, para que outros se não atrevassem [a] cometer semelhante maldade, e para que aqueles que são vassallos conheçam se deve fazer com os mais que forem rebeldes e impedirem o comércio, e o não deixarem fazer livremente³⁵⁸.

Em contraponto ao Conselho, Fernandes Vieira via a guerra como único remédio para a conservação da presença portuguesa e esse posicionamento se externou em seu governo. Em

³⁵⁴ MMA, 1ª série, XII, p.42-43, 114.

³⁵⁵ MMA, 1ª série, XII, p. 124, 126, 146, 273.

³⁵⁶ MMA, 1ª série, XII, p. 74.

³⁵⁷ MMA, 1ª série, XII, p. 172.

³⁵⁸ Ibid.

mais uma reunião com os preladados das religiões, autoridades civis, judiciais e militares a declaração de guerra contra o Congo foi deliberada, pois havia tempos D. Garcia II não respeitava as decisões estipuladas e mostrava-se inimigo declarado da Coroa, alegando publicamente seu descontentamento em entregar os escravos fugidos à Luanda e com os impostos excessivos que lhes eram colocados, chegando a consumir metade de sua fazenda. Fora as reclamações, teria declarado seu intento em não mais permitir portugueses e nem resgates em suas terras³⁵⁹. Reforçando a decisão, a Câmara de Luanda escreveu ao Rei D. Afonso VI em abril de 1659 que a ruína daquele reino de Angola nascia da acolhida que os escravos fugidos achavam no Congo e que calhava executar a guerra durante a gestão de Fernandes Vieira devido a sua grande fama entre o gentio “de quem tenha tanto temor, que é só o que nos convinha para domar desaforos destes negros”³⁶⁰.

A “fama” belicosa de Fernandes Vieira tinha seus motivos. Quando informado de que Ngoleme a Kaita andava fazendo muitos “desaforos e sobranças” aos portugueses e pumbeiros que negociavam em Mbaka, preparou logo uma expedição para castigá-lo. O confronto se desenrolou com muitas perdas na região dos Empurres e os capitães da campanha apostaram na formação de um cerco para fazer o soba e seus subordinados se renderem pela fome, já que pelas armas não obtiveram sucesso. Após certo tempo sitiados, os rebeldes se renderam e foram castigados, resultando no degolamento de seis poderosos makotas. Em seguida a esse feito, decidiu marchar em direção de Kitexi Kandambi e Ndambi Ngonga, poderosos inimigos nunca domados pela Coroa. Favorecidos pela localização de suas fortalezas, os sobas conseguiram resistir às investidas, causando muitos prejuízos aos soldados lusitanos, que acabaram se retirando, cansados e castigados. A repreensão prosseguiu com o envio de uma expedição liderada pelo capitão-mor António Rodrigues Pacheco ao Libolo, onde um grupo de sobas vinha impedindo a passagem do comércio e apropriando fazendas, e também à Benguela, para castigar Quilembi Lembi, soba vassalo acusado de traição. Mais uma vez, as tropas portuguesas falharam e muitos de seus componentes pereceram³⁶¹.

Mulumba a Kambolo mais uma vez solicitou auxílio português, dessa vez, na construção de uma fortaleza nas demarcações de seu território com o de seu vizinho e inimigo Kafushe. A construção não foi aprovada sob a justificativa de que não traria nenhum proveito

³⁵⁹ MMA, 1ª série, XII, p. 226.

³⁶⁰ MMA, 1ª série, XII, p. 231-232.

³⁶¹ CADORNEGA, II, p. 140-148, 151-152, 157-159.

à Fazenda Real e nem à Coroa, sendo o reforço militar a resolução mais viável. Entretanto, o governador enviou uma embaixada com o capitão Manoel Alves Cruz e Assongo ao encontro de Kafushe, conseguindo mediar a situação sem um conflito direto³⁶². Assim como no governo de Salvador de Sá, a assistência militar de Luanda foi solicitada em Benguela, dessa vez pelo então capitão Manoel da Costa a favor do jaga Kakonda, vassalo português expulso de seu kilombo. O governador enviou cem oficiais, embarcações e munições para socorrer o jaga. No caminho para Benguela enfrentaram um grupo de sumbis levantados que vinham causando danos ao comércio nas redondezas do porto de Mani-Quicombo³⁶³.

Fernandes Vieira recebeu algumas queixas em relação a D. Filipe, soberano do Ndongo. Ngolomen-a-Cacombe, que tinha seus domínios localizados na passagem do rio Kwanza, próximo ao Libolo, acusou D. Filipe de ter mandado saquear seu território, tomando-lhe tudo o que possuía. Por ser avassalado, Ngolomen-a-Cacombe logo teve seus bens restituídos³⁶⁴. Tal episódio deixou D. Filipe insatisfeito com o governo português, isso porque, mesmo presente na maioria das campanhas contra os sobas rebeldes ao lado do seu filho D. Inácio – a exemplo da guerra de Kissama – D. Filipe precisou devolver o butim recolhido na pilhagem feita nas terras de Ngolomen-a-Cacombe.

As queixas contra o governador não se restringiam somente aos sobas avassalados. A relação com os religiosos da Companhia de Jesus estava abalada devido às denúncias realizadas pelo governador e pelo episódio envolvendo os animais de rua, que resultou na sua excomunhão e também com os moradores de Angola, que enviaram uma petição à Coroa alegando o uso de empreguismos pelos governadores brasílicos, que nomeavam seus próprios criados para os cargos civis e militares em detrimento dos filhos da terra. De fato, Fernandes Vieira desembarcou em Angola com muita gente sua para ocupar os postos de comando: parentes e veteranos da guerra brasílica integravam postos nas tropas militares e outras funções como secretário de Governo e capelão-mor³⁶⁵.

Seguindo os descontentamentos, merece destaque os conflitos envolvendo Massangano e Luanda. A região de Massangano ganhou notoriedade como abrigo português na resistência contra os invasores holandeses e seus moradores estavam ativamente envolvidos nas expedições organizadas pelos brasílicos contra os sobas rebeldes dos sertões

³⁶² CADORNEGA, II, p. 165-166.

³⁶³ CADORNEGA, II, p. 176-178.

³⁶⁴ CADORNEGA, II, p. 175-176.

³⁶⁵ ALENCASTRO, op. cit., p. 275-276, MMA, 1ª série, XII, p. 440.

disponibilizando homens, munições e mantimentos. Fundado em 1583 por Paulo Dias de Novais, o Forte – com o nome de Vila da Vitória de Massangano – exercia as funções de presídio, proteção de portugueses e das redes comerciais³⁶⁶. Reconhecendo o valor da região, seus moradores passaram a reivindicar recompensas pelos serviços prestados. Em julho de 1658, o governador, atendendo a petição dos habitantes da Vila, lançou uma provisão para a criação da Câmara de Massangano. Dentre as razões que o levaram a tomar tal decisão estava a alta movimentação comercial, tanto de alimentos como de escravos, gerando grandes quantias à Fazenda, fazendo-se a Câmara necessária para melhor controlar os preços das compras e vendas de mercadorias³⁶⁷.

Três anos depois enviaram uma petição ao Rei em prol da fundação de uma Casa de Misericórdia. As Misericórdias surgiram em Portugal no século XV, alicerçadas nos ideais de devoção e caridade. No Ultramar, se configuravam como núcleos de poder local e, apesar do interesse da monarquia na expansão dessas instituições, se desenvolveram segundo lógicas de afirmação locais autônomas. Na África, o interesse na criação de Misericórdias só surgiu após os territórios mostrarem valor – aqui representado por um maior retorno econômico – e após a instalação de uma estrutura administrativa e institucional³⁶⁸. Representava, aqui, mais um espaço de conflito de interesses e se imbricava nas redes de poder locais.

Apontando a vila como “praça de armas e cabeça de todo este Reino”, os moradores pediram a mercê do monarca para a criação da Misericórdia, pois a região era muito povoada, com muitos enfermos e distava quarenta léguas da capital, para onde deveriam se deslocar em caso de necessidade. Pouco depois, Bento Teixeira de Saldanha também abordou a questão em uma correspondência enviada à Sua Majestade, mas com os motivos pelos quais não deveria se fazer Misericórdia em Massangano. Segundo ele, o pedido foi feito “mais por capricho que por zelo do serviço de Deus” e que “nem em piedade, nem em razão política se deve permitir” sua criação³⁶⁹. A obra da casa e hospital da Misericórdia em Massangano começou em fins de 1660 e a Misericórdia de Luanda não pareceu satisfeita com isso, rebatendo que a construção traria prejuízos ao hospital da cidade, que tinha muitos gastos nos

³⁶⁶ BARBOSA, K. T. Massangano: resistência portuguesa na Angola holandesa, 1641 a 1648. In: Colóquio de História da Unicap/ Colóquio de História do PPG em História da Unicap, 11, 2017, Recife. **Anais eletrônicos do XI Colóquio de História – Tempos de revoluções: Pernambuco (1817), Rússia (1917) e outras contestações**. Recife: Unicap, 2017, p. 292.

³⁶⁷ MMA, 1ª série, XII, p. 169-170.

³⁶⁸ OLIVEIRA, I. S. Misericórdias Africanas no Século XVII: A Misericórdia de Massangano. **Revista África e Africanidades**, ano 2, n. 7, nov. 2009, p. 2, 5.

³⁶⁹ MMA, 1ª série, XII, p. 419-420.

tratamentos dos soldados e homens de mar em fora³⁷⁰. O Conselho Ultramarino acabou favorecendo a Misericórdia da capital pelos mesmos motivos³⁷¹. As disposições iniciais do governador mudaram, segundo Cadornega, devido às queixas enviadas para a Rainha Regente sobre sua gestão. O posicionamento contrário continuou com a chegada de André Vidal de Negreiros, que pediu à Sua Majestade para extinguir a nova Santa Casa³⁷².

O governo de Vidal de Negreiros (1661-1666) não foi menos violento que o de seu antecessor. Informado das agitações causadas por Nambu a Ngongo³⁷³ e dos apuros passados pelo fidalgo Xeque (parente de Motemo Aquingengo) nas mãos de Kakulo Kahenda, que havia usurpado seu sobado, o governador deliberou o envio de uma expedição liderada por Diogo Gomes Morales e o sargento-mor Luís Ferreira de Macedo. A campanha partiu em direção a Nambu a Ngongo, cujo exército se dispersou e muitos fugiram, sendo os remanescentes derrotados e castigados. Seguiram então ao socorro de Xeque e vendo o sucesso da investida portuguesa, Nambu a Ngongo acabou se rendendo³⁷⁴. O segundo caso era mais complexo: Negreiros escreveu ao rei em abril de 1664 relatando que Kakulo Kahenda havia sido expulso de sua posse por D. Francisco Xeque, sob a justificativa de que a terra lhe pertencia por direito. O governador determinou a restituição do território, mas a essa altura, apareceu outro soba, D. Francisco Joanes, que além de se apossar da terra teria envenenado Kakulo e desacatado a ordem de devolução. Negreiros acabou favorecendo o soba Xeque e entrou em confronto com Joanes que mesmo amparado pelo manicongo foi derrotado e enviado para a Bahia³⁷⁵.

Os atritos com o Ndongo se agravaram com a morte de D. Felipe e a ascensão de seu filho D. João Ngola Ari. Logo após sua aclamação, o ngola seguiu os passos de seu pai e novamente saqueou Ngolomen-a-Cacombe, dessa vez mandou degolar o soba para não ser intimado a restituir os bens³⁷⁶. No Congo, D. Garcia havia morrido e D. António, Vita-a-Nkanga, era o novo soberano. Negreiros continuou investindo na legitimação da guerra contra o Congo e além das acusações de insubordinação e acolhimento de escravos fugidos, o manicongo agora era acusado de não entregar as minas de metais de seus territórios à Coroa.

³⁷⁰ “Homens de mar em fora” seriam os indivíduos não nascidos no Reino de Angola e que não dispunham do “título” de “moradores” do Reino de Angola. SANTOS, T. G. Sedição dos “homens de mar em fora” em Angola no setecentos. *Revista África(s)*, v. 3, n. 5, jan./jun. 2016, p. 86.

³⁷¹ MMA, 1ª série, XII, p. 325-328, p. 333.

³⁷² CADORNEGA, II, p. 518, nota de rodapé; MMA, 1ª série, XII, p. 335.

³⁷³ Vassalo da Coroa desde sua derrota para Bento Banha Cardoso.

³⁷⁴ CADORNEGA, II, p. 191-195.

³⁷⁵ MMA, 1ª série, XII, p. 537-538.

³⁷⁶ CADORNEGA, II, p. 224-225.

Assim, Negreiros escreveu a D. António solicitando a entrega das minas e no caso de sua inexistência, como afirmava o mani, que lhe permitisse enviar seu pessoal para confirmar. D. António manteve sua posição e respondeu que desconhecia a existência de alguma capitulação sobre a entrega das minas no tratado de paz anteriormente estabelecido e que não as entregaria, mesmo que existissem³⁷⁷.

Os rumores da ofensiva portuguesa continuaram e chegaram aos ouvidos do cabido do Congo sob o aviso de que o governador decidira pôr guerra em campo a favor de um vassalo “rebelde e fugitivo” chamado D. Afonso Gulu-Amacaba e com esse socorro entrar no marquesado do Ando e nas terras de Mbwila, ambos submissos ao manicongo, para intimidá-los e sujeitá-los à vassalagem por meio da violência. Sendo o Congo um reino independente, cristão e aliado da Coroa, a ofensiva não se mostrava “justa”, como protestavam os cônegos e padres de São Salvador, que escreveram ao governador pedindo que desistisse da guerra e que em caso de hostilidades o soberano do Congo enviaria seus protestos a Luanda e suas queixas ao monarca português D. Afonso VI, ao que Negreiros respondeu que não preparava guerra contra o reino do Congo, mas para assegurar o descobrimento das minas de qualquer metal que seja como previsto nas capitulações celebradas com Salvador de Sá. O cabido mais uma vez destacou que para a exploração das minas (que não eram de ouro e sim de cobre) não havia necessidade de conflito, apenas que o Rei do Congo fosse comunicado “porque isso é entrar em casa alheia sem primeiro bater à porta”³⁷⁸, mas o governador não voltou atrás, reforçando que se o manicongo não mudasse de parecer não só ia conhecer o erro desta sua resolução e o “que merece faltar sempre tanto ao reconhecimento e à fidelidade que deve, [...] mas se lhe eu bater à porta sobressaltar-se de maneira que temo lhe caia a coroa da cabeça e que a não possa mais levantar”³⁷⁹. Em meio a isso, D. António declarou guerra à Coroa publicamente convocando todos os seus súditos:

seja fidalgo ou mecânico, pobre ou rico, capaz de poder manejar armas ofensivas em todas as vilas, cidades, e lugares de todos os meus reinos, províncias e senhorios [...] para se incorporarem com os generais das armas que da presença da pessoa real saírem a defender nossas terras, fazendas, filhos, e mulheres, e nossas próprias vidas e liberdades de que a nação portuguesa se quer empossar e senhorear³⁸⁰.

³⁷⁷ MMA, 1ª série, XII, p. 475-476.

³⁷⁸ MMA, 1ª série, XII, p. 545, 547, 552.

³⁷⁹ MMA, 11ª série, XII, p. 566-567.

³⁸⁰ MMA, 1ª série, XII, p. 549.

Com isso o manicongo lançou um atentado contra o Duque de Wandu (Oando) que desamparado fugiu para Mbwila. Em 1664, Dona Isabel regente de Mbwila havia assinado um auto de vassalagem junto de seu sobrinho D. Álvaro Afonso e de seus makotas, jurando não reconhecer outro senhor que não o rei de Portugal ao qual iriam obedecer, oferecer tributos e a própria vida como fiéis vassalos, se necessário. Em retorno, pediram ao governador apoio militar contra os inimigos que os quisessem invadir as terras. E assim sucedeu. Acolhendo o Conde de Wandu e com D. António marchando em direção ao seu potentado, o soberano de Mbwila recorreu ao auxílio português. Negreiros então enviou uma companhia comandada por Luís Lopes de Siqueira com aproximadamente trezentos homens e noticiado de que o rei do Congo preparava seu exército para atacar a reduzida empresa de Lopes de Siqueira no outeiro onde supostamente se encontravam as minas de ouro, entre Wandu e Mbwila, ordenou o envio de reforços³⁸¹.

Às nove da manhã de 29 de outubro de 1665 as tropas de D. António chegaram ao acampamento português em Oulanga, no alto do Loje. O soberano tinha ao seu lado os manis de Mbamba, Mpemba, Mbata, Sundi e Soyo, somando mais de cem mil homens. Do lado português, Lopes de Siqueira comandava aproximadamente trezentos e sessenta lusitanos e seis ou sete mil negros vassalos. Por conta da chuva, o exército português teve a eficácia de suas armas de fogo reduzidas, mas depois de seis horas de uma batalha sangrenta e com muitas baixas, D. António foi atingido por uma bala ou por um golpe de espada e foi degolado. Com seu líder morto, o exército desandou: muitos aliados fugiram, outros foram mortos ou feitos prisioneiros. A carruagem levada pelo manicongo com seus tesouros foi saqueada e sua cabeça foi salgada, guardada em um cofre forrado de veludo negro e enviada à Luanda. A vitória foi festejada na capital angolana e a cabeça de D. António foi enterrada na Igreja de Nossa Senhora de Nazaré³⁸². Durante a guerra, Motemo Aquingengo, aliado do manicongo, foi acusado de matar portugueses em suas terras e foi castigado em uma empresa liderado por António Botelho da Silva, que teria degolado o soba e saqueado e queimado sua banza³⁸³.

O episódio de Mbwila trouxe muitas perdas à aristocracia congoleza: um sobrinho de D. António, os duques de Mbamba, Mbata, Sundi e Mpemba, noventa e cinco altos

³⁸¹ MMA, 1ª série, XII, p. 485; CADORNEGA, II, p. 203-207.

³⁸² MMA, 1ª série, XII, p. 575-589; CADORNEGA, II, p. 208-214; SILVA, A. C., op. cit., p. 488; MACEDO, A. S. Novas do mês de julho de 1666. In: **Mercurio Portuguez, com as novas da guerra entre Portugal e Castella**. Lisboa, 1663-1667, p. 626-633.

³⁸³ CADORNEGA, II, p. 218-219.

dignitários, o clérigo mulato e quatrocentos outros muissicongos³⁸⁴. O Congo agora se encontrava politicamente enfraquecido e descentralizado e a fragmentação do poder decorrente de 1665 acarretou em diversos conflitos pela ocupação do trono, iniciando um quadro político ainda mais conturbado³⁸⁵. Em janeiro de 1666 o Duque de Wandu assinou um auto de fidelidade e vassalagem ao rei de Portugal prometendo a entrega voluntária das minas de metal localizadas em suas terras; apoio militar; a livre circulação de comerciantes em seu território; a entrega dos escravos fugidos que estivessem em suas posses e a suspensão das hostilidades com outros sobas vassalos, ficando D. Afonso VI obrigado a defendê-lo e ampará-lo de qualquer ameaça. Logo após isso, o rei escreveu ao cônego Simão de Medeiros para tratar com todo cuidado a investigação sobre as minas de ouro, prata e outros metais que se diziam haver em Wandu, reforçando como a posse dessa riqueza era de grande interesse à Coroa³⁸⁶. As minas de ouro do Congo não foram encontradas, apesar dos esforços, mas o empenho de Negreiros na legitimação da guerra contra o Congo retrata bem a política agressiva desses sujeitos.

As ações violentas de Negreiros incomodaram os colonos brancos que em 1663 enviaram uma queixa ao Rei sobre a forma como o governador realizava o processo de interiorização. Para averiguar a veracidade de tal acusação o Rei entrou em contato com o então provedor da fazenda em Angola, Bartolomeu Paes de Bulhão, que lhe respondeu dizendo que os governadores “exorbitavam e faziam guerra sem necessidade”³⁸⁷. O que todos esses governadores tinham em comum era a fomentação da captura de escravos, mesmo que para isso fosse necessário desviar suas ações das ordens régias de dominação indireta e reconhecimento da soberania desses potentados. Para isso, esses sujeitos optaram por uma aproximação agressiva, empenhando-se sempre em justificar o emprego da guerra como forma mais eficaz de submeter os sobas rebeldes e expandir o poder da Coroa nos sertões angolanos, o que nem sempre agradava aos colonos e religiosos da região.

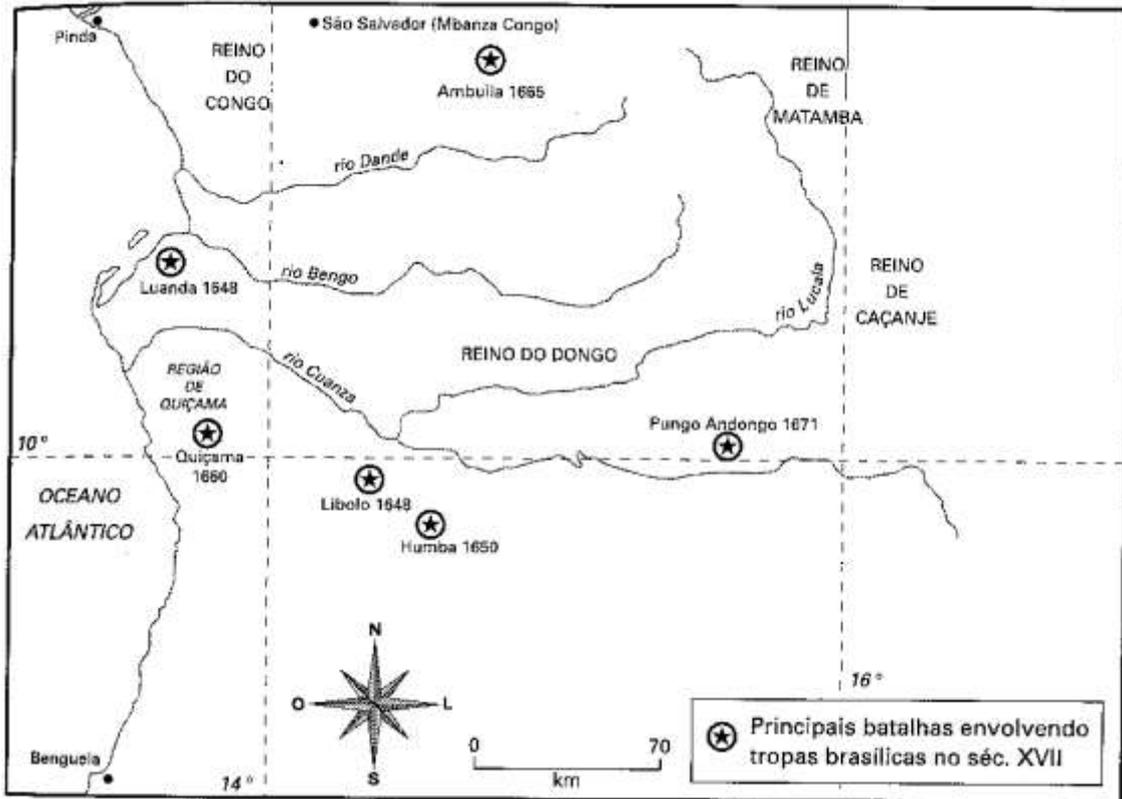
³⁸⁴ MMA, 1ª série, XII, p. 589-591; SILVA, A. C., op. cit., p. 488-489; “Os grandes da terra formavam uma elite fechada e tida por perpétua, a que se dava o nome de *muissicongo*”. SILVA, A. C. **A Enxada e a Lança: A África antes dos portugueses**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

³⁸⁵ GONÇALVES, op. cit., p. 96-97.

³⁸⁶ MMA, 1ª série, XIII, p. 3-5, p. 7.

³⁸⁷ CADORNEGA, II, p. 528, nota de rodapé.

Figura 6 – Ofensivas luso-brasílicas na África Central



Fonte: Alencastro, 2000, p. 301.

Fora isso, os navios mercantes de outras nações europeias que com frequência apareciam nos portos do Congo e de Angola preocupavam esses agentes régios, temerosos com o impacto que tal concorrência causaria nas transações comerciais com o Brasil. Por isso o investimento na fortificação da região costeira e o cuidado em não deixar a cidade de Luanda desprovida de homens e munições. Durante seu governo, João Fernandes Vieira solicitou a construção de uma nova fortaleza na capital angolana ou a reedificação do forte de Penedo, guarnecendo-o com artilharia. O monarca respondeu permitindo o envio de peças de artilharia de Pernambuco, caso seu governador assim aceitasse. Pouco depois, quando avisado da tomada da ilha de Ano Bom pelos holandeses, que esperavam vinte fragatas para passar por Angola, mandou com urgência recolher a infantaria e os moradores que estavam espalhados para proteger Luanda³⁸⁸. Em 1663, Negreiros recebeu aviso de Lisboa da ida de

³⁸⁸ MMA, 1ª série, XII, p. 83, 358.

uma armada de Castela para adquirir escravos para as Índias Ocidentais da Espanha, devendo o governador fortificar a entrada da barra para dificultar os planos de seus inimigos³⁸⁹.

4.1.5 O motim de 1667 e o governo interrompido de Tristão da Cunha

Com o término da administração de Negreiros, Tristão da Cunha (1666-1667) assumiu o governo da região. Nomeado por seus feitos na Guerra da Restauração, onde atuou como Capitão de Cavalos e Mestre de Campo de Infantaria, o português saiu direto de Lisboa e tomou posse em vinte de agosto de 1666. Tristão da Cunha mandou fazer fortalezas na barra do Kwanza, Dande e Bengo para proteger o comércio realizado nesses rios, proibiu o negócio de venda de pólvora para os nativos, proibiu os cultos religiosos nativos e rompeu com o modo de governar até então vigente, demitindo os sujeitos nomeados por Negreiros de seus postos e substituindo-os por sua gente trazida da corte ou convocada no território angolano³⁹⁰. O governador ordenou o envio de uma expedição ao Libolo, mas a maioria dos membros da infantaria luandense não recebeu essa decisão de bom grado; as marcas da batalha de Mbwila ainda eram recentes, os soldados estavam mal pagos e descontentes e decidiram abandonar seus postos e se amotinaram na Ermida de Santa Maria Madalena, equipados com suas armas e munições. As tentativas de acordo foram inúteis: Tristão da Cunha prometeu pagar a dívida deixada por seu antecessor, mas os amotinados não cederam e continuaram pressionando até que o governador se retirasse de Luanda em 29 de janeiro, um dia depois da eclosão do episódio, deixando a gestão nas mãos do Senado da Câmara³⁹¹.

O motim eclodiu em decorrência da insatisfação da infantaria que havia dois anos não recebia seu soldo, mas não foi somente isso: Tristão da Cunha foi enviado por Portugal na expectativa de implementar uma reforma na administração de maneira que a Coroa pudesse aumentar seu poder de intervenção sobre a gestão da conquista e, conseqüentemente, diminuir a autonomia local nas diversas esferas. O governador trazia consigo um novo regimento que, dentre outras orientações, previa a redução dos gastos militares, melhorando os recolhimentos dos direitos reais; a oposição ao acúmulo de funções/cargos; o aproveitamento das minas de cobre, ferro, aço, breu, chumbo e outros materiais em Angola; reforçava a proibição de brancos nas feiras sertanejas para os resgates e recomendava o avassalamento dos sobas por “meios brandos, suaves e sem rigor”³⁹². Ao descontentamento com os soldos e a expedição ao

³⁸⁹ CADORNEGA, II, p. 523, nota de rodapé.

³⁹⁰ CADORNEGA, II, p. 530, nota de rodapé; ALENCASTRO, op. cit., p. 300.

³⁹¹ CADORNEGA, II, p. 231-235.

³⁹² MMA, 1ª série, XVIII, p. 17-25; FIGUEIREDO, op. cit., p. 210.

Libolo se somaram outras atitudes do governador que não agradaram aos moradores de Luanda: a prisão do capitães-mores de Mbaka e de Luanda (Luís Lopes Siqueira), a substituição do capitão Domingos de Azevedo. As medidas metropolitanas da reforma afetaram a Câmara, negociantes, mercadores, eclesiásticos e os principais da terra³⁹³ e mostram como o sistema administrativo português possuía suas falhas não só apenas na contenção das revoltas e na preservação dos sobas vassalos, mas também no manejo dos diversos outros grupos de portugueses e angolistas que compunham a conquista e que formavam suas próprias redes de interesses.

4.2 “Da conservação daquele Reino [de Angola] depende a de todo o Estado do Brasil, e seus engenhos, e comércio”: os governadores ultramarinos e as relações comerciais entre as duas margens do Atlântico Sul

A ligação desses governadores com o Brasil era clara: todos possuíam histórico de ocupação de cargos administrativos ou envolvimento no comércio. Salvador de Sá, além de governador do Rio de Janeiro, foi membro da Companhia Geral do Comércio do Brasil, um grande proprietário de terras e determinava a economia açucareira fluminense desde 1635, controlando exclusivamente a exportação de todo açúcar fluminense à Europa. Logo, seu empenho na reconquista de Angola não refletia apenas sua fidelidade com a Coroa portuguesa, mas seus interesses no reestabelecimento do comércio de escravos – fundamental para o funcionamento das lavouras – e também no escoamento dos produtos fluminenses: o açúcar e a jeribita. Com isso, Salvador de Sá atendia às necessidades tanto do Brasil quanto da região da Prata³⁹⁴. Rodrigo de Miranda Henriques tinha sido governador do Rio de Janeiro entre 1633 e 1637, conhecia bem as rotas da prata peruana e as transações comerciais no Atlântico Sul, dando continuidade ao processo de reabertura da carreira Luanda–Rio–Buenos Aires, iniciada por Salvador de Sá. Luís Martins de Sousa Chichorro ficou a par do negócio negreiro e da carreira de Angola na sede do governo-geral e em Luanda seguiu a mesma política de seus antecessores³⁹⁵.

João Fernandes Vieira participou da resistência contra a invasão holandesa em Pernambuco em 1630, trabalhou para o comerciante e senhor de engenho judeu neerlandês Jacob Stachhouwer, passando a ter experiência com o trato negreiro, foi indicado ao cargo de

³⁹³ FERRONHA, A. L. A. A revolta de Luanda de 1667 e a expulsão do governador geral Tristão da Cunha. In: FURTADO, op. cit., p. 263-264; FIGUEIREDO, op. cit., p. 210.

³⁹⁴ CAETANO, A. F. P. O Contraponto do Ultramar: Salvador Correia de Sá e Benevides entre ser sombra e ser sol. *Clio*, Recife, n. 22, v. 1, 2004, p. 349-350, 353.

³⁹⁵ ALENCASTRO, op. cit., p. 271-272.

escabino³⁹⁶ em Olinda e ingressou na aristocracia rural pernambucana após seu casamento com Maria César. Vieira foi aclamado como uma das principais lideranças do movimento de restauração pernambucana contra o domínio holandês, atributo cedido também a André Vidal de Negreiros³⁹⁷. Nascido na Paraíba, Negreiros foi mestre-de-campo, governou o Maranhão entre 1655 e 1656 e Pernambuco de 1657 até 1661, quando assumiu em Angola. Exercer o cargo de governador de Pernambuco enquanto Vieira administrava Angola mostrou-se conveniente para unir as duas costas do Atlântico no mesmo objetivo: aumentar a produção açucareira com a mão-de-obra escrava adquirida na costa angolana³⁹⁸.

Apesar de seus postos como representantes da Coroa, a maior parte dos lucros no contexto ultramarino derivava do resgate e exportação de escravos e, portanto, esses funcionários tinham uma assídua participação no trato negreiro na busca por enriquecimento pessoal. Aqui há uma ascensão do controle de comerciantes coloniais sobre a economia atlântica, compondo um grupo com ambições próprias: a expansão das conexões mercantis com outras conquistas, sobretudo com a África. Os governadores ultramarinos estavam encarregados de cumprir as ordens régias transmitidas pela Coroa, eram representantes do Rei em suas conquistas³⁹⁹, mas, para suprir a demanda da produção açucareira no Brasil, desviaram da política estabelecida pelo monarca.

Como mostra a tabela a seguir, o número estimado de escravos transportados para o Brasil entre 1646 e 1665 passou de 6.210 para 38.738. Esses dados revelam um crescimento de 523,80% na quantidade de mão-de-obra escrava exportada entre 1646-1650 e 1651-1655, período de transição para a administração brasílica em Angola. Após a batalha de Mbwila, que deixou o Congo politicamente desintegrado, causando vários conflitos entre as elites locais, o número de desembarcados subiu de 7.748 para 10.522 em um ano. A maior parte desses escravos foi destinada para a Bahia e para a região sudeste, no Rio de Janeiro, para o trabalho na produção de açúcar.

³⁹⁶ Membro da Câmara Municipal.

³⁹⁷ SOUSA, L. N. **Uma experiência pernambucana em Angola**: o governo de João Fernandes Vieira, 1658 a 1661. 2013. 110 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013, p. 70.

³⁹⁸ PESSOA, A. E. S. Vidal de Negreiros: um homem do Atlântico no século XVII. In: Simpósio Nacional de História, 25, 2009, Fortaleza. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História: História e Ética**. Fortaleza: ANPUH, 2009, p. 5; SOUSA, op. cit., p. 11.

³⁹⁹ OLIVEIRA, L. A. S. **Redes de poder em governanças do Brasil à Angola**: Administração e comércio de escravos no Atlântico Sul (Luís César de Meneses, 1697-1701). 2013.240 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013, p. 13, 22.

Tabela 1 – Escravos da África Centro-Ocidental desembarcados no Brasil (1646-1670)

	Bahia	Pernambuco	Sudeste	Total
1646-1650	3653	0	2557	6210
1651-1655	16953	1800	12785	31538
1656-1660	16953	9000	12785	38738
1661-1665	16953	9000	12785	38738
1666-1670	21441	10992	17965	50398
Total	75953	30792	58877	165622

Fonte: slavevoyages.org

O século XVII assistiu a decadência do Estado da Índia e a expansão econômica do Atlântico Sul devido às plantações de açúcar e, posteriormente, as minas de ouro descobertas no Brasil. A competição de espanhóis, ingleses e holandeses e a perda de Ormuz (1622), Malaca (1641), Cochim e Ceilão (década de 1660) provocaram uma redução das atividades comerciais nas conquistas portuguesas orientais. As viagens da carreira despencaram, com uma perda média de vinte por cento da tonelagem embarcada na segunda metade do século XVII mesmo com a autorização da parada de navios partidos de Goa no Brasil, onde havia uma grande demanda de mercadorias de luxo asiáticas. O fato é que o complexo açucareiro brasileiro havia se tornado o cerne do império português: em meados de 1630, os 350 engenhos do Brasil produziam mais de vinte mil toneladas de açúcar por ano e na década seguinte o açúcar era o centro das atenções no cenário econômico⁴⁰⁰. Sobre essa expansão atlântica, Boxer afirma:

“Quem diz Brasil diz açúcar e mais açúcar”, escreveu o conselheiro municipal da Baía à Coroa em 1662; e, dois anos mais tarde, um marinheiro inglês dizia do Brasil: “O país está completamente cheio de engenhos de açúcar, os quais produzem a maior parte do melhor açúcar que é feito”. Acrescentou que o Rio de Janeiro, a Baía e o Recife “todos os anos carregavam muitos navios com açúcar, tabaco e pau-brasil para os mercadores de Portugal, sendo isso muito enriquecedor para a Coroa de Portugal, sem o que não passaria de um reino pobre”⁴⁰¹.

⁴⁰⁰ SCHWARTZ, op. cit., p. 212.

⁴⁰¹ BOXER, op. cit., p. 155.

Em 1640 havia aproximadamente setenta ou oitenta mil indivíduos de ascendência africana no Brasil, metade deles distribuídos em atividades ligadas à produção do açúcar⁴⁰². A crescente procura por escravos para o trabalho nas minas e plantações conduziu ao aumento do trato negreiro com a África Ocidental e a consequente procura por novos mercados de escravos nessa região⁴⁰³. A interiorização do aparato administrativo português buscava viabilizar a canalização de escravos para o porto de Luanda, por isso o investimento em feiras no interior e a preocupação com a livre circulação de pumbeiros e promoção dos resgates. Nas feiras sertanejas circulavam o marfim, a cera de abelha, peles, almíscar, cobre, ouro, goma, azeite de palma, entre outros. Esses produtos eram encaminhados para os portos junto com os cativos e serviam para aumentar os lucros obtidos com os carregamentos de escravos⁴⁰⁴.

A maior parte das expedições punitivas postas em campo pelos governadores brasílicos foram respostas às queixas sobre os danos causados pelos sobas rebeldes nas transações mercantis e quando derrotados pelas armas portuguesas essas chefias eram coagidas a prestar vassalagem e manter as vias comerciais desimpedidas. O envio de assistência do Brasil era sempre solicitado nos conflitos contra os sobas insubordinados. Em uma consulta do Conselho Ultramarino de 1656, solicita-se o envio de dois navios com quatrocentos infantes para somar à guerra preta e aos colonos na guerra de Kissama, salientando a conexão entre as duas conquistas: sem o Brasil não haveria o trato negreiro e sem Angola não se sustentariam os engenhos de açúcar do Brasil, pois Luanda “pode ser o posto naquela costa que mais riquezas dê a este Reino, do que dão as Índias a Castela”⁴⁰⁵.

Após a expulsão dos holandeses, a esfera econômica da região nordeste do Brasil se deparou com outro problema: a rápida consolidação do complexo açucareiro escravista nas Antilhas. O crescimento da produção inglesa e francesa no Caribe afetou negativamente a economia açucareira brasileira, derrubou o preço do açúcar nos mercados europeus e a demanda por mão-de-obra nas plantations antilhanas aumentou os preços dos escravos no litoral africano. Além disso, a política mercantilista adotada pela Inglaterra e pela França na tentativa de elevar a produção antilhana garantiu-lhe proteções monopolistas e praticamente excluiu o açúcar brasileiro desses dois mercados europeus. O império português, financeiramente abalado pela guerra contra a Espanha e dependente dos lucros gerados por suas possessões na América, precisou aplicar uma tributação maciça sobre o açúcar brasileiro,

⁴⁰² SCHWARTZ, op. cit., p. 216.

⁴⁰³ BOXER, op. cit., p. 159, 162.

⁴⁰⁴ ALENCASTRO, op. cit., p. 114.

⁴⁰⁵ MMA, 1ª série, XII, p. 7-8, 18.

necessária para a defesa do Reino. Para manter a estabilidade de produção nos engenhos brasileiros, a união com a África foi primordial; a garantia do fluxo contínuo de escravos a baixo custo para os engenhos assegurou a conservação da economia açucareira da América portuguesa apesar da adversidade no contexto internacional⁴⁰⁶.

As transações no Atlântico Sul fluíam dos dois lados e existia uma demanda por mercadorias brasileiras na costa africana. Produtos de escambo, como os zimbos, a farinha de mandioca, a jeribita, tabaco, cavalos, fubá, marmelada, peixe seco e salgado, queijos, louça de barro, etc., eram adquiridos para as mais diversas finalidades: alguns serviam para rituais religiosos e cerimônias políticas, outros compunham o *banzo*⁴⁰⁷, e todos integravam as redes de trocas no trato transatlântico. Os zimbos (ou *nzimbu*), búzios extraídos do mar, eram usados como moeda de troca, principalmente na região do Congo. Mesmo com a extração na costa angolana e congoleza, os zimbos baianos eram frequentemente importados de Salvador ou do Rio de Janeiro, de onde saíam sem pagar tributos, furando o controle metropolitano português.

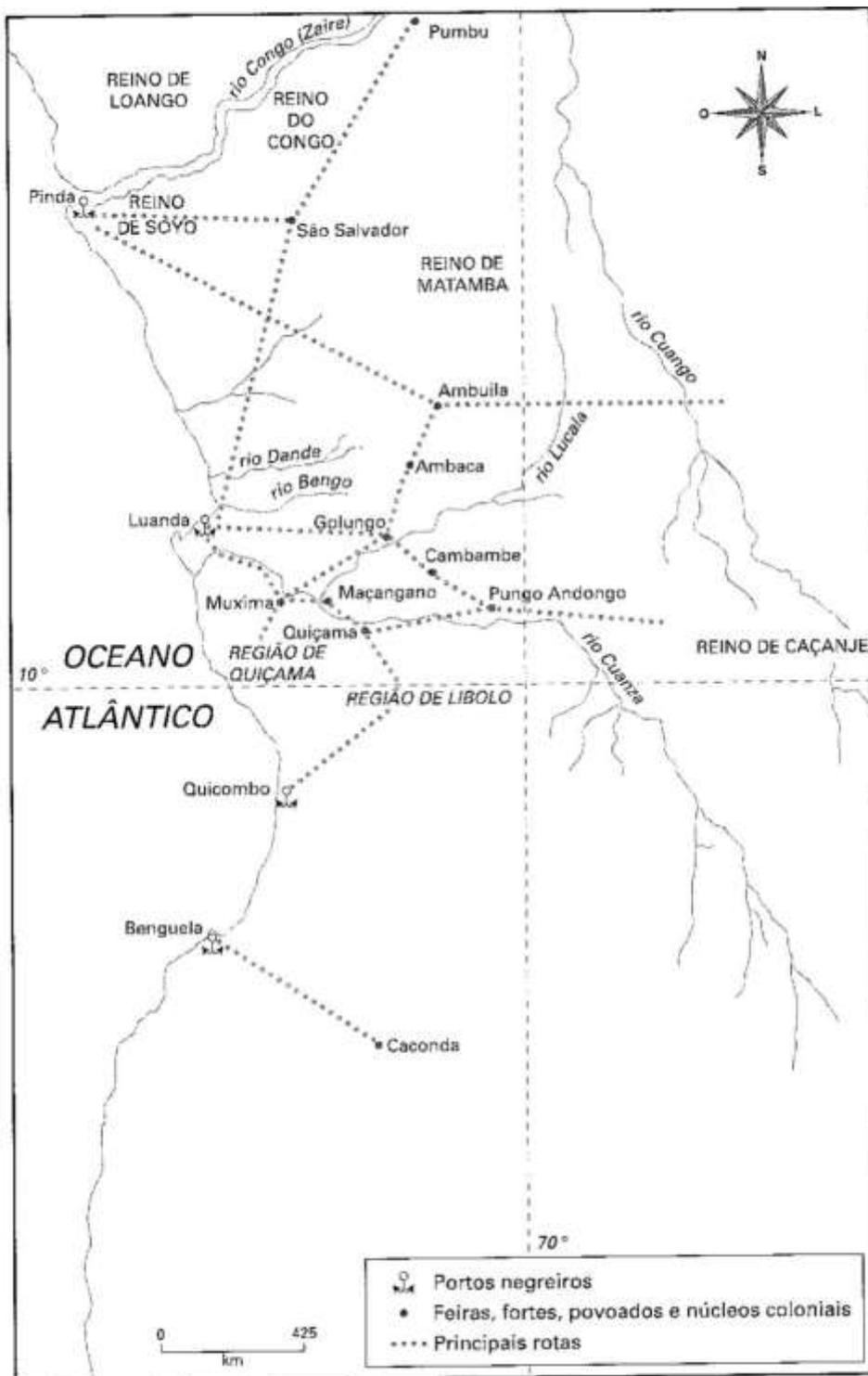
A mandioca era uma das bases da alimentação dos escravos africanos e com a crescente deportação de cativos passou a ser muito requisitada. A baía de Guanabara enviou cerca de 680 toneladas de farinha de mandioca anualmente para Angola na primeira década do século XVII e, por conta da demanda, chegava ao porto de Luanda com seu valor quadruplicado. O predomínio da mandioca na alimentação negreira barateava o frete entre os dois lados do Atlântico e fortalecia o comércio entre as conquistas. O consumo em Luanda chegou a 35-40 mil em meados do Seiscentos, representando uma média diária de 1,5 tonelada de farinha e mesmo com o transporte dessa cultura para as lavouras africanas, os mandiocais regionais estavam suscetíveis às secas e pragas, fazendo com que a importação desse gênero perdurasse⁴⁰⁸.

⁴⁰⁶ MARQUESE, R. B. A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos Estudos** – CEBRAP, n. 74, mar. 2006, p. 113.

⁴⁰⁷ *Banzo* era uma unidade formada por vários produtos e usada para adquirir escravos no sertão. ALENCASTRO, op. cit., p. 115.

⁴⁰⁸ ALENCASTRO, op. cit., p. 251-256.

Figura 7 – Principais rotas do comércio terrestre em Angola no século XVII



Fonte: ALENCASTRO, op. cit., p. 84.

Além do impasse entre as ordens saídas de Portugal e a execução na conquista angolana por esses agentes régios, a Coroa enfrentava a concorrência comercial de outras nações europeias que não cessou com a expulsão dos holandeses devido à debilitada defesa da

costa. Com a corrente guerra luso-espanhola os gastos eram altos e os recursos reduzidos, nesse cenário as alianças se faziam primordiais. Em junho de 1661 foi assinado o tratado de paz e aliança entre D. Afonso VI e Carlos II, Rei da Grã-Bretanha, que selou matrimônio com D. Catarina de Bragança. A aliança rendeu à Inglaterra a posse do Tanger, Bombaim, Ceilão (quando retornasse às mãos dos portugueses) e o livre comércio com a Índia e o Brasil. A intervenção da Inglaterra era essencial nas negociações da paz com a Espanha e a Holanda e garantia o reingresso de Portugal no continente europeu reconhecido por Carlos II como uma nação independente⁴⁰⁹; esse “triunfo diplomático” foi precioso no processo de legitimação dos Bragança no trono real.

Na conquista angolana, a coexistência de diversos grupos e redes de poder fazia com que as ordens reais nem sempre prevalecessem e muitas vezes se moldassem aos interesses pontuais dos agentes intermediários encarregados da manutenção do controle português na região. A extensão da influência da Coroa sobre os sobados interioranos era oscilante e dependia da disposição das chefias locais com a administração real. A imposição pelas armas foi muitas vezes adotada como principal estratégia de sujeição, mas as negociações, o uso da força militar e da influência política desses africanos foi essencial na permanência portuguesa e na abertura e consolidação das vias comerciais e no resgate de escravos e isso pode ser percebido no uso da guerra preta e nas alianças estabelecidas com sobas livres (muitos com histórico de revoltas contra a Coroa) nas expedições contra inimigos comuns.

⁴⁰⁹ CADORNEGA, II, p. 522, nota de rodapé; BOXER, op. cit., p. 352.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na retomada do trono português pelas mãos dos Bragança, o monarca precisou reafirmar seu poder sobre seus súditos e sobre suas conquistas. Mas, no distante reino de Angola, imbricado por suas próprias redes e dinâmicas sociais, existia o efetivo reconhecimento do Rei português enquanto legítimo soberano dos sobados e de seus chefes locais? O espaço político da sociedade portuguesa do Antigo Regime agregava vários poderes que coexistiam entre si e possuíam suas próprias funções dentro desse “corpo social”. Esses poderes autônomos e com forte capacidade de autorregulação impossibilitavam uma administração unilateral por parte da Coroa, deixando brechas nessa estrutura para negociações e adaptações. Não havia um Império ultramarino centralizado formado por hierarquias rígidas, mas sim convergências entre diversas jurisdições e grupos autônomos dotados de interesses próprios.

Os sertões angolanos eram compostos por sobas, pumbeiros, comerciantes, jagas, funcionários do governo, militares e missionários, que garantiam a intermediação entre os poderes locais, agentes administrativos e do comércio e a Coroa portuguesa. Grupos que baseados na identificação de interesses articulavam suas alianças e estratégias, formando tramas de poder que podiam ser facilmente dissolvidas e remodeladas. Fica evidente aqui a flexibilização entre centro e periferia e a autorregulação desses poderes. Contudo, precisa-se salientar a predominância do trato negreiro nessa dinâmica imperial. A política administrativa adotada no início do século XVII calcada em expedições e razias buscando a conquista das minas de Cambambe e Benguela e os avassalamentos compulsórios exemplificam bem esse quadro.

O sistema de avassalamento, utilizado como instrumento de domínio dos territórios conquistados, mais do que simbolizar a submissão e vassalagem dos sobas derrotados nos conflitos, representava a abertura de caminhos para o comércio e para a captação de escravos no hinterland. Mesmo com as guerras permitidas somente em casos onde a defesa do território conquistado fosse justificada, as campanhas punitivas eram colocadas em campo, contrariando a política de dominação indireta proposta pela monarquia filipina. Os governadores ultramarinos encarregados de transmitir as ordens do Rei à conquista frequentemente guiavam suas ações administrativas de modo a que lhes gerassem mais lucros no comércio, reforçando a ideia de autonomia desses agentes, mas, ao mesmo tempo,

mostrando como o trato negreiro constituía um pilar fundamental da economia imperial e oferecia grandes possibilidades de acumulação de riquezas.

Nesse cenário, os chefes locais emergem como agentes históricos atuantes nas redes do hinterland. A invasão flamenga à Luanda em 1641 desestruturou ainda mais as frágeis alianças firmadas entre a Coroa e os sobas angolanos; uma série de revoltas foi desencadeada e as zonas de influência e ocupação portuguesa, reduzidas. Grande parte dos sobas rebelados possuía um histórico de vassalagem com a Coroa, mas viram na aliança com os holandeses uma forma de adquirir benefícios. O apoio de D. Garcia II e Nzinga Mbandi aos holandeses revelam as brechas presentes no sistema de avassalamento enquanto ferramenta de controle, pois esses sobas renegaram seus estatutos de vassalos portugueses quando não mais consideraram essas alianças tão vantajosas. O avassalamento não era unilateral; apesar de majoritariamente imposto por meio da guerra, os sobas conservavam certa autonomia política e se apropriavam do status de vassalo e dos ganhos que esses autos poderiam oferecer, principalmente no uso do auxílio militar lusitano contra os sobas inimigos que ameaçavam sua soberania sobre seus bens e potentados. A instabilidade dos laços estabelecidos fica visível também na atuação dos jagas nas guerras; esses personagens não prestavam fidelidade a nenhum grupo exclusivo e transitavam entre os kilombos de Nzinga, as tropas dos sobas rebeldes e as guerras pretas, reconfigurando as malhas que teciam os sertões angolanos.

Em meio às revoltas causadas pela presença holandesa, desembarcaram as primeiras missões capuchinhas em Luanda, somando mais um impasse à administração portuguesa. As relações diplomáticas conflituosas envolvendo Portugal, Espanha e a Santa Sé interferiram diretamente na esfera espiritual angolana; somada ao abandono da diocese, a presença dos frades italianos e espanhóis, mesmo com os esforços do monarca brigantino em barrar a entrada dos castelhanos na conquista, desagradou os jesuítas responsáveis pela evangelização do território. Os missionários capuchinhos e carmelitas passaram a ocupar cada vez mais espaço na cena espiritual da África Centro-Occidental, colocando os jesuítas, que por tanto tempo serviram como agentes intermediários entre os sobas e a Coroa, em segundo plano.

Enquanto os jesuítas eram denunciados por acumularem muitos bens materiais e se envolverem demasiadamente em assuntos terrenos, como o comércio, os missionários das demais ordens eram solicitados em Luanda, Massangano, Kassanje, Matamba, Ilamba, entre outros potentados, tanto pelos colonos portugueses quanto pelas autoridades locais, como mostra o caso da segunda conversão de Nzinga. A missão carregava seu peso político e

não pode ser pensada fora das tramas que cobriam a conquista angolana; em uma realidade onde poder e religião eram indissociáveis, o enfraquecimento da SJ, importante ferramenta de aproximação e colaboração na sujeição dos sobas, configurava uma rachadura na estrutura administrativa portuguesa em Angola.

Com Angola restaurada das mãos dos concorrentes holandeses, era hora de retomar o que foi perdido da jurisdição portuguesa. Os governos que se seguiram à restauração adotaram medidas similares: castigar os sobas que se aliaram aos flamengos e se revoltaram contra a Coroa; expandir o controle português, avassalando sobas livres; reabrir e expandir as rotas comerciais nos sertões e, conseqüentemente, retomar o comércio com o Brasil. A política adotada por esses governadores ultramarinos foi violenta e marcada por expedições punitivas no hinterland angolano, contradizendo as ordens administrativas determinadas pelo monarca português. A “dominação indireta”, respaldada na aproximação por meios brandos, foi constantemente frisada nas correspondências enviadas pelo Rei e seu Conselho. Contudo, as campanhas militares fomentadas por esses brasílicos e a construção da legitimação da guerra contra os sobas rebeldes, principalmente contra o manicongo, mostram a divergência de interesses entre centro e periferia e como as ordens saídas de Portugal podiam ser adaptadas por esses agentes da Coroa.

Angola estava estreitamente conectada ao Brasil por meio do comércio atlântico e a política adotada por esses governadores só pode ser analisada através dessa ligação. A promoção de guerras, avassalamentos compulsórios e o investimento nas feiras e no livre comércio nos sertões visava principalmente a captação de escravos destinados à produção açucareira brasileira. A exportação de escravos para o Brasil, que cresceu consideravelmente nesse período, e a importação de mercadorias brasileiras mostram como esses agentes viam na economia atlântica um meio de enriquecimento pessoal.

Podemos, então, entender Angola como um espaço de conflito entre grupos com interesses diversos, tanto internamente, como mostram as desavenças entre os moradores de Luanda e Massangano, a revolta da infantaria durante o governo de Tristão da Cunha, os conflitos envolvendo capuchinhos e jesuítas, as insatisfações dos colonos com a política violenta de alguns dos governadores brasílicos e as revoltas dos chefes locais; como num cenário mais amplo, mas cujos acontecimentos e relações afetavam diretamente no andamento da conquista: a ameaça holandesa, a guerra contra a Espanha, o embate com a Santa Sé e a conexão econômica com o Brasil.

REFERÊNCIAS

FONTES:

BRÁSIO, A. **Monumenta Missionária Africana. Série 1, Volume 8 (1631-1642)**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1960.

_____. **Monumenta Missionária Africana. Série 1, Volume 9 (1643-1646)**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1960.

_____. **Monumenta Missionária Africana. Série 1, Volume 10 (1647-1650)**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1965.

_____. **Monumenta Missionária Africana. Série 1, Volume 11 (1651-1655)**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1971.

_____. **Monumenta Missionária Africana. Série 1, Volume 12 (1656-1665)**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1981.

_____. **Monumenta Missionária Africana. Série 1, Volume 13 (1666-1685)**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1982.

CADORNEGA, A. de O. de. **História Geral das Guerras Angolanas**. 2. ed. Lisboa: Agência-geral do Ultramar, 1972, tomo I.

CADORNEGA, A. de O. de. **História Geral das Guerras Angolanas**. Lisboa: Agência Geral das Colônias/Editorial Ática, 1940, tomo II.

CORRÊA, E. A. **História de Angola**. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1937, vol. II.

MACEDO, A. S. **Mercurio Portuguez, com as novas da guerra entre Portugal e Castella**. Lisboa, 1663-1667.

MONTECÚCCOLO, J. A. C. **Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965, tomo I.

RAVENSTEIN, E. G. (ed). **The strange adventures of Andrew Battell of Leigh, in Angola and adjoining regions**. Londres: Hakluyt Society, 1910.

The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível em: < <https://www.slavevoyages.org/>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

TORRES, J. C. Feo Cardozo de Castelo Branco e. **Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luis da Mota Feo e Torres. A História dos governadores e capitães-generais de Angola, desde 1526 até 1825 e a Descrição Geográfica e Política dos reinos de Angola e Benguela.** Paris: Fantin Livreiro, 1825.

BIBLIOGRAFIA:

ALENCASTRO, L. F. de. **O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul.** São Paulo: Companhia das letras, 2000.

ALMEIDA, C. **A representação do africano na literatura missionária sobre o reino do Kongo e Angola.** 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1997.

ALMEIDA, M. R. C. História e antropologia. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Novos Domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 151-168.

ANDRADE, T. O conceito de monarquia pluricontinental em perspectiva: desafios e possibilidades para o exercício historiográfico. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, ano 7, ed. 18, p. 54-62, set./dez. 2014.

ASSIS JÚNIOR, A. de. **Dicionário Kimbundu-Português. Linguístico, botânico, histórico e corográfico.** Luanda: Argente, Santos e C^a L^{da}.

BARBOSA, K. T. Massangano: resistência portuguesa na Angola holandesa, 1641 a 1648. In: Colóquio de História da Unicap/ Colóquio de História do PPG em História da Unicap, 11, 2017, Recife. **Anais eletrônicos do XI Colóquio de História – Tempos de revoluções: Pernambuco (1817), Rússia (1917) e outras contestações.** Recife: Unicap, 2017.

BARROS, J. D. Os sistemas econômicos e suas formas de racionalidades: a busca das singularidades na moderna história econômica e seus novos desafios. **Revista de Economia**, Editora UFPR, v. 38, n. 1 (ano 36), p. 109-131, jan./abr. 2012.

BICALHO, M. F. A cidade do Rio de Janeiro e a articulação da região em torno do Atlântico-Sul: séculos XVII e XVIII. **Revista de História Regional**, 3(2):7-36, p. 7-36, 1998.

BIRMINGHAM, D. **Alianças e conflitos. Os primórdios da ocupação estrangeira em Angola. 1483-1790**. Luanda: Arquivo Histórico de Angola / Ministério da Cultura, 2004.

BONCIANI, R. F. **O *dominium* sobre os indígenas e africanos e a especificidade da soberania régia no Atlântico: da colonização das ilhas à política ultramarina de Felipe III (1493-1615)**. 2010. 323 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BOUZA-ÁLVAREZ, F. **Portugal no tempo dos Filipes**. Política, cultura, representações. (1580-1668). Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

BOXER, C. R. **O Império colonial português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 1969.

_____. **Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

_____. **A igreja militante e a expansão ibérica. 1440-1770**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CAETANO, A. F. P. O Contraponto do Ultramar: Salvador Correia de Sá e Benevides entre ser sombra e ser sol. **Clio**, Recife, n. 22, v. 1, p. 347-361, 2004.

CALDEIRA, A. M. Formação de uma cidade afro-atlântica: Luanda no século XVII. **Revista Tempo, Espaço, Linguagem**, v. 5, n. 3, p. 12-39, set./dez., 2014.

CAMARGO, M. Um Reino sem rei? Cultura política ibérica durante a Federação Ibérica (1580-1640). **Aedos**, Porto Alegre, v. 8, n. 9, p. 192-208, dez. 2016.

CAMENIETZKI, C. Z. O papa, os bispos e os reis: a restauração da independência política de Portugal e o problema da Igreja lusitana (1640-1668). In: AGNOLIN, A. et al. **Contextos Missionários: Religião e Poder no Império Português**. São Paulo: Hucitec, 2011, p. 110-123.

CANDIDO, M. P. Jagas e sobas no “Reino de Benguela”: vassalagem e criação de novas categorias políticas e sociais no contexto da expansão portuguesa na África durante os séculos

XVI e XVII. In: RIBEIRO, A.; GEBERA, A.; BERTHET, M. **África: histórias conectadas**. Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF, 2014, p. 41-77.

CARDIM, P. Política e identidades corporativas no Portugal de D. Filipe I. **Estudos em Homenagem a João Francisco Marques**, Porto, p. 277-306, 2001.

CARVALHO, F. L. Aspectos do tráfico de escravos de Angola para o Brasil no século XVII: 1. Prolegómenos do inferno. In: BARROCA, M. J. (Coord.). **Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In memoriam**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 233-248.

CARVALHO, F. M. de. **Sobas e homens do rei: a interiorização dos portugueses em Angola (séculos XVII e XVIII)**. Maceió: Edufal, 2015.

CARVALHO, H. **O jagado de Cassange na província de Angola**. Lisboa: Typographia de Christovão Augusto Rodrigues, 1898.

CESAR, T. G. **A Política externa de D. João IV e o Padre Antonio Vieira: as negociações com os Países Baixos (1641-1648)**. 2011. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

CORREIA, S. C. **O reino do Congo e os miseráveis do mar: o Congo, o Sonho e os holandeses no Atlântico, 1600-1650**. 2012. 213 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

COUTO, C. **Os capitães mores de Angola no século XVIII. Subsídios para o estudo de sua atuação**. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972.

CRUZ, A. C. **Militares e militarização no Reino de Angola: patentes, guerra, comércio e vassalagem (segunda metade do século XVIII)**. 2014. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014.

CUNHA, Anabela. Degredo para Angola: sentença de morte lenta. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 18, n.02, p. 87-104, 2013.

ELLIOTT, J. H. **Impérios del mundo atlântico: España y Gran Brataña en América (1492-1830)**. Madrid: Taurus, 2006.

FAGE, J. D. **História da África**. Lisboa: Edições 70, 1995.

FURTADO, J. (Org.). **Diálogos oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

FLORENTINO, M. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Editora Unesp, 2014.

FONSECA, M. **Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola**. Século XVII. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F.; BICALHO, M. F. Uma leitura do Brasil colonial: Bases da materialidade e da governabilidade no Império. **Penélope**, Portugal, n. 23, p. 67-88, 2000.

_____; GOUVÊA, M. F. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI–XVIII. **Tempo**, v. 14, n. 27, p. 36-50, 2009.

_____; GOUVÊA, M. F. (orgs.). **Na Trama das Redes. Política e negócios no império português. Séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____; GOUVÊA, M. F.; BICALHO, M. F. (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____; GUEDES, R.; KRAUSE, T. **A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna**: Monarquia pluricontinental e Antigo Regime. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

_____. Modelos explicativos da chamada *economia colonial* e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio. **História**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 106-145, jul./dez. 2012.

FRANÇA, E. **Portugal na época da Restauração**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GONÇALVES, R. **África Indômita**: Missionários capuchinhos no Reino do Congo (século XVII). 2008. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2008.

HEINTZE, B. A lusofonia no interior da África Central na era pré-colonial. Um contributo para a sua história e compreensão na actualidade. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, n. 7/8, p. 179-207, jul. 2004/jun. 2005.

_____. **Angola nos séculos XVI e XVII: Estudos sobre fontes, métodos e história**. Luanda: Kilombelombe, 2007.

_____; OPPEN, A. **Angola on the move: transport routes, communications and history**. Lembeck: Frankfurt am Main, 2008.

HESPANHA, A. M. **As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna**, 2001.

_____. Depois do Leviathan. **Almanack Brasiliense**, n. 5, p. 55-66, maio 2007.

HILTON, The Jaga reconsidered. **The Journal of African History**, v. 22, n. 2, p. 191-202, 1981.

KI-ZERBO, J. (Ed.). **História Geral da África. Vol. I: Metodologia e pré-história da África**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

LE GOFF, C. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

LEVI, J. A. A missionação em África nos séculos XVI-XVII: análise de uma atitude. **Revista Lusófona de Ciência das Religiões**. Ano VII, n. 13/14, p. 439-462, 2008.

LIMA, I. S. Escravidão e comunicação no mundo atlântico: em torno da “língua de Angola”, século XVII. **História Unisinos**, v. 21, n. 1, p. 109-121, jan./abr. 2017.

LOUREIRO, M. **A Gestão no Labirinto: Circulação de informações no Império Ultramarino Português, formação de interesses e a construção da política lusa para o Prata (1640-1705)**. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LOVEJOY, P. E. **Escravidão na África: uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MACEDO, J. R. Jagas, Canibalismo e “Guerra Preta”: os Mbangalas, entre o mito europeu e as realidades sociais da África Central do século XVII. **História**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 53-78, jan./jun. 2013.

MARQUESE, R. B. A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos Estudos** – CEBRAP, n. 74, p. 107-123, mar. 2006.

MATOS, A. O império colonial português no início do século XVII. Elementos para um estudo comparativo das suas estruturas econômicas e administrativas. **Arquipélago-História**, Açores, 2ª série, v. 1, n. 1, p. 181-223, 1995.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra: história e civilizações**. Tomo I (até o século XVIII). Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

MILLER, J. C. Requiem for the "Jaga". **Cahiers d'études africaines**, vol. 13, n. 49, p. 121-149, 1973.

_____. **Poder político e parentesco: os antigos estados Mbundu em Angola**. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995.

NOVAIS, F. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1979.

OGOT, B. A. (ed.). **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010.

OLIVEIRA, I. S. Misericórdias Africanas no Século XVII: A Misericórdia de Massangano. **Revista África e Africanidades**, ano 2, n. 7, p. 1-11, nov. 2009.

_____. **O olhar de um capuchinho sobre a África do século XVII. A construção do discurso de Giovanni Antonio Cavazzi**. 2011. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2011.

_____. **Textos militares e mercês numa Angola que se pretendia “reformada”**: um estudo de caso dos autores Elias Alexandre da Silva Correa e Paulo Martins Pinheiro de Lacerda. 2015. 277 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

OLIVEIRA, L. A. S. **Redes de poder em governanças do Brasil à Angola**: Administração e comércio de escravos no Atlântico Sul (Luís César de Meneses, 1697-1701). 2013. 240 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

PARREIRA, A. **Dicionário Glossográfico e Toponímico da documentação sobre Angola. Séculos XV-XVIII**. Lisboa: Editorial Stampa, 1990.

PESSOA, A. E. S. Vidal de Negreiros: um homem do Atlântico no século XVII. In: Simpósio Nacional de História, 25, 2009, Fortaleza. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História: História e Ética**. Fortaleza: ANPUH, 2009, p. 1-9.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808. **Revista Brasileira Histórica**, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998.

_____. **Histórias do Atlântico português**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SANTOS, C. M. “Goa é a chave de toda a Índia”. Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570). Lisboa: CNCDP, 1999.

_____. **Um governo “polido” para Angola**: Reconfigurar dispositivos de domínio (1750-c.1800). 2005. 638 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2005.

_____. Escrever o poder: os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu. **Revista de História**, 155, 2º, p. 81-95, 2006.

SANTOS, T. G. Sedição dos “homens de mar em fora” em Angola no setecentos. **Revista África(s)**, v. 3, n. 5, p. 85-99, jan./jun. 2016.

SCHWARTZ, S. B. Prata, açúcar e escravos: de como o império restaurou Portugal. **Tempo**, v. 12, n. 24, p. 201-223, 2008.

SILVA, A. C. **A Manilha e o Libambo**: a África e a escravidão, de 1500 a 1700. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SILVA, A. C. **A Enxada e a Lança**: A África antes dos portugueses. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SILVA, C. L. Jogos e interesses de poder nos reinos do Congo e de Angola nos séculos XVI a XVIII. **Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades**, Lisboa, 2005, p. 1-8.

SILVA, E. S. **Mundos que se entrelaçam: religião e política na África Centro Ocidental (século XVII)**. 2018. 117 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

SOUZA, L. M. **O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, L. N. **Uma experiência pernambucana em Angola: o governo de João Fernandes Vieira, 1658 a 1661**. 2013. 110 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SOUZA, M. M. Catolicismo e poder no Congo: o papel dos intermediários nativos, séculos XVI a XVIII. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 51-63, dez. 2014.

THORNTON, J. K. A resurrection for the Jaga. **Cahiers d'Études Africaines**, v. 18, n. 69, p. 223-227, 1978.

_____. **A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400- 1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TORGAL, L. Restauração e “Razão de Estado”. **Penélope**, n. 9/10, p. 163-167, 1993.

VAINFAS, R. Guerra declarada e paz fingida na Restauração Portuguesa. **Tempo**, Niterói, v. 14, n. 27, p. 82-100, 2009.

VENTURA, F. M. **Os Jesuítas Portugueses em África: A sua ação no quadro da Organização não governamental Leigos para o Desenvolvimento**. 2015. 98 f. Dissertação (Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação) – Universidade do Porto, Porto, 2015.

Vocabulário Conceitual. Impressões Rebeldes. Disponível em: <historia.uff.br/impressoesrebeldes>. Acesso em: 17 fev. 2020.

ZERON, C. A. Pombeiros e tangosmaos, intermediários do tráfico de escravos na África. In: II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais, 1999, Lagos (Portugal). **Passar as fronteiras. Actas do II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais. Séculos XV a XVIII.** Lagos: Centro de Estudos Gil Eanes, 1999. p. 15-38.